

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO
ESCOLA DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

JULIANA SAEZ DE CARVALHO

**O INDÍGENA NA PRODUÇÃO HISTORIOGRÁFICA DA REVISTA DO
INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO (1839-1860)**

GUARULHOS

2021

JULIANA SAEZ DE CARVALHO

**O INDÍGENA NA PRODUÇÃO HISTORIOGRÁFICA DA REVISTA DO
INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO (1839-1860)**

Dissertação apresentada no Programa de Pós-Graduação em História da Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade Federal de São Paulo
Mestrado na área de Concentração: História.
Linha de pesquisa: Instituições, Vida Material e Conflito.

Orientador: André Roberto de Arruda
Machado

GUARULHOS

2021

CARVALHO, Juliana Saez

O indígena na produção historiográfica da Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1839 – 1860)/ Juliana Saez de Carvalho – 2021.

Dissertação de Mestrado em História –Universidade Federal de São Paulo. Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Guarulhos, 2021.

Orientador: Prof. Dr. André Roberto de Arruda Machado.

1. IHGB. 2. Historiografia no século XIX. 3. Indígenas no Império I. Prof. Dr. André Roberto de Arruda Machado. II. O indígena na produção historiográfica da Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1839 – 1860)

JULIANA SAEZ DE CARVALHO

**O INDÍGENA NA PRODUÇÃO HISTORIOGRÁFICA DA REVISTA DO
INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO (1839 – 1860)**

Dissertação apresentada no Programa de Pós-Graduação em História da Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade Federal de São Paulo Mestrado na área de Concentração: História. Linha de pesquisa: Instituições, Vida Material e Conflito.

Aprovação: ____/____/_____

Orientador: Prof. Dr. André Roberto de Arruda Machado
Instituição: Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP)

Avaliadora: Profa. Dra. Wilma Peres Costa
Instituição: Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP)

Avaliadora: Profa. Dra. Lucia Maria Paschoal Guimarães
Instituição: Universidade do Estado do Rio de Janeiro

A João e à Elaine, sem os quais nada seria possível

AGRADECIMENTO

Agradeço a CAPES pela bolsa que possibilitou a conclusão do trabalho.

Agradeço a banca examinadora. À professora Wilma Peres, que em muitos momentos de minha trajetória acadêmica esteve próxima e atenta. Obrigado por compartilhar seu conhecimento de forma tão dedicada e cordial. À professora Lúcia Guimarães, que acolheu meu trabalho e enriqueceu meus debates desde o primeiro momento. Ter duas intelectuais desse nível em minha banca é um grande motivo de alegria.

Agradeço ao meu orientador, André Machado, que está ao meu lado já há algum tempo. Sua paciência e presença constantes foram fundamentais para que eu concluísse esse trabalho. Obrigado por me acompanhar nessa trajetória conturbada e repleta de sumiços.

Agradeço a todos os meus colegas de mestrado. As dificuldades de uma vida acadêmica ficaram menores devido ao suporte e a alegria do nosso dia a dia. Lembro com ainda mais carinho de Cláudia, Carlos, Karina e Adriana.

Aos que estão ao meu lado já a muito tempo, agradeço por mais uma vez serem meu suporte. Jaíne, Lorrane e Nara, meu Pingu que foi base de todo esse processo. Minhas companheiras que seguem sendo uma das minhas maiores alegrias. A Amauri, meu querido companheiro, que permanece e continua provocando minhas crenças e certezas. A Adão, meu irmão mineiro, que vai - mas volta com o mesmo amor e carinho. À Andressa, que mesmo muito longe, permanece muito perto. A Maurício, que permanece sendo um ponto de fuga. À minha cara Bruna, que eu continuo tendo a alegria de abraçar, mesmo que virtualmente.

Escrever uma dissertação na quarentena foi uma dificuldade que felizmente poucos viverão. Não seria possível manter o foco e a alegria sem os integrantes de meu cívil: Alexandre e Guilherme, obrigado por transformarem um dos piores momentos de nossas vidas em tranquilidade e paz. Sem nossos desabafos nada seria possível. Se pudesse escolher com quem passar um confinamento, manteria vocês dois ao meu lado.

Agradeço à Ariane, que transformou nome em sentimento. Estar ao seu lado é um privilégio diário. Você me ensinou que, mesmo em meio ao caos, o amor será sempre o maior ato revolucionário.

A minha família, agradeço por tudo. À minha irmã, Gabriela, meu pai, João e minha mãe, Elaine, nada seria possível sem o apoio de vocês. O maior privilégio que tenho é poder ir - sabendo que sempre posso voltar para onde vocês estiverem. Agradeço também à Paloma e ao Victor, por colocarem nesse mundo o maior amor que existe.

À Maria Luiza, que traz tanta paz e tanta coisa boa pra essa tia, que qualquer palavra seria pequena para materializar tanto amor.

RESUMO

A presente dissertação visa contribuir para a resposta de uma grande polêmica historiográfica: os povos indígenas foram considerados objeto de estudo da história no Brasil durante o século XIX? Nossa resposta é de que sim. Essa afirmação pode ser feita após análise de um levantamento que contém todos os artigos publicados na Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, entre 1839 - 1860. A constância surpreendente da presença desses sujeitos nesses textos é ponto fundamental dessa pesquisa.

Iniciamos nossa análise no ano de 1839, ano em que a Revista foi publicada pela primeira vez. O recorte do trabalho perpassa os debates produzidos pela *História Geral do Brasil*, de Francisco Adolfo de Varnhagen – publicada em 1854 e 1857 - que é um marco para a escrita da história brasileira no século XIX e, em grande medida, para o lugar que os indígenas ocuparam na historiografia brasileira por décadas. Por isso estendemos a pesquisa até o ano de 1860, quando a memória *Os indígenas do Brasil perante a história*, é oferecida por Gonçalves de Magalhães. Nela o autor se propõe a debater, especificamente, o indígena dentro do livro de Varnhagen, construindo, assim, um diálogo entre dois autores que enxergavam a questão de formas opostas.

Trabalhamos ainda com mais dois autores: Machado de Oliveira e Joaquim Norberto, que também estão presentes na revista e no debate sobre a questão indígena. Ambos escrevem não só sobre a questão em sua contemporaneidade, como também no passado nacional. Como um dos nossos objetivos é também refletir sobre a própria escrita da História na Revista do IHGB, tentamos compreender a forma como esses autores se apropriaram da disciplina europeia. Assim, procuramos debater não só a metodologia da escrita, mas também quem a produziu e a forma que a abordou.

ABSTRACT

This thesis aims to contribute to answer a great historiographical controversy: were indigenous people considered subject of study for Brazil's History in the XIX century? Our answer is yes. This affirmation can be made after an analysis of a gathering that contains all of the articles published on the *Instituto Historiográfico Brasileiro Magazine*, in between 1839 – 1860. The surprising constancy of this subjects' presence in these texts is a fundamental point of this study.

We begin our analysis in the year of 1839, when the Magazine was published for the first time. The piece of this research runs through the debates produced by *História Geral do Brasil*, from Francisco Adolfo de Varnhagen, published in between 1854 and 1857 – which is a landmark to the written Brazilian history in the XIX century and, at the great measure, for defining the place that indigenous occupied in Brazilian historiography for decades. Therefore, we expand the research until the year 1860, when the memoir *Os indígenas do Brasil perante a história*, is offered by Gonçalves de Magalhães. In this memoir the author proposes to debate, specifically, the indigenous in the Varnhagen's book, therefore building, a dialogue between the two authors that had opposites points of views to this matter.

We also work with other two authors: Machado de Oliveira e Joaquim Norberto, which are also presents in the magazine and in the debate of the indigenous matter. Both writes not only about the matter in its contemporaneity, but also in the national past. As one of our objectives is also to reflect about the writing of the History in the IHGB Magazine itself, we tempt to comprehend the way these authors take ownership of the European subject. Therefore, we aim to debate not only the methodology of the writing, but also who produced it and how it was approached.

Sumário

Resumo

Introdução	p. 11
Capítulo 1. A história no Brasil do século XIX.....	p. 22
1.2 História: uma disciplina em construção	p. 22
1.3 Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro: História, literatura e política	p. 27
1.3.1 História: a construção de uma disciplina	p. 34
1.3.2 O indígena no IHGB	p. 41
1.3.2.1 Etnografia e História: proximidades e distinções..	p. 50
Capítulo 2. A História e os indígenas: um diálogo nas páginas do IHGB.....	p. 59
2.1 Reprodução documental	p. 63
2.1.1 Histórias locais: especificidade na reprodução documental	p. 71
2.2 A presença indígena nas páginas da Revista	p. 81
2.2.1 Função Textual	p. 85
2.2.2 Lugar do indígena	p. 91
Capítulo 3. O intelectual na revista do IHGB	p. 101
3.1 Francisco Adolpho de Varhagen	p. 104
3.2 Machado de Oliveira	p. 110
3.3 Joaquim Norberto	p. 117
3.4 Gonçalves de Magalhães	p. 124
Conclusão	p.135
Fonte e Bibliografia	p. 139

Introdução

Nos anos 1990 começou a tomar forma no país o que comumente denominamos de “Nova História Indígena”, que não só vem recolocando o indígena na historiografia brasileira, como vem discutindo novas metodologias de como fazer essa história. Segundo John Monteiro, essa forma de olhar o indígena provocou duas inovações importantes. De modo teórico, foi a união de preocupações referentes à relação história/antropologia com as demandas da militância indígena; e de modo prático foi a reconfiguração dos direitos dos indígenas enquanto direitos históricos, que estimularam uma releitura de documentos coloniais.

Duas publicações são consideradas marcos importantes para essa nova leva de historiadores. Primeiro, o livro *História dos índios no Brasil*¹, de Manuela Carneiro da Cunha, publicado em 1992, e segundo, *Negros da Terra – índios e bandeirantes na origem de São Paulo*², de John Monteiro (1994). O livro de Monteiro não só é um dos primeiros trabalhos publicados nesse campo por um historiador de formação, mas também insere “os índios como agentes históricos que atuavam movidos por seus próprios interesses relacionados à dinâmica de suas sociedades, mas continuamente modificados pela experiência do contato”.³ Assim,

vem sendo desmantelada a ideia de uma “pureza originária”, étnica e cultural, que o contato teria contaminado, substituída por uma “lógica mestiça”, em que a resistência não se dá apenas em termos de revolta, mas também de estratégias de mediação, de adaptação e reformulação de identidades, de construção de novas formações sociais e culturais.⁴

¹CUNHA, Manuela Carneiro da. **História dos Índios no Brasil**. São Paulo: SMC/Cia das Letras/Fapesp, 1992.

² MONTEIRO, John Manuel. **Negros da terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

³ DE ALMEIDA, Maria Regina Celestino. Os Índios na História: avanços e desafios das abordagens interdisciplinares—a contribuição de John Monteiro. **História Social**, v. 2, n. 25, p. 19-42, 2015.p.21

⁴ POMPA, Cristina. Os índios, entre antropologia e história: a obra de John Manoel Monteiro. **Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais** / Associação Nacionalde Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais, n. 41 (1996), p.63

Para Monteiro o grande problema dos historiadores modernos, assim como era para os fundadores da historiografia brasileira no século XIX, seria justamente a exclusão dos indígenas como legítimos atores históricos. Por serem povos ágrafos, são (e eram) vistos como possuidores de poucas ferramentas analíticas necessárias para a construção de suas histórias; assim os historiadores acabam por delimitá-los ao domínio certo da antropologia.⁵

A essa questão juntou-se também a ideia de que esses são povos sem história e sem futuro. Essa ideia desenvolveu-se no século XIX, a partir de uma vertente que causou fortes desdobramentos na política indigenista do período, mas também na delimitação das disciplinas etnografia e História. Ao afirmar que *de tais povos na infância não há história: há só etnografia*, Varnhagen delimitou claramente o que para ele eram as atribuições de uma e de outra disciplina. Ao dividi-las, deixava claro que “o projeto de Brasil que deslegitimava a presença indígena na história nacional negava (...) a própria possibilidade de uma “história indígena” e, portanto, de uma “historiografia indígena””⁶

Apesar de permanecer com força até os tempos atuais, o crescimento das pesquisas sobre o tema rompe com essa dualidade entre etnologia e história. Segundo Cristina Pompa:

o objeto “história indígena” tem sido reconstruído analiticamente sob diversas perspectivas: como regimes indígenas de historicidade, como construção simbólica da história do contato e como elemento de quebra epistemológica dos saberes coloniais, implícitos na construção da teoria social no Brasil.⁷

Junta-se, enfim, a esse debate, os “campos de estudo e fronteiras entre a etno-história, a história e a antropologia, incluindo, sobretudo, controvérsias a respeito do conceito de etno-história.”⁸ A necessária relação entre história e antropologia na construção de uma história dos índios parece cada vez mais necessária e leva consigo uma

⁵ MONTEIRO, John Manuel. **Negros da terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

⁶ POMPA, Cristina, *Op. Cit.*, p.63

⁷ *Ibid.*, p.64

⁸ DE ALMEIDA, Maria Regina Celestino. Os Índios na História: avanços e desafios das abordagens interdisciplinares—a contribuição de John Monteiro. **História Social**, v. 2, n. 25, p. 19-42, 2015, p.33.

perguntar clássica: os estudos sobre os índios envolvem realmente tanta especificidade que devem ser incluídos em um campo de atividades acadêmicas próprio? Ou seja, seria necessário dividir história de história dos indígenas, que incluiria um campo de interdisciplinaridade entre historiadores e antropólogos? Segundo Maria Celestino de Almeida:

No caso da história, me parece que sim, (...) Afinal, além de estarmos lidando com povos originalmente sem escrita, são povos que foram incorporados às sociedades americanas em condições subalternas e de extrema violência. Sociedades nas quais as fontes históricas não foram, grosso modo, por eles produzidas e as quais os tratavam de forma preconceituosa.⁹

Para a autora, os estudos não devem se desvincular da história: devem apenas, compreender que seu vínculo com a antropologia é de fundamental importância para uma análise mais completa. Assim, a partir de 1990 essa “Nova História Indígena” busca entender o indígena como protagonista da História, resgatando suas ações e motivações. Ao falar sobre aldeamentos no Rio de Janeiro, Maria Regina Celestino de Almeida demonstra não só que o protagonismo indígena deve ser revisto, mas que a presença dos mesmos deve ser vista como fundamental para muitos eventos da história do país.

Mas é interessante percebermos que para se firmar, essa corrente de certa forma negou que o indígena tivesse sido objeto da história em períodos anteriores. Os textos produzidos ao longo do século XIX não são vistos, necessariamente, como trabalhos de história sobre os índios. O fato dessa história não corresponder a proposta construída a partir da década de 1990, permitiu que se afirmasse sua não existência. De certa forma, nega-se que o indígena tenha sido objeto da história, em detrimento da afirmação de uma nova forma de colocar esses sujeitos na história.

Muito disso ocorre porque esses homens do XIX, obviamente, partiam de pressupostos metodológicos e analíticos distintos do que hoje compreende a “Nova História Indígena”. O debate de documentos históricos com uma visão etnológica, ou até mesmo a articulação entre as relações sociais e interétnicas estabelecidas por esses grupos, podem até ter sido questões debatidas por esses intelectuais. Porém, a análise da

⁹ Ibid., p.36

compreensão que esses povos tinham de si, ou seja, a visão de que esses povos eram protagonistas, de fato não estava em debate. Apesar disso, a afirmação de que a questão indígena quase não aparece na historiografia brasileira deve ser questionada.

Ao apresentarmos a presença indígena na Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, pretendemos levantar as questões: certamente o índio não foi protagonista da historiografia do século XIX, mas não terá sido um objeto importante? Essa nova vertente, ao tentar se afirmar, não acabou negando uma historiografia já existente?

Para falarmos sobre a relação dos indígenas e do fazer historiográfico no século XIX, precisamos compreender que no Brasil Imperial grupos e instituições distintas, mas que em muitos momentos relacionaram-se entre si, debateram a presença desses povos no território nacional. O grupo mais caro a essa pesquisa aparece nos gabinetes científicos e políticos, que apresentaram noções de raça e do papel do indígena na formação da história do país. Pautados por uma visão intelectual, a maioria desses agentes não entrou em contato com esses povos.¹⁰

Um de seus principais representantes foi o IHGB (Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro), instituição que condizia com as aspirações civilizatórias de uma elite letrada, que a todo momento circulava entre as discussões do instituto e os debates políticos do Estado imperial. Foi nas páginas da Revista que as críticas à política indigenista vigente, assim como o debate sobre as perspectivas do desaparecimento dos índios, ou não, apareceram. Segundo John Monteiro, apesar de existirem outros locais de discussão sobre esses assuntos, a Revista do IHGB foi o que proporcionou um barômetro, onde se podia perceber a intensidade do debate no período.

Em um segundo grupo, a discussão foi pautada a partir de agentes do contato, que apresentaram questões locais de como lidar com esses povos. É o que John Monteiro chamou da política do “sertão”, em oposição ao grupo anterior que seria a política

¹⁰ MONTEIRO, John Manuel. **Tupis, Tapuias e historiadores: estudos de história indígena e do indigenismo**. Tese de livre docência. Campinas, agosto de 2001.

indigenista do “gabinete”.¹¹ Duas demandas influenciavam essas estruturas locais: a primeira era a ocupação indígena no território nacional e a segunda, o uso dessas pessoas como mão de obra. Apesar de Manuela Carneiro da Cunha, pioneira nos estudos sobre história indígena no século XIX, afirmar que no período a questão “deixou de ser essencialmente uma questão de mão de obra para se tornar uma questão de terras”¹², trabalhos mais recentes como o de Beatriz Mamigonian, afirmam que desde a década de 1820 o indígena foi visto como uma alternativa à mão de obra africana, que estava em risco, devido à pressão inglesa.¹³

O Estado aparece como agente aglutinador. As discussões apontadas pelos grupos anteriores eram debatidas e coube a ele solucionar os problemas a partir da legislação. O debate sobre a existência de um vácuo legal sobre o indígena no século XIX, mais especificamente entre o *Diretório dos índios* e o *Regulamento das Missões*, de 1845, é corrente na historiografia. O Regulamento é considerado o “único documento indigenista geral do Império”¹⁴, mas isso não significa que a questão no pós-independência deixou de existir ou de ser discutida. Fernanda Sposito nos mostra que apesar de não ter sido encaminhada pela Constituição imperial, ela foi apresentada em algumas comissões criadas a partir e durante a Assembleia Constituinte de 1823. A formação da *Comissão de Estatística, Colonização e Catequese*, em 1826, por exemplo, demonstra que o Legislativo a trataria de alguma forma.¹⁵

Também para André Machado, esse vazio legislativo é dado apenas se pensarmos em uma legislação geral. Para o autor, a legislação indígena deve ser vista como questão central para a política em várias regiões do Império, já que a demora em regulamentar essa questão se deve a pontos de tensão que a circulavam. Assim, dois conflitos são importantes: o primeiro é entre a necessidade ou não de uma legislação única a todo o

¹¹ Ibid., p.131

¹² ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. **Os índios na História do Brasil**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010. p.135- 158.

¹³ MAMIGONIAN, Beatriz Gallotti. op.cit. p.219. PARRON, Tâmis. **A política da escravidão no Império do Brasil, 1826-1865**. Dissertação (Mestrado em História). São Paulo: USP, 2009. Cap.1.

¹⁴ CUNHA, Manuela Carneiro (org.) **Legislação indigenista no século XIX**. São Paulo: EDUSP; Comissão Pró-Índio de São Paulo, 1992a, p. 11.

¹⁵ SPOSITO, Fernanda. **Nem cidadão nem brasileiros: indígenas na formação do Estado nacional brasileiro e conflitos na província de São Paulo (1822-1845)**. São Paulo> Alameda, 2012.

Império, pois para muitos essa política seria prejudicial, dado que ela tiraria o poder das províncias. O segundo é a quem, afinal, caberia a aplicação e controle da lei: ao governo central ou às províncias?¹⁶ Assim, entre o Regulamento e o Diretório as soluções eram aplicadas às diferentes realidades locais. “A legislação produzida para uma província não era, necessariamente, autoaplicável a outra. Tais distinções administrativas conduziram à implementação de estruturas diferenciadas”.¹⁷

Exemplos como Raimundo José da Cunha Matos, nos mostram que o quadro de políticos que estavam presentes nos debates legislativos sobre essa população, compunha também o quadro de intelectuais do IHGB. Quadro importante dentro do instituto, o intelectual também compunha o debate político que levava em conta um possível “vir-a-ser-população” dessas comunidades. Para alguns deputados, o governo precisava ter responsabilidade perante um possível extermínio de famílias de índios, que perseguidas, se tornariam inimigos ferozes.¹⁸ É interessante pontuar que o mesmo Cunha Matos, anos depois, propôs um quadro geral das eras da História do Brasil que se iniciava justamente pelos indígenas, além de propor meios de superar o problema da falta de fontes escritas sobre estes povos.¹⁹

Alguns autores trabalhados nessa dissertação estiveram presentes nos debates legislativos e no IHGB. Uma figura importante que entra nos dois grupos e aparece com frequência nas páginas da Revista é José Joaquim Machado de Oliveira. Defensor do Estado, principalmente do Império, dedicou-se a consolidar a etnografia indigenista e a imagem do indígena no instituto.²⁰ Oliveira e Cunha Mattos representam um grupo de autores que complexificam a ideia de “gabinete”. Não foram intelectuais que apenas escreveram sobre a questão indígena, mas que estiveram na linha de frente, lidando com

¹⁶ MACHADO, André Roberto de A. O Conselho Geral da Província do Pará e a definição da política indigenista no Império do Brasil (1829-31). *Almanack*, Guarulhos, n. 10, p. 409-464, ago. 2015.

¹⁷ SAMPAIO, Patrícia Melo. Política Indigenista no Brasil Imperial. GRINBERG, Keila e SALLES, Ricardo. (Orgs.) **O Brasil Imperial (1808-1889)** Vol. I - 1808 – 1831. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009. p.8

¹⁸ KODAMA, Kaori. **Os índios no Império do Brasil: a etnografia do IHGB entre as décadas de 1840 e 1860**. Rio de Janeiro, RJ: Editora Fiocruz, 2009. p.203

¹⁹ *Ibid.*, p.66-76

²⁰ FERRETTI, Danilo José Zioni. A Emergência de um discurso etno-historiográfico nos primórdios do IHGB: o caso do Brigadeiro Machado de Oliveira. **XXIV Simpósio Nacional de História (ANPUH)** 2007.

esses grupos de forma direta. Machado de Oliveira voltou-se para a relação do indígena com a Igreja, principalmente o indígena aldeado e foi um dos principais nomes nas publicações da instituição.

Embora deplorasse os meios pelos quais os missionários muitas vezes administravam os índios (...) acreditava nas vantagens da catequese (...). Era essa [inclusive] a leitura prevalecente no Instituto Histórico, aquele que ao mesmo tempo reforçava a visão da intolerância dos índios à “força bruta” e estabelecia a brandura como principal meio para garantir a eficácia das políticas indigenistas.²¹

Apesar da civilização pela catequese de grupos indígenas brandos ser uma constante nas páginas da Revista, ela não será a única visão. Francisco Adolfo de Varnhagen, junto a muitos outros autores, “sustentavam a ideia de que o processo de degeneração que levava os indígenas inexoravelmente rumo à extinção, havia começado muito antes da chegada da civilização superior”, o que impossibilitava a ideia de civilizá-los. Assim, diferente de Oliveira, ele não enxergava na violência colonial ou em políticas mal aplicadas pelo Estado português o motivo para a extinção da população indígena.²² Em seus textos, também é possível enxergar uma oscilação entre colocar os indígenas como meros selvagens ou importantes membros da história que devem ser assimilados.

Lembramos, que a discussão política sobre o indígena não deixava de considerar uma questão populacional, fossem eles mão de obra e um possível “vir-a-ser-população”, fossem ocupantes inimigos do território nacional. Toda esta questão, tanto no sertão como na cidade, permeava a ideia de civilização, que foi fundamental e abrigou dois extremos: atrair e civilizar ou repelir e exterminar. É importante perceber que não se tratava de uma clivagem entre os que estavam nas fronteiras da nação e os dos salões das capitais; encontravam-se filantropos que defendiam a inclusão no sertão e verdadeiros patrocinadores de chacinas nas cidades²³.

²¹ KODAMA, Kaori. **Os índios no Império do Brasil**: a etnografia do IHGB entre as décadas de 1840 e 1860. Rio de Janeiro, RJ: Editora Fiocruz, 2009, p.234.

²² MONTEIRO, John Manuel. **Negros da terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994, p.147

²³ MONTEIRO, John Manuel. **Negros da terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994, p.143

John Monteiro ao apresentar os planos de civilização propostos por quatro regiões distintas do país (Goiás; Nordeste, especificamente Paraíba, Ceará e Pernambuco; Minas Gerais e São Paulo), demonstra claramente não só a grande variação com que os presidentes de província lidavam com a questão, mas também variações de uma mesma região. Minas Gerais apesar de mostrar uma forte hostilidade em regiões mais próximas do sertão, foi a que apresentou maior diversidade.²⁴

A “docilidade” dos índios em face da colonização, a corrupção da catequese, a extinção indígena ou a presença do mesmo na história, são ideias defendidas e debatidas pelos intelectuais que reiteraram algumas perspectivas adotadas no plano de catequese e civilização, firmado a partir de 1840, reafirmando a forte influência dos mesmos e do instituto na política e na legislação. Assim, o indígena no século XIX foi visto a partir de interesses distintos, apesar da clara diferença entre agentes de contato, intelectuais e Estado, a relação entre ambos foi o que acarretou não só na política indigenista, mas também na construção da imagem desses povos. A forma como sua presença esteve presente na construção da escrita da história nacional, também foi consequência dessas articulações. Como já apontado, a Revista do IHGB será um barômetro para esses debates e compreender o cenário que cerca sua produção é fundamental para analisarmos os textos ali publicados.

No trabalho utilizamos como documentação a Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, pois a mesma, assim como o Instituto, tinha por função a aglutinação qualificada de conhecimentos sobre o país. O acúmulo de informações seria fundamental para o IHGB e a Revista foi um importante meio de circulação para os debates acadêmicos propostos pela instituição. Assim, se pretendemos compreender o papel do indígena dentro da historiografia do século XIX, temos que nos voltar a instituição que mais se preocupou em produzi-la.

²⁴ Idem

Para o IHGB a fundação do Estado nacional, em 1822, permitiu a criação de um debate sobre a história do Brasil. As disciplinas História e Geografia seriam bases para um projeto de nação que se propunha a reviver os momentos de glória do país e que teria no indígena um papel fundamental. Iniciaremos nossa análise logo no primeiro ano de publicação da Revista (1839), nos estendendo até o ano de 1860. Passamos pelo ano 1850, momento fundamental para entendermos ajustes que alteraram lógicas internas na instituição.

É nesse período que Varnhagen publicou sua *História geral do Brasil*, que é um texto fundamental para a historiografia do período. A presença desse texto é sentida dentro da revista quase que de forma imediata. Em 1856 o livro já apareceu como referência bibliográfica no texto *Breves reflexões sobre o sistema de catequese seguido pelos jesuítas do Brasil*. Nele, Joaquim Caetano Fernandes Pinheiro historiciza a presença jesuítica no Brasil, relatando problemas enfrentados entre igreja e colonos em relação aos indígenas. Duas questões devem ser ressaltadas: a já citada presença da *História Geral do Brasil*, que comprova a circulação da obra entre os intelectuais do instituto e demonstra que os mesmos procuraram utilizar bibliografias novas na construção de seus textos; e a interessante escolha do termo historicizar, que é usado pelo próprio autor. Isso demonstra que as publicações estavam a par das discussões da construção da disciplina história que ocorriam na Europa.

Em 1860 é publicado na revista o texto *Os indígenas do Brasil perante a história*, uma memória oferecida por Gonçalves de Magalhães, que se propunha a debater o livro de Varnhagen. Mais do que isso: pretendia discutir os documentos escritos sobre os indígenas no Brasil, pois nas palavras do autor “esses documentos deviam ser julgados pelos intelectuais e não aceitos simplesmente”. Consideramos esse artigo importante porque compõem-se de uma resposta contundente aos argumentos anti-indígenas apresentados por Varnhagen em *História Geral do Brasil*.

Segundo Vania Moreira,

Esse texto de Gonçalves de Magalhães é importantíssimo. Assenta um novo parâmetro para se pensar os índios, sua história e seus direitos, e pode ser considerado a primeira tentativa consequente de a historiografia brasileira problematizar o que Pierre Clastres chamou de

“arquifalsa” representação de “uma América de caçadores-nômades, para fazer que se admita uma avaliação demográfica fraca”.²⁵

Assim, Magalhães defendia que o estado nômade não diminuía o fato de que os indígenas viviam em estado social, eram sujeitos racionais e morais. A ideia de que esses povos eram agricultores, inclusive abria procedência para um debate que garantiria a eles direito a terra. Direito que, inclusive, esteve presente em alguns textos publicados na Revista.

A publicação de Magalhães também pode ser vista como uma forma de se ter a dimensão da recepção do livro de Varnhagen, principalmente, entre os intelectuais que discordavam de alguns posicionamentos defendidos pelo autor. Magalhães já vinha tendo contato com Varnhagen e os debates entre ambos já haviam se tornado públicos. Além do mais, Magalhães era um representante importante da primeira geração do IHGB. Apesar de perder força dentro do Instituto, essa geração fez parte do processo de concretização do projeto historiográfico, diminuindo a ideia de que Varnhagen teria sido o único a fazê-lo. Além do mais, essa geração ainda tinha certa importância no início dos anos 60, o que a colocava de forma fundamental no debate.

Dividimos esse trabalho em três capítulos. No primeiro deles apresentamos um panorama sobre a fundação do IHGB e os movimentos políticos que o cercam. A relação história e literatura aparece como ponto chave, não só porque ela é constante no debate de fundação da Instituição, mas porque vai permear algo que nos é muito caro: a construção metodológica da escrita da história dentro da Revista. Para explicá-la, apresentamos a construção da disciplina história na Europa, sua presença na Revista do Instituto e a presença da figura do indígena dentro desses debates.

No segundo capítulo, iremos debater a Revista em si. Após uma explicação geral de seu funcionamento, voltamos a duas questões essenciais: 1) a relação entre a escrita

²⁵ MOREIRA, Vânia. O ofício do historiador e os índios: sobre uma querela no Império. **Revista brasileira de História**, v. 30, n. 59, p. 53-72, 2010. p.12

da história e a reprodução documental; 2) as formas como o indígena foi retratado em suas páginas. O debate entre o que é história e o que é documento dentro do IHGB aparece de forma constante na historiografia. Autores consagrados defendem uma diferença clara entre ambas, mas aqui enxergamos essa diferença de forma relativa, entendendo que muito do que se chama de reprodução documental é, também, uma tentativa de produção da história. O indígena aparece como um sujeito relacionado a esse debate. Se pretendemos entender a presença dele na história precisamos, antes, compreender o que é história. Por isso, as formas como entendemos a presença desses sujeitos vem junto do debate apresentado acima, sendo o segundo braço de análise nesse capítulo.

Por fim, apresentamos o último capítulo que se volta a presença do intelectual nesses debates. Dentro da Revista, várias vezes ecoaram partindo de defesas opostas ou não sobre o que fazer com o indígena. Para entendermos melhor a presença dessas visões analisamos quatro escritores: Machado de Oliveira, Francisco Adolfo de Varnhagen, Gonçalves de Magalhães e Joaquim Norberto de Souza Silva. Usamos intelectuais que aparecem com frequência não só nas publicações, mas também no debate público. Figuras conhecidas não apenas por serem intelectuais do IHGB, mas também, muitas vezes principalmente, por diversas outras funções.

De militares a políticos, de literatos a historiadores, esse grupo tem trajetórias distintas e aparece como um bom escopo de análise. A partir deles, analisaremos não só como a figura do indígena estava sendo construída no passado, mas também no como lidar com esses povos na contemporaneidade. Além do mais, esses autores realizaram amplo debate sobre a própria escrita da história, todos eles em algum momento dissertaram sobre como esse tipo textual deveria ser produzido.

Capítulo 1

A História no Brasil do século XIX

A pesquisa histórica no Brasil nasce com a fundação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Antes existe apenas a pesquisa individual, o trabalho de um ou outro estudioso, que tenta encontrar, em arquivos nacionais ou estrangeiros, peças novas que fundamentem os temas a desenvolver.

José Honório Rodrigues

História: uma disciplina em construção na Europa

A História no Ocidente, como disciplina, seria justificada em si pela necessidade de uma origem, um ponto de partida, tendo como objetivo natural o estudo do homem que está por trás de todo e qualquer vestígio existente na paisagem, nas instituições, na escrita ou de qualquer máquina. As sociedades que se debruçaram sobre ela, tinham e tem por ideia, que o conhecimento histórico é algo vivo, que se explica mediante as experiências e necessidades do tempo presente, “uma pretensa ciência do presente [que] se metamorfosearia, a cada momento de seu ser, em ciências do passado”²⁶

Presente que tem levado o historiador a busca por uma origem, que ao longo dos últimos tempos, tem sido utilizada para a autoafirmação das identidades nacionais, nascidas a partir de uma autodescrição social, cultural e política. Movimento que ocorreu nos países europeus, mas também nas regiões pós processos de independência. No Brasil, a História, que teve no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) um berço sólido, assumiu a importante tarefa de zelar pelos interesses do Estado imperial. A disciplina, baseada nos conceitos e debates europeus, procurou resgatar o relato de um passado que afirmava uma identidade coletiva. Os brasileiros, não poderiam se contentar em apenas ser os portugueses do Brasil. A história não trazia apenas conhecimentos sobre

²⁶ BLOCH, M. *Apologia da história ou O ofício do historiador*. Prefácio Jacques Le Goff; apresentação à edição brasileira, Lilia Schwarcz; tradução, André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, Ed. 2001.

o passado, mas oferecia novas compreensões da própria realidade. Para um país recém independente, esse processo foi fundamental.²⁷

Carregada de uma importância política e social, a História não nasceu como uma disciplina pronta, ela se transformou em Ciência a partir de concepções antigas, mas que foram definidas apenas no século XIX. Segundo Koselleck, até o século XVIII a constância da natureza humana, levava a história a ser um instrumento de comprovação de doutrinas, “quando uma transformação social ocorria, era de modo tão lento e em prazo tão longo, que os exemplos do passado continuavam a ser proveitosos.”²⁸ Assim, a estrutura temporal da história definida até então, permitia a existência de um espaço contínuo onde se encaixavam toda e qualquer experimentação.

Foi na entrada do XIX, momento pós Revolução Francesa, que a história se mostrou capaz de trazer conhecimento por si só. Ela já não existia apenas para produzir uma série de sequências cronológicas, com a simples finalidade de se trabalhar com exemplos, mas passou a carregar a responsabilidade de trazer a verdade sobre os acontecimentos do passado. Do ponto de vista de qual seria sua função, a verdade foi o principal objetivo seguido pela nova disciplina, mas no Brasil, “a exigência de um conteúdo mais intenso de realidade [chegou] muito antes [da história] poder satisfazer a essa mesma exigência”.²⁹

Os processos que levaram as mudanças dos paradigmas voltados a história na Europa, segundo Pascal Payen seriam três: o primeiro deles, voltado a questões estruturais, foi a reestruturação da Universidade Prussiana, que se tornou um centro importante de pesquisas filosóficas na Europa. A História erudita dos antigos foi integrada e absorvida a um projeto intelectual e político que respondia as urgências do presente, causando a renovação de métodos de pesquisa e escrita. A institucionalização da História como disciplina no espaço acadêmico prussiano esteve diretamente ligada à

²⁷ ARAUJO, Valdeci Lopes de. **A Experiência do Tempo: conceitos e narrativas na formação nacional brasileira (1813-1845)**. São Paulo: Hucitec, 2008.

²⁸ KOSELLECK, Reinhart. **Futuro e passado: contribuições à semântica dos tempos históricos**. Rio de Janeiro, Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006. p.43

²⁹ Idem, p.51

criação da História da Alemanha, como parte da construção de uma identidade para o seu povo.³⁰

O segundo, foi a implementação de uma “enciclopédia filológica”, que reunia diferentes disciplinas da Antiguidade, entre elas a História. Foi através desse texto e de suas discussões, que pela primeira vez se desenvolveu um conhecimento do mundo antigo associado a um modelo de conhecimento histórico.

As obras da antiguidade usadas: Herodoto, Tucídides, Políbio e Tácito encontravam-se em sintonia com o contexto político do presente e com a questão que obcecava todos os historiadores modernos: a constituição e o fortalecimento dos Estados-Nações na Europa.³¹

O terceiro ponto, vinculado a mudanças no regime de autoridade dos historiadores antigos, deixava de enxergar seus textos como belas-artes: eles passaram a ser analisados como fontes. Ainda que uma tradição os visse como os “mestres da história verdadeira”, a crítica produzida no período permitiu que essas obras tivessem o mesmo *status* de outros documentos.³² Durante todo processo, a História deixou de restringir-se a um complemento a outras disciplinas: Arquitetura, Filosofia, Música, Literatura.³³

Enquanto disciplina, ela começou a mudar de função: abandonou a ideia de *história magistra vitae* - onde o passado era visto como uma escola que ajudava na aprendizagem da sabedoria e da prudência, que impossibilitavam o sujeito de cometer muitos erros – e passou a oferecer aos homens do presente condições para agir, para administrar a sua existência.³⁴ Porém, dentro do IHGB essa distinção não apareceu de forma tão clara.

Primeiro, porque antes de debater qual seria ou não o regime de historicidade que a Instituição pretendia seguir, a instituição precisou entender o que seria ou não história.

³⁰PAYEN, Pascal. A constituição da história como ciência no século XIX e seus modelos antigos: fim de uma ilusão ou futuro de uma herança? **História da Historiografia**, n. 6, p. 103-122, 2011.

³¹ Ibid., p.115

³² Ibid., p.116

³³ SCHORSKE, Carl E. **Pensando com a história: indagações na passagem para o modernismo**. Companhia das Letras, 2000.p.16

³⁴ KOSELLECK, Reinhart. **Futuro e passado: contribuições à semântica dos tempos históricos**. Rio de Janeiro, Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006

Não é à toa, que uma das questões fundamentais foi a reconstrução do que já teria sido escrito. O fazer historiográfico estava em debate, por tanto, tudo o que não acompanhava sua metodologia, devia ser revisto. A preocupação em eternizar e salvar os fatos, eram também pontos importantes para a *história magistra vitae*, que segundo Temístocles Cezar, “não é apenas um adágio erudito, ela é também um princípio organizador que justificou e ao mesmo tempo orientou as investigações do IHGB”³⁵

Outras duas questões deixavam claro que o IHGB não rompeu por completo com a *história magistra vitae*. Sua necessidade de servir a nação, que era o mote do Instituto, presente não só nas suas publicações, mas também na relação direta mantida com o Estado. E a produção constante de biografias, que tinham como prioridade mostrar quais os cidadãos que o Império precisava e quais não. Assim, elas cumpriam papel fundamental nas páginas de sua Revista: a necessidade de usar a história como fonte de ensinamento.³⁶

O debate epistemológico de construção da história dentro da Instituição, passou por várias relações complexas. Uma delas teria sido o que, afinal de contas, seria história e o que seria literatura? Ambas voltadas para a explicação do real a partir de uma construção temporal e espacial, essa relação foi base para a construção da escrita da história no XIX. A dialética de aproximação e distanciamento dessas disciplinas, compõem a compreensão do desenvolvimento da escrita da história. Para alguns autores, como, Hayden White, o distanciamento entre elas estaria mais no campo do discurso. Apesar de ser necessário problematizar as ideias desse autor, suas contribuições para os estudos históricos não podem ser negadas, por isso as apresentamos. Segundo ele, a narrativa histórica se aproximava da “ficção literária”. Para defender essa e outras ideias, o autor publica, em 1973, o livro: *Meta-história: a imaginação histórica do século XIX*. Ali, a literatura, voltada a narração imaginária e organizada a partir de figuras, não se

³⁵ CEZAR, Temístocles. Lição sobre a escrita da história historiografia e nação no Brasil do século XIX. **Diálogos**, DHI/UEM, v. 8, n. 1, p. 11-29, 2004

³⁶ OLIVEIRA, Maria da Glória. **Escrever vidas, narrar a história: biografia como problema historiográfico no Brasil oitocentista**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011.

distingua da história, pois a nova disciplina não seria capaz de produzir um conhecimento verdadeiro melhor do que um romance o faria.³⁷

A relação de White com a verdade, ou, com a ideia de que à história não caberia um regime de verdade próprio, é importante para sua análise. O autor percebe que é totalmente ilusório “querer classificar e hierarquizar as obras dos historiadores - em função de critérios epistemológicos - indicando sua maior ou menor pertinência a dar conta da realidade que é seu objeto”³⁸. A verdade não seria um critério de análise, pois a escrita da história não dependia da realidade do passado, a diferença dos discursos seria mais importante. O trabalho histórico utilizaria “um discurso narrativo em prosa”³⁹, e a retórica teria papel fundamental.

Mas para Roger Chartier, as afirmações de White devem ser revistas. A cientificidade da história deve ser ressaltada. Segundo ele, a ciência contribuiu para o distanciamento entre história e literatura.

Ela [a história] é uma prática “científica”, produtora de conhecimentos, mas uma prática cujas modalidades dependem das variações de seus procedimentos técnicos, das restrições que lhe impõem o lugar social e a instituição de saber onde é exercida, ou ainda, das regras que necessariamente comandam sua escritura (...) a história é um discurso que coloca em ações, construções, composições, figuras que são aquelas de toda escritura narrativa, logo também da fábula, mas que, ao mesmo tempo, produz um corpo de enunciados “científicos” [entendido como um conjunto de regras, que controlam a operação e a produção]⁴⁰

Literatura e história estariam separadas, principalmente, pelas metodologias com as quais trabalham. No Brasil o debate de construção da história começou a tomar forma mais consistente, como já apontamos, após a criação do Instituto Histórico e Geográfico

³⁷ CHARTIER, Roger. Figuras retóricas e representações históricas (Quatro questões a Hayden White). In: _____. **À beira da falésia**. A história entre certezas e inquietude. Porto Alegre: Ed. Universidade; UFRGS, 2002. p. 101- 116.

³⁸ CHARTIER, Roger. *Op. Cit.*, p.109

³⁹ WHITE, Hayden. O texto histórico como artefato literário. In: _____. **Trópicos do discurso: Ensaio sobre a crítica cultural**. Tradução de Alípio Correia de Franca Neto. São Paulo: Edusp, 1994. p. 97-116

⁴⁰ Idem.

Brasileiro (IHGB), instituição responsável por metodizar e armazenar documentos sobre a história e a geografia do país. A relação história e literatura aparecerá não só durante seu processo de fundação, mas também nos debates que se seguiram em sua Revista. Muitos autores fundamentais para a construção da história nacional articularam-se com a literatura e seus escritores. Pretendemos nesse capítulo levantar não só a importância dessa instituição, mas também sua relação com os literatos.

Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro: História, Literatura e Política

Às 11h do dia 21 de outubro de 1839, instalou-se no salão da Sociedade Auxiliadora o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Com a presença de 27 membros e a presidência do Marechal Francisco Cordeiro da Silva Torres, a sessão elegeu como primeiro secretário o cônego Januário da Cunha Barbosa e segundo secretário o Dr. Emilio Joaquim da Silva Maia. Seu primeiro estatuto foi redigido e apresentado em 25 de Novembro, onde foram fundadas as comissões de história, de geografia, de fundos e de redação da revista.⁴¹

A instituição, que teve papel fundamental na construção da história nacional, ficou responsável por produzir e armazenar trabalhos e documentos produzidos sobre a História e a Geografia do país. Seria responsável também pela construção da figura do historiador. A história do Brasil, em alguns momentos, já teria sido produzida, mas dentro das asas da instituição essa figura veio de fato ao público.

Nos primeiros anos, todos os seus vinte e cinco sócios residiam no Brasil e ela contaria com um número limitado de correspondentes e honorários de fora do país. Segundo Lucia Guimarães, em 1839 foram aceitos pela instituição cento e setenta e quatro novos filiados, que tinham como papel fundamental a contribuição para a coleta de documentos, tanto nas províncias como no exterior.⁴²

Desmonstrou sua inspiração no *Instituto Histórico de Paris* desde sua fundação,

⁴¹ Breve notícia sobre a criação do Instituto Historico e Geographico Brasileiro. **Revista do IHGB**, Rio de Janeiro, 1 (1) 1839. pp. 5-8

⁴² GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal. **Debaixo da imediata proteção de sua majestade imperial: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838-1889)**. Diss. Universidade de São Paulo, 1994, p.45.

que previa o envio dos documentos de sua instalação para o mesmo, assim como para outras nações não especificadas⁴³. Sua relação com a Europa foi constante; em muitos momentos enviou pesquisadores brasileiros ao continente, tanto para buscarem novos documentos, como para concluírem pesquisas em andamento.

O Instituto se tornou, na América Meridional, a primeira instituição que podemos chamar de *société savante*, que nada mais são que:

Instituições normativas que surgiram na Europa no século XVII, ao lado das academias nacionais. Multiplicaram-se ao longo do século XVIII, floresceram e cumpriram papel relevante no panorama cultural do XIX. (...). Patrocinadas por regimes políticos, desfrutavam de grande prestígio junto à opinião culta, uma vez que acolhiam e consagravam as celebridades do mundo letrado, identificavam os novos talentos, definiam as regras de gosto ou as ambições de investigação científica, além de estimularem o esforço criativo.⁴⁴

Os processos intrínsecos à fundação do Instituto perpassam a construção da História Nacional e a institucionalização da Independência, por isso a relação da intelectualidade brasileira, durante todo o século XIX, com a política do país, teve papel fundamental não só para a fundação da instituição, mas também para seu crescimento. Muitos dos principais pensadores, ou como se dizia à época, dos letrados, circulavam nas academias - de dentro e fora do país - e também assumiam cargos administrativos.⁴⁵

O processo de Independência de 1822 teve papel fundamental no desenvolvimento intelectual, pois promoveu uma maior liberdade de imprensa e

⁴³ Breve notícia sobre a criação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. **Revista do IHGB**, Rio de Janeiro, 1 (1) 1839. pp. 5-8

⁴⁴ GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal. Produção e disseminação do saber histórico no oitocentos: a Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. In: ARRIAS, Cristiano Pereira Alencar (org.); BENTIVOGLIO, Julio (org.). **As revistas de história e as dinâmicas do campo historiográfico**. Serra: Editora Milifontes, 2017.

⁴⁵ MATTOS, Ilmar Rohloff. O gigante e o espelho. **O Brasil imperial, volume II: 1831-1870**. Org. Keila Grinberg e Ricardo Salles. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011. p.28.

expressão, em comparação com a monarquia absolutista. “A luta pelo reconhecimento da independência brasileira levou o governo, agora uma monarquia constitucional, a recrutar acadêmicos nacionais e estrangeiros capazes de produzir narrativas de afirmação nacional”.⁴⁶

Segundo Marco Morel, grupos de letrados construíram a independência política e os primórdios do Estado, procurando inserir-se dentro dos parâmetros do liberalismo político, partilhando da inserção de imagens que mostravam a razão como atributo necessário ao ser humano.⁴⁷ Muitos relatórios sobre a história do Brasil recém-independente passaram a circular pela elite brasileira, “os textos produzidos (...) consolidaram a ideia de que a independência não era resultado de uma revolução planejada, mas a única opção para o Brasil contra a opressão e a injustiça das Cortes portuguesas”.⁴⁸

Muitos intelectuais participaram desse processo. José Bonifácio de Andrade e Silva (1763-1838) é um bom exemplo, pois teve papel decisivo na construção de políticas e no estabelecimento de um debate público. Considerado por uma vertente nacionalista da historiografia como “Pai da Pátria” e “Patriarca da Independência”, nunca se opôs a monarquia e conservou a visão de que cabia a elite promover o progresso.⁴⁹

Bonifácio participou com afinco do processo de independência do país, ainda que não tenha sido um dos primeiros a ir nessa direção. Entendia que a emancipação garantiu a integridade do solo brasileiro e o desenvolvimento de um projeto regenerador, que passou a ser viável. Em suas “memórias” deixou claro que para esse novo país, com potencial moral e natural, só faltava a habitação do território. Afinal, a dominação portuguesa não havia contribuído para a civilização dos que ali viviam e assim, portugueses decadentes, índios selvagens e escravos oriundos da África eram a

⁴⁶ Idem

⁴⁷ MOREL, Marco. **As transformações dos espaços públicos**: imprensa, atores políticos e sociabilidades na cidade imperial (1820-1840). São Paulo: Hucitec, 2005

⁴⁸ Idem

⁴⁹ ARAUJO, Valdeci Lopes de. *A Experiência do Tempo*: conceitos e narrativas na formação

única matéria prima para essa ocupação.⁵⁰

Com a razão sendo a chave para a civilização, a literatura apareceu como importante instrumento para a evolução desse novo Império para pensar a sua singularidade. Nessa direção, a dependência ou não da literatura brasileira com relação a de Portugal era uma questão a ser discutida: afinal, era possível escrever a história da literatura do país sem se vincular a história de Portugal?

Para Bonifácio, e outros intelectuais de sua geração, o ser brasileiro não era de todo incompatível com o ser português. A nação definia-se mais em termos políticos do que culturais. As letras e os letrados viam-se, ainda, como um tipo de república em busca de melhores condições para as suas atividades. Por isso, a questão da nacionalidade da literatura não se constituía um problema.⁵¹

Essa questão estendeu-se por algum tempo e foi debatida pela geração seguinte. Januário da Cunha Barbosa (1780-1849), primeiro Secretario Perpétuo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, que também cumpriu seu papel na Independência, defendeu que a literatura nacional era apenas a produzida por brasileiros, entendidos como os nascidos no Brasil. Afirmava ainda, que já existia uma produção de qualidade, o que qualificava o país como uma nação civilizada. Escritor do livro *O Parnaso Brasileiro*, primeira tentativa de reunião da produção poética do passado da nação, entendia que a literatura era uma alternativa para à vida política, assim como era capaz de apaziguar os ânimos e os partidos em luta.⁵²

Segundo Kaori Kodama, “pensar quais seriam as características que diferenciariam a literatura nacional da portuguesa foi, em grande medida, a tarefa que a geração que se seguiria à de Januário da Cunha Barbosa tomou para si”⁵³. A imagem da figura do indígena como um produtor da real literatura brasileira, como veremos,

⁵⁰ Idem.

⁵¹ Ibid, p. 92.

⁵² Idem.

⁵³ KODAMA, Kaori. **Os índios no Império do Brasil**: a etnografia do IHGB entre as décadas de 1840 e 1860. Rio de Janeiro, RJ : Editora Fiocruz, 2009, p. 24.

começou a tomar formas mais consistentes. A poesia, segundo Cunha Barbosa, já era cultivada antes da chegada dos portugueses e a natureza tinha papel fundamental. Era preciso demarcar o que era “indígena” e o que era “estrangeiro”.

Surgia, portanto, uma defesa da autoimagem étnica e cultural do país, baseada em quatro ideias que iriam influenciar diretamente no principal movimento literário que se seguiu, o Indianismo Romântico. Uma formulação política e uma corrente ideológica, fundamental para muitos países da América, que pensavam em sua viabilidade como nação moderna, a partir de seus próprios projetos nacionais e da definição de suas identidades. O movimento teve como bases:

A reabilitação das raças “primitivas” dentro de um conceito liberal e fraternal de pátria comum; (...) à noção de uma ancestralidade indígena, heroica e aristocrática, que vinculava o brasileiro moderno às lendárias figuras coloniais; (...) a noção de universo indígena – e, por extensão, do Brasil como um todo – com um utópico paraíso terrestre de liberdade e abundância; (...) [e] a fé dos liberais no processo de integração social, econômica e cultural do índio.⁵⁴

O movimento que foi símbolo do pós-independência e da particularidade do país⁵⁵ iniciou-se no final do período regencial, quando o papel da literatura ganhou força. A vontade de se iniciar um futuro, que ameniza os conflitos provocados pela saída de D. Pedro I, repensava a literatura como atividade intelectual e a relacionava com a atividade política.⁵⁶

Debaixo de um “governo paternal”, dedicar as melhores energias dos cidadãos ao jogo político era fonte certa de conflitos e perturbações. (...)

⁵⁴ TREECE, David. **Exilados, aliados, rebeldes**: o movimento indianista, a política indigenista e o estado-nação imperial. Tradução: Fábio Fonseca de Melo. São Paulo: Nankin: Edusp, 2008, p. 114

⁵⁵ PUNTONI, Pedro. A confederação dos Tamoyos de Gonçalves de Magalhães: a poética da história e a historiografia do império. **Revista Novos Estudos**, N.º 45, 1996 e FERRETTI, Danilo José Zioni. Gonçalves de Magalhães e o sacerdócio moral do poeta romântico em tempos de guerra civil. **Almanack**, Guarulhos, n. 2, p. 66-86, dez. 2011

⁵⁶ trece p. 110

Além de útil, a literatura poderia contribuir com as amenidades tão necessárias nos países civilizados, capazes de adoçar os costumes.⁵⁷

A literatura aparecia, assim, como importante meio de controle e delimitação da fronteira de um passado de desordem e uma nova ordem em construção. O Indianismo Romântico ganhou destaque por ser o projeto mais acabado e influente na procura por uma autonomia nacional. Sua valorização e “invenção” do indígena, enquanto elemento original, contribuiu para a transformação do movimento em símbolo da independência e da particularidade do país.⁵⁸

Por se vincular a formação do Estado-nação, a relação da literatura com a fundação do Instituto deve ser vista com certa importância. A presença na fundação do IHGB de Gonçalves de Magalhães, um literato importante e produtor da revista *Nitheroy*, é um importante exemplo de como ambos os grupos (literatos e letrados do Instituto) circulavam nos mesmos espaços. Composta por apenas duas edições, essa revista contou com a presença de Manuel Araújo de Porto Alegre e Francisco Salles Torres Homem e tinha como pauta uma série diversificada de assuntos (política, astrologia, literatura), mas foi vista como um dos marcos da instauração do Romantismo em nosso país. Alguns intelectuais entendiam a fundação do IHGB como uma continuidade a esse projeto. Para Valdeci Araujo, mesmo que as coisas não tenham se passado dessa forma, do ponto de vista conceitual, é importante perceber que a revista *Nitheroy* influenciou os fundadores do IHGB.⁵⁹

Gonçalves de Magalhães, ao publicar um *Ensaio Sobre a História da Literatura no Brasil*⁶⁰, defende que “através dela [literatura], a história deixa de ser apenas a sucessão de acontecimentos isolados e torna-se o desenvolvimento progressivo de uma

⁵⁷ treece., p.111.\

⁵⁸ PUNTONI, Pedro. A confederação dos Tamoyos de Gonçalves de Magalhães: a poética da história e a historiografia do império. **Revista Novos Estudos**, N.º 45, 1996 e FERRETTI, Danilo José Zioni. Gonçalves de Magalhães e o sacerdócio moral do poeta romântico em tempos de guerra civil. **Almanack**, Guarulhos, n. 2, p. 66-86, dez. 2011

⁵⁹ ARAUJO, Valdeci Lopes de. **A Experiência do Tempo: conceitos e narrativas na formação nacional brasileira (1813-1845)**. São Paulo: Hucitec, 2008. P.141

⁶⁰ MAGALHÃES, Domingos José Gonçalves de. Ensaio sobre a história da literatura no Brasil. **Nhitheroy**, revista brasiliense. Ciência, Letras e Artes, nºI, P.132.

identidade, cujo sujeito maior é o povo e o resultado é a nação.⁶¹ Assim, em momento algum uma estaria desassociada a outra. Apesar de Valdeci Araujo nos lembrar que no texto de Magalhães a literatura assume funções que na modernidade serão atribuídas apenas ao conceito de história,⁶² é importante percebermos a leitura que um literato/historiador do século XIX tinha sobre a relação das disciplinas.

Mas a fundação do Instituto não passou apenas por questões intelectuais. Os personagens que se uniram para sua criação começaram a mobilizar-se durante o Terceiro Gabinete de Regência, momento em que três fatos provocaram alianças: “o afastamento de José Bonifácio do cargo de tutor do herdeiro da Coroa, a aprovação do Ato Adicional e a notícia do falecimento do Duque de Bragança”.⁶³ A morte de D. Pedro I (o Duque de Bragança), apesar de ter afastado os perigos da Restauração, não foi capaz de afastar o medo da “boa sociedade”, que ainda temia as insurreições negras e as revoltas. “Medos reais e imaginários, utilizados com frequência nos argumentos e proposições daqueles que, contrários aos rumos da experiência regencial, buscavam angariar adeptos para um projeto diferente”.⁶⁴

Para Lucia Guimarães, o que mais interessaria ao Instituto seria o fim da tutoria de Bonifácio e do “partido restaurador”. A prisão de Bonifácio, em 1833, permitiu que a influência do mesmo na Quinta da Boa Vista e no Paço Municipal, passasse às mãos de Aureliano de Souza Coutinho, que teria sido um dos apoiadores e articuladores do golpe da maioria.⁶⁵ Aureliano conquistou tamanha influência na Corte, que mesmo perdendo forças dentro da mesma, em 1836 e 1837, conseguiu articular o grupo que fundaria o IHGB, mantendo, assim, seu espaço na política e na sociedade da Corte.

O Instituto, portanto, fundou-se com bases e objetivos políticos claramente delimitados. Apesar de vender uma imagem de neutralidade, onde sua função seria apenas a de trazer as luzes para o Brasil, deixava a todo momento claro que sua relação

⁶¹ ARAUJO, Valdeci, *Op. Cit.*, p.121

⁶² Idem

⁶³ GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal. **Debaixo da imediata proteção de sua majestade imperial: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838-1889)**. Diss. Universidade de São Paulo, 1994.

⁶⁴ MATTOS, Ilmar Rohloff. O gigante e o espelho. **O Brasil imperial, volume II: 1831-1870**. Org. Keila Grinberg e Ricardo Salles. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011. p.3.

⁶⁵ Ibid, p.43.

com o jogo político era completa, seus membros estavam todos vinculados a ele. Apesar de fundado como uma instituição particular, as ligações entre a instituição e o Estado tomaram formas políticas e econômicas, desde o início o instituto foi mantido pelo governo que o financiou com dois contos de reis anuais.

Com a instauração do Segundo Reinado, os membros do Instituto formaram a base auxiliadora de D. Pedro II, o que deu ainda mais prestígio ao grupo. Até 1870 seus encontros pareciam reuniões do Conselho de Ministros, o que justificou a transferência da instituição, logo em 1840, para o Paço da Cidade e instituiu a relação direta com o Imperador, que tinha como auxiliares os letrados da instituição.⁶⁶ A revista, fundada em 1839, seria a sua principal forma de publicação. No final de 1849 o IHGB ganhou novas instalações e mudanças ocorreram no seu funcionamento acadêmico. Novas seções foram criadas e as formalidades acadêmicas introduzidas deram fruto a uma revisão no seu estatuto, ocorrida em 1851. É também nesse período, início de 1850, que o Imperador tornou-se assíduo participante, presidindo 508 reuniões até seu exílio, em 1889.⁶⁷

A História na construção no IHGB

Clara a preocupação com a verdadeira história do país, foi preciso espalhar pelas províncias letrados que recuperariam, publicariam e arquivariam os documentos necessários para a construção da História e a geografia da nação. Essa distribuição não ocorreu logo no início da fundação do Instituto, mas sim ao longo da segunda metade do século XIX. O fato dos documentos cumprirem papel fundamental na construção da verdade, afirmou a necessidade de organiza-los e publica-los. A Revista do IHGB afirmava a todo momento essa importância. Logo em sua segunda edição, lançada no segundo trimestre de 1839, publicou-se o artigo *Lembrança do que devem procurar nas províncias os sócios do Instituto Histórico*, que definiu um levantamento do que deveria ser pesquisado.

⁶⁶ GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal. **Debaixo da imediata proteção de sua majestade imperial: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838-1889)**. Diss. Universidade de São Paulo, 1994.

⁶⁷ Ibid, p.48.

Como já apontamos, a pesquisa histórica teve papel importante e mostrou-se uma indispensável matriz científica, vendo a soberania nacional como critério fundamental da identidade.⁶⁸ O trabalho destinado à instituição de publicar e arquivar os documentos e os conhecimentos produzidos sobre o Brasil, tinha como objetivo promover o desenvolvimento da história e da geografia, dois ramos que deveriam ser passados por meio do ensino público.⁶⁹ A opção pelo ensino e pela divulgação ia ao encontro das ideias do movimento iluminista que, ao menos em teoria, privilegiava essas questões.⁷⁰ No próprio discurso de Cunha Barbosa, primeiro secretário da instituição, o aprendizado e a necessidade de se resguardar a memória do Brasil apareciam com afinco.

Uma ideia muito recorrente dentro do IHGB foi a reparação dos conhecimentos já existentes sobre o país. Na geografia, o território nacional e sua exatidão foram as principais questões. Nas páginas da revista as regiões de fronteira apareceram com frequência, sendo muitas vezes o principal assunto da revista durante um ano inteiro. Apesar dos relatos de viajantes ou de agentes do governo serem lidos nesse trabalho como pertencentes a uma tentativa de historiográfica, os mesmos trazem consigo uma riqueza de detalhes geográficos que impressiona. Vegetação, relevo, hidrografia, clima, estão sempre presentes.

O reparo à história se voltou ao período moderno:

O coração do verdadeiro patriota brasileiro aperta-se dentro no peito quando vê relatados desfiguradamente até mesmo os modernos factos da nossa gloriosa independência. Ainda estão elles ao alcance das nossas vistas, porque apenas dezesseis annos se tem passado dessa época memorável da nossa moderna historia, que acrescentou no Novo Mundo um esperançoso império ao catalogo das nações constituídas, e já muitos se vão obliterando na memoria daquelles a quem mais interessam, só

⁶⁸ TURIN, Rodrigo. Uma nobre, difícil e útil empresa: o ethos do historiador oitocentista. **História da historiografia**, n. 2, p. 12-28, 2009

⁶⁹ CASTRO, Olegário Herculano de Aquino. O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro: desde sua fundação ate hoje. **Revista IHGB**, Rio de Janeiro, 60 (2), 1887.

⁷⁰ ARAUJO, Valdeci Lopes de. **A Experiência do Tempo: conceitos e narrativas na formação nacional brasileira (1813-1845)**. São Paulo: Hucitec, 2008, p.144.

porque tem sido escriptos sem a imparcialidade e necessário critério, que devem sempre formar o caracter de um verídico historiador.⁷¹

Não só os reparos deveriam ser feitos, mas o seriam a partir do olhar de um especialista que teria a verdade como principal objetivo. A necessidade de se produzir a história com responsabilidade, inclusive, foi questão importante. O historiador deveria seguir a regra básica de seu ofício: escrever a verdade.

A forte visão nacionalista demonstrada pelo instituto deve ser ressaltada. Fica clara a defesa da Independência e da construção dessa nova nação, que seria o mote do Instituto. Assim, o Estado nacional se forjaria a partir da construção das ciências, mas principalmente da História. Esta História, por sua vez, permeada por uma profunda marca elitista, era também herdeira de uma tradição iluminista, que via a soberania nacional como critério fundamental da identidade social.

Para Manoel Salgado Guimarães, a escrita da História protagonizada pelo IHGB não definia apenas quem formava a Nação brasileira, mas também quem não a formava: os índios (populações contemporâneas) e os negros.⁷² Certamente, é uma afirmação polêmica sobre a qual pretendemos evidenciar nuances e contradições. No entanto, no raciocínio de Guimarães, essa definição do “outro” não levava em conta apenas o interior da nação, mas também o exterior. As repúblicas latino-americanas eram vistas como grandes inimigas.⁷³ Se o Estado estava diretamente vinculado com a Nação e a Monarquia, a forma republicana só poderia ser vista como uma forma bárbara de se governar:

Mas a emancipação política também deveria assumir uma característica de expansão para dentro, e é assim que o instituto se atrela a uma direção política, intelectual e moral saquarema, que teve a capacidade de aliar à questão da manutenção da ordem com a

⁷¹ IHGB. Discurso recitado no ato de estatuir-se o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. **Revista IHGB**, Rio de Janeiro, 1 (1) 1839, p. 10.

⁷² GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. Nação e civilização nos trópicos: O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional. **Revista Estudos Históricas**, Rio de Janeiro, nº 1, CPDOC, 1988.

⁷³ Idem.

difusão de uma civilização. A criação do IHGB, junto com o colégio Pedro II, tinha papel de civilizar a família patriarcal, construir a classe senhorial e formar os brasileiros.⁷⁴

A elite intelectual que contribuía para os trabalhos do Instituto reduzia-se a elite imperial, que segundo Mota, englobava “Participantes do clero (cônegos, padres, freis), os portadores de título de nobreza, além de militares membros da guarda nacional com título de general, major, tenente, etc.”⁷⁵ Mas devemos lembrar que a construção da ideia de Nação não deve ser pensada, de forma geral, como uma oposição à antiga metrópole. Ao contrário, a nova Nação brasileira se entendeu enquanto disseminadora de certa tarefa “civilizadora” iniciada pela colonização portuguesa, em relação a este “outro”. “Logo, mais do que pensar o passado deste jovem Estado, o IHGB foi pensado como uma instituição que indicasse os trilhos que as elites dirigentes brancas deveriam seguir a busca pelo progresso, pela prosperidade, pela civilização e grandeza da nação e do país.”⁷⁶

O papel da instituição era grande, dispondo em suas publicações e reuniões dos principais intelectuais brasileiros: colocava lado a lado historiadores, críticos literários, escritores e políticos.⁷⁷ Por isso é importante percebermos que a construção da História da nação brasileira não passou apenas pela discussão de quem faria parte da mesma, mas também pela metodologia que seria usada em sua escrita. Para autores como Buffon, a já pontuada relação com a literatura, utilizou as narrações científicas como um meio de objetivar a “disciplina” de História Natural. Autores importantes para a historiografia brasileira do século XIX, como Von Martius, afirmaram que a descrição

⁷⁴ MATTOS, Ilmar Rohloff. O gigante e o espelho. **O Brasil imperial, volume II: 1831-1870**. Org. Keila Grinberg e Ricardo Salles. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011, p.36.

⁷⁵ MOTA, Lucio Tadeu. A Revista do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro (IHGB) e as populações indígenas no Brasil do II Reinado (1839-1889). **Diálogos** (DHI/PPH/UEM), v.10 n.1, p. 117-142, 2006, p.128.

⁷⁶ BAULER, Almir; KEIM, Ernesto Jacob. O discurso etnográfico na revista do IHGB: 1840-1860. **Espaço Ameríndio**, v. 5, n. 3, p. 66, 2011. P.68

⁷⁷ DA SILVEIRA, Pedro Telles. Ficção, literatura e história através da “Crônica do descobrimento do Brasil (1840), de Francisco Adolfo de Varnhagen. **História da Historiografia**, n. 3, p. 34-52, 2009.

particularizada da natureza, deveria sim, anteceder a narração dos eventos e fatos históricos.⁷⁸

É importante ressaltarmos a presença de Martius na discussão metodológica da escrita da História no período. Afinal, Martius ganhou o concurso, elaborado pelo IHGB em 1840, com a melhor tese sobre como deveria ser escrita a História do Brasil.⁷⁹ Martius, em seu texto, defendeu um modelo que deveria ser seguido a partir de uma escrita e uma análise de fontes específicas, dando grande ênfase, diga-se de passagem, a participação dos indígenas na História do Brasil. O texto ganhador de autoria do naturalista, redigido em 1843, foi publicado na revista da instituição em 1845. Apesar da vitória, muitos letrados dentro do próprio Instituto afirmaram ser esse o modelo ideal, mas inalcançável.⁸⁰

Outros autores, igualmente importantes para a historiografia oitocentista, participaram desse debate. Francisco Adolfo de Varnhagen, produtor da *História Geral do Brasil*, compreendia que a História não era oposta à literatura. Ao contrário, defendia que a vida cultural e a escrita do país, deveriam ser vistas como complementares.⁸¹ Para o autor, a história pátria deveria partir do “descobrimento”, apresentando sempre o passado de forma cronológica. Varnhagen se via como “mestre” da narrativa que pretendia apresentar a mitologia do descobrimento.⁸²

O já citado Gonçalves de Magalhães, nosso último exemplo, claramente reunia em sua obra história e literatura. Sua epopeia indianista, a *Confederação dos Tamayos*, deixou sua marca ao misturar personagens e acontecimentos reais com fictícios “que [cumpriam] o papel (...) de tecer uma narrativa plausível e funcional nos moldes

⁷⁸ CARDOSO, Eduardo Wright. Presentificando a natureza: os enunciados descritivos da paisagem nacional como efeitos de presença na escrita da história oitocentista. **História da Historiografia**, n. 8, p. 107-125, 2012.

⁷⁹ Idem.

⁸⁰ KODAMA, Kaori. **Os índios no Império do Brasil: a etnografia do IHGB entre as décadas de 1840 e 1860**. Rio de Janeiro, RJ: Editora Fiocruz, 2009.

⁸¹ DA SILVEIRA, Pedro Telles. Ficção, literatura e história através da “Crônica do descobrimento do Brasil (1840)”, de Francisco Adolfo de Varnhagen. **História da Historiografia**, n. 3, p. 34-52, 2009.

⁸² Idem

exigidos pela historiografia romântica em construção”.⁸³ É importante percebermos que a perspectiva do que era História ainda estava em construção, mas textos narrativos, aparentemente, já tinham grande valorização. Além disso, não era apenas entre a história e a literatura que os intelectuais circulavam: também existiam os que transitavam entre outras áreas do conhecimento, como a História Natural.

Mais uma vez Von Martius aparece como grande exemplo. Ao levantar as expedições de História Natural ocorridas na Mata Atlântica, a historiadora Marta Amoroso, demonstra a intensa relação do intelectual com naturalistas europeus. Mais do que isso, Amoroso evidencia como significativa parte dessa geração de naturalistas teve acentuado impacto na ideia de conhecimento científico no Brasil. Questões como a natureza e as populações da América, apresentaram-se como pontos de convergência para ambos os grupos. Pontos que no país independente, relacionaram-se não só a diferentes áreas do conhecimento, mas também a desdobramentos políticos.⁸⁴

É preciso ressaltar que talvez os próprios intelectuais do Instituto não tivessem plena clareza do que era essa história. Segundo Temístocles Cezar, a história estava dando seus primeiros passos:

Tal como para o projeto nacional, também não era clara a identidade da história, nem do historiador. O que ele devia mesmo fazer? E mais, como fazer? Algumas palestras proferidas no IHGB são, notadamente, tentativas de normatizar e criar regras para o ofício desse historiador da nação. Não exatamente o que este deve ser – não havia tanta clareza assim –, mas sobretudo o que ele não deve ou não pode fazer.⁸⁵

⁸³ PUNTONI, Pedro. O Sr. Varnhagen e o patriotismo caboclo: o indígena e o indianismo perante a historiografia brasileira. István Jancsó (Org.), **Brasil, formação do Estado e da nação**. São Paulo-Ijuí: Hucitec, 2003, p.6

⁸⁴ AMOROSO, Marta Rosa. **Terra de índio. Imagens em aldeamentos do Império**. São Paulo: Terceiro Nome, v. 1, 2014.

⁸⁵ CEZAR, Temístocles. **Ser historiador no século XIX: o caso Varnhagen**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2018

O que estava claro era o comprometimento do mesmo com a verdade, que passava a se identificar com o fato comprovado por um documento. A metodologia para isso ainda não tinha definição clara, mas a correção dos trabalhos já publicados, a definição do que seria ou não uma fonte e a narração das ações históricas (voltada sempre ao geral da história do país),⁸⁶ já apareciam como critérios claros do processo.

A correção dos erros já escritos passa a ser objetivo claro na instituição, não apenas pensando no que deveria ser escrito e publicado, mas também o que não poderia ser guardado, justamente pela existência de erros. O diplomata Bento da Silva Lisboa e J. D. de Attaide Moncorvo fizeram parte de uma comissão responsável por avaliar, em 1840, os textos produzidos por Debret em sua estadia no Brasil. O objetivo seria tecer uma avaliação que afirmaria ou negaria a possibilidades de armazenar esses textos na biblioteca do Instituto. O parecer vai ao público no ano de 1841 e intitulava-se: *Parecer sobre o 1º e 2º volume da obra intitulada Voyage pittoresque et historique au Bresil, ou séjour d'un artiste français au Bresil, depuis 1816 jusqu'em 1832 inclusivement*.

A primeira edição foi avaliada em julho de 1840, a comissão demonstrou satisfação com ela, os elogios do autor a seus discípulos brasileiros e sua defesa de que no Brasil se desenvolvia uma civilização que honrava o povo que lá habitava, claramente satisfez os avaliadores. A descrição que Debret fez dos hábitos, línguas, religião e armas dos indígenas concordava com o que outros viajantes descreviam, por isso os pareceristas afirmaram que o texto merecia ser colocado na biblioteca do Instituto.

A segunda edição, avaliada em outubro de 1840 foi também elogiada, mas apresentou problemas. Debret reafirmou que a civilização progredia, apesar do sistema colonial, o que seria visto como algo positivo. Mas o texto sofre críticas ao ressaltar que Juan Dias Solis, teria descoberto a baía da Guanabara em 1515. Segundo a comissão, a história até então contava que Dias teria colocado o nome do local de Santa Luzia, que teria mudado apenas em 1532, quando Martin Afonso de Souza teria aportado nessas terras. O erro seria aceitável pois Debret não tinha conhecimento das pesquisas recentes do Instituto, que já teria percebido esse problema. As notas de Varnhagen no texto *Roteiro de Pero Lopes* mostravam que o nome desta baía seria conhecido pelo império português

⁸⁶ CEZAR, Temístocles. Lição sobre a escrita da história historiografia e nação no Brasil do século XIX. *Diálogos*, DHI/UEM, v. 8, n. 1, p. 11-29, 2004

desde o ano de 1508, conseqüentemente, o nome só poderia ter sido dado por uma armada de exploradores de Cabral.

A comissão encontra ainda dois erros, que igualmente ao primeiro, teriam sido achados apenas porque o Instituto estava construindo e procurando arrumar os erros existentes na construção da história Nacional (data da invasão de Duguai Trouin e a informação de que um dos irmãos de Pombal teria virado governador da província do Rio de Janeiro, mas segundo um catalogo publicado na Revista, nesse período, o Governador seria Patricio Manoel de Figueiredo). Após questionarem o caráter dos habitantes do Brasil, que apareciam em três estampas feitas por Debret, a comissão afirmou que o 2º volume parecia pouco interessante para o Brasil. Além de reproduzir erros já consertados pelo Instituto, não compreendia as alterações nos costumes que ocorriam no Brasil. Por isso, essa parte não era indicada para ficar na biblioteca do Instituto.

A presença documental está presente em todos esses debates. Seja para arrumar os erros ou para construir uma nova história, a verdade o tempo todo se afirmaria a partir desses textos. Ao longo desse trabalho analisaremos as nuances da documentação, seja pela clara necessidade de armazená-los e pesquisá-los, seja no seu uso dentro da Revista. Como vamos ver, não foi à toa que a relação história e documento dentro do IHGB deixava ainda mais claro que a metodologia de escrita da história ainda estava em construção. Muito presente na historiografia, a ideia de que a instituição muitas vezes reproduziu documentos e não produziu história, vai ser questionada. Entendemos que a reprodução documental não se dá por mera necessidade de armazenamento ou de circulação, mas sim por uma tentativa de produção historiográfica.

Dentro de todo esse debate metodológico, a figura do indígena apareceu enfrentando contradições, falas e objetivos completamente opostos. Por isso, é importante traçarmos um panorama que de conta dessas diferenças, que iam muito mais além do que o campo intelectual.

O indígena no IHGB

Para compreendermos a presença indígena, não só no IHGB mas ao longo de todo o século XIX, precisamos apontar que as complexidades que se estendem sobre essa

figura são extensas. Sua presença ao longo de todo território nacional se deu e foi vista a partir de prismas que se alteravam. Em regiões de fronteira, por exemplo, essas populações eram a garantia que o território brasileiro não seria invadido por seus vizinhos ou até mesmo por grupos indígenas inimigos. Já no interior de alguns locais, como São Paulo e Rio de Janeiro, a presença desses grupos significava um entrave no desenvolvimento agropecuario do país.

Já no Pará, a logica muitas vezes se voltava a questão de mão de obra. Nessa região, os indígenas eram os responsáveis por trabalhos fundamentais, como os de remeiros. Ali, os embates que circulavam essas populações, voltava-se a quem teria ou não uma quantidade considerável de trabalhadores. Por isso, a questão “como construir um novo país independente e estável a partir de uma história nova, de uma literatura nova” que teve como resposta o indígena, como já apontou diversas vezes a historiografia,⁸⁷ não deve ser vista com simplicidade.

Essa figura que aparecia com constância dentro e fora do Instituto, permitiu que o país se aprofundasse em sua própria história, que voltasse a sua origem. Mas interesses políticos, que se pautavam pelas necessidades da sociedade imperial e não pelas necessidades das comunidades indígenas, também foram associadas a esse grupo. Por isso, “muitos contemporâneos reconheciam que os índios representavam um dos mais complexos setores da geopolítica imperial que, àquela altura, estava centrada na consolidação do território do Império”⁸⁸. Todas essas questões relacionaram-se com duas imagens: a do indígena do presente e do indígena do passado.

No presente, a questão voltava-se a alguns debates, mas dois eram fundamentais: o primeiro, voltava-se para a ocupação indígena no território nacional, que também levava em conta uma política estratégica de segurança das fronteiras e do uso dessas pessoas como mão de obra. A relação da ocupação territorial se afirma ao analisarmos a política

⁸⁷ ARAUJO, Valdei Lopes de. **A Experiência do Tempo: conceitos e narrativas na formação nacional brasileira (1813-1845)**. São Paulo: Hucitec, 2008.

⁸⁸ MOREIRA, Vânia. O ofício do historiador e os índios: sobre uma querela no Império. **Revista brasileira de História**, v. 30, n. 59, p. 53-72, 2010. p. 56

ofensiva portuguesa, que tomou forma com as Cartas Régias de D. João⁸⁹. O avanço aos indígenas, deveu-se a uma política de controle e ocupação efetiva do território, que agravou as relações locais e nacionais entre luso brasileiros e indígenas.⁹⁰ A presença indígena, principalmente nas regiões de “fronteira do império”, cuja ocupação deveria impor a segurança do território, demonstrou a importância de se dar atenção para essas populações.⁹¹

Como já apontamos, para um país jovem e monárquico, a presença das repúblicas em suas fronteiras, caracterizadas como rivais, colocava essas regiões como questão fundamental. Em 1853, Joaquim Machado de Oliveira, publicou o texto *Memoria Histórica sobre a questão de limites entre o Brasil e Montevideo*, onde o autor relatou os conflitos entre a coroa espanhola e a portuguesa na fronteira Brasil e Montevideo, deixando claro como a questão deveria ser tratada com afinco.

O relato se inicia no século XVII e termina só no XIX. O principal objetivo do autor era apontar os acordos e desacordos que foram feitos entre as duas coroas sobre o local, narrando para isso os confrontos entre o exército português e o que chamava de guerrilha espanhola. Os indígenas apareciam a partir das missões que estavam em disputa, em alguns momentos eles permaneciam ao lado dos espanhóis, em outros eram culpados por assaltos aos portugueses, mas estavam sempre presentes no embate e eram sempre agentes importantes para a definição de quem assumiria ou não o poder local.⁹² Manter relações amistosas com determinadas etnias, era não só conquistar um aliado contra um inimigo comum, mas também não ser atingido por outros grupos.

A segunda, trazia a possibilidade de utilizar o indígena como mão de obra, que aparece com afinco nas páginas da Revista. Essa questão, relacionava-se, principalmente, a mão de obra escrava e a catequese. O debate construído sobre a catequese foi maior,

⁸⁹ SPOSITO, Fernanda. **Nem cidadão nem brasileiros:** indígenas na formação do Estado nacional brasileiro e conflitos na província de São Paulo (1822-1845). São Paulo> Alameda, 2012, p.60.

⁹⁰ Idem

⁹¹ KODAMA, Kaori. **Os índios no Império do Brasil:** a etnografia do IHGB entre as décadas de 1840 e 1860. Rio de Janeiro, RJ : Editora Fiocruz, 2009.

⁹² OLIVEIRA, J. Joaquim Machado. MEMORIA HISTORICA sobre a questão de limites entre o Brasil e Montevideo. **Revista do IHGB**, Rio de Janeiro, 16 (12) 1853. pp. 385-560.

trazendo contradições claras entre os intelectuais da instituição, esteve presente durante todos os anos de publicações da Revista. Já a escravização, seria vista de forma mais uniforme, entendida como um problema, não seria amplamente debatida, aparecendo de formas mais veladas.

Logo na primeira edição da revista, em 1839, Januário da Cunha Barbosa, publicou o texto *Programa - Se a introdução dos escravos africanos no Brasil embaraça a civilização dos nossos indígenas, dispensando-se-lhes o trabalho, que todo foi confiado a escravos negros*, o autor afirmava que a escravidão foi um forte embaraço a civilização dos índios: eles, segundo o testemunho do padre Vieira, só fugiam da catequese por medo da escravidão. Para o autor:

Empregando-se em transportar africanos, esqueceu-se de todo da civilização dos índios. Como somos de opinião que só pela catequese se podem desentralhar os indígenas de suas mattas, e traze-los aos primeiros caminhos da civilização, cremos, por isso mesmo, que a introdução dos negros é um grande obstaculo a essa empresa⁹³

O indígena seria uma opção a mão de obra africana não porque a escravidão era um problema, mas porque ela impedia que os indígenas fossem vistos como uma possibilidade. Para o autor o problema não estava na aversão dos indígenas ao trabalho, mas sim na brutalidade que eles foram tratados por lavradores no passado. Aqui aparece uma questão que será constante no debate sobre a catequese: os indígenas não serviriam para o sistema de catequese ou o sistema é que teria falhado com essas populações?

Novamente, Cunha Barbosa, logo no segundo ano de publicação da revista, em 1840, publicou um texto que afirmava ser a catequese o meio mais eficaz de trazer os índios da barbaridade. O autor, em sua defesa, baseou-se na própria história do Brasil, onde a figura do jesuíta e sua importante presença no território nacional, provava que os índios podiam ser domesticados mais pela catequese do que pelas armas.⁹⁴

⁹³ BARBOSA, Januário da Cunha. Programa - Se a introdução dos escravos africanos no Brasil embaraça a civilização dos nossos indígenas, dispensando-se-lhes o trabalho, que todo foi confiado a escravos negros. **Revista do IHGB**, Rio de Janeiro, 1 (1) 1839, pp.123-133. p.126

⁹⁴ BARBOSA, Januário da Cunha. Programa – Qual seria hoje o melhor sistema de colonizar os índios estranhos em nossos sertões; se conviria seguir o systema dos Jesuitas, fundado principalmente na

Já outros autores, também integrantes do IHGB, não enxergavam na religião a solução para a civilização. Joaquim Fernandes Pinheiro, por exemplo, entendia que os jesuítas até poderiam participar desse processo, mas deveriam ser mantidos no controle do Estado, que comandaria os assentamentos e manteria uma ordem a partir de uma burocracia civil.⁹⁵ O autor não nega a importância jesuítica no passado, inclusive coloca alguns como importantes civilizadores do Brasil, mas compreende que sua volta seria danosa, pois muitas vezes os mesmos “se esquecem (...) do lugar de modestos operários do Evangelho para se emaranharem no intrincado labirinto da política (...) deixam de ser uma congregação religiosa para se converter em seita política”⁹⁶

É importante percebermos que todas as aspirações civilizatórias que a todo o momento circulavam entre as discussões do IHGB condiziam com as políticas discutidas no Império. Por isso não é possível compreender a presença dos indígenas dentro da Revista se não compreendermos o processo político regente. Os vasos que ligavam política Nacional e a intelectualidade do Instituto eram muito próximos, os agentes que compunham ambos, muitas vezes, eram os mesmos. Como já dissemos, Machado de Oliveira é um bom exemplo: tendo sido Diretor-geral dos índios da província de São Paulo (1846), delegado de polícia e presidente da Câmara Municipal de São Paulo (entre outros cargos políticos), era também um quadro importante do IHGB. Com presença constante nos debates intelectuais não só sobre os indígenas, mas também sobre história, levantamento documental, memórias de integrantes da instituição, levantamentos geográficos, entre outros, manteve posicionamentos distintos quando se colocava no lugar de letrado e quando estava em posição de político.

As visões civilizatórias do Instituto com as políticas do pós-independência juntavam-se nos aldeamentos, que se compunham de resquícios do *Directorio* de Pombal - mesmo após sua revogação pelas Cartas Régias – e que tinha o descimento como um de seus pontos fundamentais.

propagação do Christianismo, ou se outro do qual se esperem melhores resultados do que os actuaes. **Revista do IHGB**, Rio de Janeiro, 2 (1) 1840. pp. 3-18

⁹⁵ GUIMARÃES, M. L. **Historiografia e Nação no Brasil (1838-1857)**. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2011, p.150

⁹⁶ PINHEIRO, Joaquim Caetano Fernandes. Ensaio sobre os Jesuítas. **Revista do IHGB**, Rio de Janeiro, 18 (17), 1855, pp. 65-157.

Obede[cendo] (...) a convivência várias: não só se os tirava ou confinava em parcelas de regiões disputadas por frentes pastoris ou agrícolas, mas se os levava também para onde se achava que seriam úteis. (...) os aldeamentos serviam de infraestrutura, fonte de abastecimento e reserva de mão-de-obra. Eventualmente, além de interesses regionais ou nacionais, os interesses puramente locais de moradores eram atendidos.⁹⁷

Do ponto de vista legislativo o *Regulamento das Missões* de 1845, defendeu o sistema de aldeamentos, a catequese, o incentivo ao desenvolvimento dos ofícios, o estímulo à produção independente e a atração dos índios ainda errantes. O projeto apresentava como grande diferença a outros projetos de “civilização”, a regulamentação da possibilidade de arrendamento e aforamento das terras indígenas.⁹⁸ Visto como a espinha dorsal da legislação indigenista do Império, apesar de não ser o único embate legislativo sobre a questão, é uma importante legislação nacional, que se mantinha inspirada na política Pombalina.

O Regulamento passou por várias revisões. Desde o início ficou claro que o mesmo não poderia ser aplicado em todo o território nacional, como anunciaram Paraíba e Rio Grande do Norte. As realidades locais eram distintas, além do mais, o dilema entre a precedência de missionários e leigos, para assumir a direção dos serviços de catequese e civilização, aparecia como ponto chave para os conflitos.⁹⁹ Segundo Patrícia Sampaio:

As avaliações sobre a eficácia da nova legislação indigenista [são analisadas de formas distintas, mas] uma breve retomada da historiografia revela uma unanimidade: o *Regulamento* constituiu-se em um verdadeiro desastre para os povos indígenas e, mais que isso, consolidou o processo de expropriação de suas terras nos mais variados e distantes lugares do Império.¹⁰⁰

⁹⁷ CUNHA, Manuela Carneiro. **Legislação indigenista no século XIX: uma compilação (1808-1889)**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Comissão Pró-Índio de São Paulo, 1992, p. 18-19.

⁹⁸ SAMPAIO, Patrícia Melo. Política Indigenista no Brasil Imperial. GRINBERG, Keila e SALLES, Ricardo. (Orgs.) **O Brasil Imperial (1808-1889)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, v. 1, pp. 175-206, 2009.

⁹⁹ Idem.

¹⁰⁰ Ibidem., p.13

Assim, também na questão política o indígena foi dividido. Havia duas opções: o extermínio ou a integração. Aqueles que fizessem parte do processo de aldeamento, de “civilização”, fariam parte do país, deixando a vida selvagem e se transformando em mão de obra. Esse processo fazia parte da ideologia conciliatória da unidade nacional e social que viria a dominar o Segundo Reinado.¹⁰¹ A segunda ideia, encapuçada pela política colonial opressora de Portugal, a qual o Brasil agora se achava supostamente livre, era voltada aos índios que “preferiam” permanecer na vida errante, onde estariam declarando guerra ao Estado Brasileiro e justificando sua perseguição.¹⁰²

O confronto entre Estado, intelectuais e agentes, relacionado ao o que fazer com os indígenas no presente, aparece com constância nas páginas da Revista. A dissonância entre o poder do Estado (e seus representantes) e os agentes de contato; ou das legislações com os intelectuais; ou de intelectuais com agentes de contato, podem ser vistas, inclusive, ao mesmo tempo. Em 1858, Theophilo Benedicto Ottoni, publica na Revista do Instituto, uma *Notícia sobre os selvagens do Mucury*, onde ele relata ter organizado duas missões.

Por acreditar que a violência indígena na região se dava como uma resposta a violência inicial dos cristãos, sua bandeira não usou de armas. Após o encontro, os índios teriam afirmado que ficariam em paz, se assim os cristãos o fizessem. Mas em menos de um ano, um dono de terra teria assassinado 14 pessoas, contradizendo o acordo inicial. Ottoni usa esse fato para reiterar que tratar os selvagens com amizade seria o meio infalível de civilizá-los. Mas para o autor a legislação seria também um problema, pois a Carta Régia teria possibilitado o massacre indígena. Assim, o conflito não estava apenas nos a gentes de contato, mas também nos usos e desusos da legislação.

É claro que devemos pontuar seu papel como um dos líderes do partido liberal, assim como sua forte relação com os povos indígenas. As ligações do autor ao certo influem em seus comentários, mas a constância desses debates deve ser pontuada. A todo momento é colocado os diferentes usos dados a essas populações. A assimilação ou o extermínio, por exemplo, passavam ou não pelas necessidades das economias locais.

¹⁰¹ TREECE, David. **Exilados, aliados, rebeldes:** o movimento indianista, a política indigenista e o estado-nação imperial. Tradução: Fábio Fonseca de Melo. São Paulo: Nankin: Edusp, 2008.

¹⁰² Idem.

No passado, buscou-se um povo “civilizado”, mais digno de representar e compor a história do Brasil. A onda de descobrimentos arqueológicos na América espanhola, provocou um debate acerca da existência de civilizações desaparecidas. Para os fundadores do IHGB, esse foi um debate fundamental.¹⁰³ O *Relato sobre as inscrições da pedra da Gavia mandada examinar pelo IHGB*, publicado na Revista em 1839, é o exemplo mais claro dessa busca. O instituto logo em seu primeiro ano de funcionamento criou uma comissão para avaliar possíveis inscrições existentes na pedra da Gávea e apesar de concluir que provavelmente não se tratava de uma interferência humana, a comissão fez questão de reiterar que esse tipo de inscrição devia existir em outras regiões. O IHGB devia apenas continuar procurando e financiando essas buscas.

Esse passado também deveria estar presente nas novas propostas de escrita da história. Cunha Matos, ao escrever *Épocas brasileiras, ou sumário dos acontecimentos mais notáveis do Império do Brasil*, afirmou três divisões para as épocas da história do país: a primeira voltou-se aos “aborígenes ou autóctones”; a segunda, ao descobrimentos dos portugueses e da administração colonial; e a última, abrangeu os acontecimentos nacionais desde a independência. Para Matos, essa ideia ligava o presente a um passado longo, onde a formação do país vinculava-se a sua civilização local, não aos portugueses.

Além disso, colocava o Brasil dentro da história universal, onde cada época teria sua função. Preenchendo o significado de uma história geral, o Brasil seria “sucessor da civilização da terra de Santa Cruz”. Assim, não só corroborava com o sentido de universalidade da história, como reafirmava a necessidade de novas pesquisas sobre a antiguidade do solo brasileiro,¹⁰⁴ mais uma vez, bastava apenas ao Instituto buscar as informações sobre esse passado.

O indígena do passado muitas vezes, aparecia como exemplo. Na Revista isso se deu dentro da *seção Biografia dos Brasileiros Distintos Por Letras, Armas, Virtudes*.

¹⁰³ ARAUJO, Valdei Lopes de. **A Experiência do Tempo: conceitos e narrativas na formação nacional brasileira (1813-1845)**. São Paulo: Hucitec, 2008, p. 163

¹⁰⁴ KODAMA, Kaori. **Os índios no Império do Brasil: a etnografia do IHGB entre as décadas de 1840 e 1860**. Rio de Janeiro, RJ: Editora Fiocruz, 2009, p. 67

Existem biografias de indígenas em apenas dois momentos¹⁰⁵, mas que se opõem de forma bem interessante e nós permite compreender a complexidades que circulavam a figura do indígena. O primeiro deles ocorre em 1842 e refere-se a *Ararigboya* (Martin Afonso). Joaquim da Cunha Barbosa, escreve um texto de três páginas para demonstrar a grandeza desse líder, que “carregou o pau brasil para os portugueses”¹⁰⁶. Relatou a fundação da aldeia de S. Loureço, que foi atacada por franceses, mas com a ajuda da esquadra portuguesa, teria sido defendida.

O redator colocou a personagem como um grande herói, um índio valente que teria ido contra os franceses e os Tamaios. As únicas informações de cunho pessoal são os locais onde o indígena teria nascido e morrido. É interessante notarmos que para Barbosa o que realmente importa eram as atividades militares de Martin Afonso, que foram ressaltadas justamente porque ele seria um exemplo de indígena que devia estar presente nas páginas da história nacional.

Em 1850, foi publicada a biografia de Cunhambebe, sem redator específico¹⁰⁷. Uma das principais lideranças tupinambá da Guanabara, ao contrário do anterior, o texto apareceu de forma curta e negativa, compondo-se de apenas uma página. O início do texto dava o tom do que viria: “não é por sentimentos de admiração por um chefe bárbaro da raça que havia invadido este território antes que a elles chegassem, com as civilizações e christianismo, nossos pais”¹⁰⁸. Assim como no anterior, as informações de cunho pessoal são ínfimas, mas aqui a figura apareceu quase como uma mera lembrança rápida.

A justificativa de sua presença era clara, “é por amor a verdade histórica: é para que admirem os que admirar quizerem (não nós) esse cabecilha”¹⁰⁹. Ficava claro que a função das biografias no Instituto, não era apenas a de construir, ou projetar os cidadãos brasileiros ideais, mas também, a de mostrar quais não seriam esses cidadãos. Maria

¹⁰⁵ Entre o período de 1839 - 1860

¹⁰⁶ Redação. Joaquim da Cunha. *Biographia dos brasileiros distintos por letras, armas, virtudes, etc.* – *Ararigboya* (depois *Martim Affonso*). **RIHGB** Rio de Janeiro, 4 (14), 1842, p. 207 – 209.

¹⁰⁷ Kaori Kodama, em seu livro *Os índios no império do Brasil*, afirma que a autoria desse texto, possivelmente, seria de Varnhagen, a considerar a época em que foi escrito.

¹⁰⁸ BARBOSA, Joaquim da Cunha. *Biographia dos brasileiros distintos por letras, armas, virtudes, etc.* – O chefe de índio Quoniambebe. **RIHGB** Rio de Janeiro, 13 (4º trimestre), 1850, p. 517

¹⁰⁹ *Idem*

Oliveira, afirma que “para eternizar as vidas e os feitos dos cidadãos notáveis, caberia ao historiador nomeá-los, “julgá-los”, emitindo seu juízo como um “austero sacerdote da verdade”¹¹⁰ Assim, ao publicar essas duas biografias, o Instituto usava de sua importância para julgar a presença de líderes indígenas na história nacional.

A presença do segundo texto também infere o quanto o Instituto abria-se a inclusão de certos sujeitos, ou até fatos na história, mesmo que eles não condissessem com a defesa do Estado. Como bons historiadores, os letrados da instituição jamais os deixariam de fora, afinal a verdade viria sempre a frente. Além do mais a história “deveria explicar “o que a pátria é e o que pode vir a ser”, ou seja, sem a narração dos acontecimentos do passado, não seria possível decifrar ‘a condição presente e futura do Brasil’”.¹¹¹ Cunhambebe, assim, seria o perfeito exemplo de como o indígena do passado serviria de exemplo para o do futuro, mesmo quando o do passado não fosse o sujeito ideal.

Segundo John Monteiro, apesar de existirem outros locais de discussão sobre esses assuntos, a revista do IHGB foi o que proporcionou um barômetro, onde se podia perceber a intensidade do debate no período.¹¹² Algo a ser ressaltado é que esse barômetro relatado por Monteiro diz respeito aos textos em que essas populações eram vistas como agentes principais. Como ficará claro no segundo capítulo, usamos dessa ideia para compreender os textos já analisados pela historiografia a um tempo, mas propomos uma leitura mais ampla. Será que nos escritos em que essa figura aparece não como figura principal, mas a partir de outras lógicas, esse debate de passado e presente se mantém? Quem é esse indígena e qual o seu papel na construção da história do país? São essas questões que nortearam os próximos passos do trabalho.

Etnografia e História: proximidades e distinções

A etnografia, assim como a história, estava começando a ser forjada nas páginas da Revista do Instituto. Os debates que a envolviam devem ser vistos a partir do prisma

¹¹⁰ OLIVEIRA, Maria da Glória. **Escrever vidas, narrar a história:** a biografia como problema historiográfico no Brasil oitocentista. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011.p. 39

¹¹¹ Idem, p.60

¹¹² Ibidem., p.148.

de um campo em construção que, como não poderia deixar de ser, englobava uma série de complexidades e contradições. “As expectativas que configuravam esse debate tiveram ressonâncias diretas no modo como os letrados se relacionavam com o passado, ao mesmo tempo em que esse passado limitava e possibilitava as justificativas de ação do presente.”¹¹³

Esse campo trabalhava com regras que versavam sobre o indígena, seu objeto por excelência. Tinha por interesse transformar esses sujeitos em quadros possíveis de se estarem a frente do processo histórico da nação brasileira. Para Rodrigo Turin, ela direcionava-se a resolução de dois problemas:

O primeiro, uma busca pela especificidade histórica das populações indígenas (...) um segundo problema (...), decorrente do primeiro, dizia respeito à possibilidade ou não de se catequizar a população que ainda habitava o território, e qual seria o melhor método a se adotar¹¹⁴

Ao elencar essas questões o autor ressalta algo importante: a restrição do objeto etnográfico como sendo apenas o indígena significa um silenciamento tanto em relação aos escravos negros, como também ao que seria popular”. Isso fica evidente nas páginas da Revista. Não existe um texto, no período aqui analisado, que a figura do negro foi tratada de forma principal.

Ele aparece de duas formas mais gerais, a primeira nos textos de funcionários do Estado ou de viajantes, em que eles são meros personagens de uma trama maior; e quando os autores precisavam demonstrar o quanto a introdução dos negros fora prejudicial, seja em relação a sociedade em si, seja a civilização e condução da questão indígena. O texto mais elucidativo que demonstra a comparação negros x índios é uma publicação de Januário da Cunha Barbosa, *Programa - Se a introdução dos escravos africanos no Brasil embaraça a civilização dos nossos indígenas, dispensando-se-lhes o trabalho, que todo foi confiado a escravos negros*. Que nada mais é do que uma defesa, nada humanizada, do fim da escravidão. O autor volta a história romana para provar o quanto ela é ruim, afirmando, inclusive, que a escravidão foi um forte embaraço a civilização dos índios.

¹¹³ TURIN, Rodrigo. **Tessituras do tempo**: discurso etnográfico e historicidade no Brasil oitocentista. EDUERJ, 2013. p. 31

¹¹⁴ Idem

Segundo testemunho do padre Vieira, os indígenas só fugiam da catequese por medo da escravidão. Para o autor "empregando-se em transportar africanos, esqueceu-se de todo da civilização dos índios".

A relação desses sujeitos, inclusive, aparece de muitas outras formas. Joaquim Norberto, por exemplo, em sua tão conhecida *Memoria histórica e documentada das aldeias dos índios da província do Rio de Janeiro*, afirma que a luta entre os missionários, defensores da liberdade dos índios, e os conquistadores, que os queriam cativos, era constante nessa região. Para ele, a solução do problema seria introdução dos negros nos locais de necessidade de mão de obra. Com isso o desenvolvimento da legislação respectiva aos indígenas evoluiria e a sorte desses povos melhoraria.

A importância da etnografia é tão fundamental para a Revista do Instituto que ela não perpassa apenas o campo teórico. Em alguns momentos de reformulação do título da Revista, que se estendeu nos primeiros anos de sua existência, ficava claro que a etnografia tinha papel fundamental.

Batizada originalmente de Revista Trimensal de História e Geografia ou Jornal do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, em 1850, teve a designação alterada para Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Brazil. Nove anos mais tarde, acrescentou-se a esse título a palavra Etnográfico. A denominação Revista do Instituto Histórico, Geográfico e Ethnográfico do Brazil perdurou até 1886, quando passou a se chamar Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, como é conhecida até os dias de hoje.¹¹⁵

Ao colocar a etnografia em seu título, os editores do periódico deixavam claro que esse não era um tema secundário. Apesar de altamente vinculado a história, o saber etnográfico era visto como um conhecimento a parte e sua introdução no nome da Revista, não deve ser lido como desproposital.

¹¹⁵ GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal. Produção e disseminação do saber histórico no oitocentos: a Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. In: ARRIAS, Cristiano Pereira Alencar (org.); BENTIVOGLIO, Julio (org.). **As revistas de história e as dinâmicas do campo historiográfico**. Serra: Editora Milifontes, 2017.

A formação desse discurso no século XIX, foi forjado a partir da lógica de que tanto ela, quanto a história, estavam sendo construídas como campos de saberes relativamente autônomos.¹¹⁶ Mas ao lado de outros saberes, a etnografia seria uma ciência auxiliar da história, que no regime moderno de historicidade, teria se transformado em um discurso diferente, que teve como principal sujeito o “selvagem primitivo”.

Assim, essa diferença se deu de forma mais complexa, o discurso etnográfico teria por princípio “enquadrar o outro, ainda que por vias indiretas, em um mesmo plano de inteligibilidade, que é o discurso histórico”¹¹⁷. Para isso, ela “colocava em jogo conceitos herdados da história”.¹¹⁸ Apesar da complexidade na diferenciação da construção do saber etnográfico e do historiográfico, o discurso de ambas ficou intacto, porque no fundo, seria o mesmo e o papel do indígena na construção da história nacional seria o elo. Para tal, a história se basearia no tempo, escrita, identidade e consciência, já à etnografia, pautava-se na oralidade, no espaço, na alteridade e na consciência. Assim, a primeira constituía-se como um saber puro, em que os arquivos e a própria verdade seriam os pilares básicos. A segunda, baseava-se no exótico e transformava-se em uma operação que “extraía efeitos de sentido da relação com o outro”¹¹⁹

O saber histórico baseava-se no global, a própria função do Instituto era justamente construir a história geral do Brasil, como a etnografia voltava-se a um específico, não poderia deixar de existir uma hierarquização entre os campos. O papel do discurso etnográfico, nada mais era, do que trazer o indígena para o todo.

Caberia à historiografia oitocentista a produção de um discurso da nacionalidade que convencesse os brasileiros da partilha de um passado e de um presente em comum. À história e à geografia, em companhia da literatura e posteriormente da etnografia, caberia a função de legitimar este discurso e evitar sua dispersão, constituindo-se em

¹¹⁶ TURIN, Rodrigo. O "selvagem" entre dois tempos: a escrita etnográfica de Couto de Magalhães. **Varia Historia**, v. 28, n. 48, p. 781-803, 2012.

¹¹⁷ TURIN, Rodrigo. **Tessituras do tempo**: discurso etnográfico e historicidade no Brasil oitocentista. EDUERJ, 2013. p. 23

¹¹⁸ Idem

¹¹⁹ Idem, p. 25

“campos do saber que explicassem a existência de uma nação ao longo do tempo formada por brasileiros”¹²⁰

A etnografia, ao juntar-se a esses saberes, transformava o indígena em figuras passíveis de se encaixarem na história. Assim, a presença ou não dessas populações no tempo, transformou-se em ponto fundamental. Varnhagen, por exemplo, figura importante para a construção da história, seria um dos intelectuais que demarcaria com clareza “que dos índios não se pode fazer história, sim etnografia”. Isso porque, para ele, seria impossível colocar os índios no tempo, a impossibilidade de civilizá-los seria a maior causa desse impedimento.

Não é à toa que Varnhagen fez parte dos idealizadores da seção de etnografia na Revista, “seu apoio a uma seção devotada à “etnografia indígena” estava diretamente associado à sua radical recusa de incluí-los, como agentes históricos e sociais, nas tramas da formação e do desenvolvimento da sociedade nacional”.¹²¹ Para ele, o estudo etnográfico, apesar de versar sobre um povo “sem meios nem possibilidades de transmitir os seus atos a posteridade”¹²², traria a luz o conhecimento sobre a obscura história do território brasileiro anterior ao descobrimentos. Uma de suas maiores preocupações era resgatar como um todo a história do Brasil, por isso esse seu passado remoto não poderia deixar de existir.

Varnhagen defendia a necessidade de se criar um método que demonstrasse as diferenças entre os indígenas da América, principalmente para particularizá-los em relação aos outros povos do mundo. Para ele, era importante comparar e pontuar as diferenças entre as tribos. A coleta e catalogação das diferentes línguas existentes no território será um dos grandes pontos para essa análise. Assim, Varnhagen seguia uma tradição que defendia que a linguagem seria a chave para revelar a história humana.

Ele não será o único a acreditar nessa premissa. Além das informações linguísticas que muitos autores incluíam em seus textos com informações sobre os indígenas, em

¹²⁰ BAULER, Almir; KEIM, Ernesto Jacob. O discurso etnográfico na revista do IHGB: 1840-1860. **Espaço Ameríndio**, v. 5, n. 3, p. 66, 2011. p.69

¹²¹ MOREIRA, Vânia. O ofício do historiador e os índios: sobre uma querela no Império. **Revista brasileira de História**, v. 30, n. 59, p. 53-72, 2010. p. 61

¹²² TURIN, Rodrigo, *Op. Cit.*, p. 29

alguns momentos foram publicados dicionários nas páginas da Revista. No período aqui analisado, Varnhagen publicou uma *Carta versando sobre ethnographia indígena, línguas, emigrações e arqueologia, padrões de mármore dos primeiros descobridores*, em 1849, onde defendeu a importância de as províncias enviarem ao instituto informações sobre os indígenas de seus territórios. O texto será analisado nesse trabalho mais à frente, mas é uma das principais publicações da Revista em que a defesa do estudo das línguas indígenas foi feita.

Além dele, a Revista publica mais cinco dicionários. É interessante pontuá-los, pois nos permitem perceber que todos referem-se a etnias distintas. O que deixa claro a necessidade de ampliação de um conhecimento específico das etnias. Eles acompanham lógicas de publicações distintas, apesar de terem um objetivo em comum e salvo um, todos aparecem depois da publicação de Varnhagen, o que deixa claro a influência de seu texto para as pesquisas da Instituição.

Em 1847, ocorre pela primeira vez a apresentação de uma *Notícia sobre os Botocudos, acompanhada de um vocabulário de seu idioma e algumas observações*, de Mr. Jomani. O texto versa sobre um relato da linguagem utilizada pelos Botocudos. O que o torna interessante é a apresentação final de um vocabulário feito a partir das informações de dois jovens Botocudos que foram levados a Paris.

Em, 1852, o instituto publica um *Vocabulário da língua bugre e a Coleção de vocábulos e frases usadas na província de S. Pedro do Rio Grande do Sul*, de Antônio Alves Pereira Coruja. Nele o autor apresenta uma lista de palavras e frases que são usadas na província de São Pedro, Rio Grande do Sul. Explica que elas não estão presentes no dicionário porque são fruto da junção do português, do espanhol e da antiga comunicação com tribos indígenas.

Em 1854, Sr. Dr. Antônio Gonçalves Dias publica um *Vocabulário da língua usada hoje em dia no Alto-Amazonas*. Dias faz um relato sobre um dicionário produzido pelo Bispo do Pará, mas afirma que ele pouco se difere do brasileiro. Por isso, propõem um vocabulário que se vincula a um ramo específico das tribos Tapuias. Segue-se, assim, a lista das palavras brasileiras e de suas correspondentes em Tapuia.

Por fim, em 1856, *Vocabulário dos índios Cayauas*, oferecido pelo Sr. Barão de Antonina, é publicado. O texto nada mais é do que um Dicionário Português-Cayuas. É

interessante percebermos que alguns desses textos vem acompanhados de defesas e análises sobre os vocábulos indígenas, que raras vezes são simplesmente reproduzidos na Revista. Era um momento importante de justificativa para o estudo dessas diferentes populações existentes no território nacional.

Mas o objetivo, meticoloso, de obter o maior número possível de informações sobre os indígenas, responsabilidade da etnografia, não se restringiu apenas aos cuidados da linguística. Não é à toa que as publicações etnográficas aparecem a partir de vários tipos textuais: programas, dissertações e memórias, circulando entre uma série de questões. A principal delas, já referenciada no tópico acima, é a da catequese, consequentemente a civilização.

Braços importantes do Estado Imperial, esses foram temas amplamente discutidos, que apresentavam diferentes visões. Os etnógrafos do IHGB acompanhavam as controvérsias do Estado, que considerava necessária a presença da catequese nas aldeias, mas ao mesmo tempo, divergia sobre quem seria mais apto a tal tarefa. É interessante notarmos como isso aparece na Revista, pois nesse caso, o exemplo, negativo e positivo, dos missionários do passado, aparecia a todo momento.

Frei Pedro Palácios, Manuel da Nóbrega e José de Anchieta, são exemplos de boa conduta. A todo momento, pelos letrados que defendiam a catequese como principal meio de civilização, era usado a história desses três catequistas como pontos a serem seguidos. Além deles, os ensinamentos de Padre Vieira, também eram tidos como referência. Em muitos textos, essas quatro figuras apareciam como verdadeiros heróis, que conseguiram civilizar muitas aldeias indígenas, inclusive conseguindo com que indígenas trabalhassem em prol do Estado português.

Mas o inverso também é verdadeiro. Em alguns momentos, principalmente por autores que não defendiam a presença religiosa com tanto afinco nesse processo, a presença ruim no passado de jesuítas que não cumpriam com suas obrigações, era exaustivamente utilizada. O faziam para demonstrar o quanto esses agentes da igreja usufruíam dos direitos a eles oferecidos pelo Estado português, sem nunca de fato civilizar os índios. Nesses casos, os autores quase nunca especificam um sujeito em si, as falas são sempre mais gerais.

Mas as complexidades impostas na documentação não aparecem apenas vinculadas a qualidade ou não do serviço jesuíta. Um embate fundamental foi o se a catequese levaria ou não os índios a civilização. Como já apontamos, Varnhagen é um dos autores que defendia rigorosamente que desses indígenas não poderia se esperar esse estado, por isso, a catequese serviria apenas como forma de habilitá-los ao trabalho. Já Machado de Oliveira, por exemplo, entendia que a civilização era possível, por isso, ela deveria ser o objetivo fundamental dessas entidades. Para a defesa ou não dessas ideias, publica-se não só textos que usam a história desses catequistas, mas também cartas e textos escritos por eles.

A condição dessas sociedades, tanto no presente como no passado, mas principalmente no passado, era outro ponto certo de análise. Em alguns momentos os textos discutiam, por exemplo, as crenças dessas populações: se seria a mesma entre as diferentes nações ou até mesmo sobre a paixão de algumas etnias perante Jesus. A condição da mulher e sua relação com o casamento, também gerou um debate. Mas na maioria das vezes, os textos circulavam em torno dos usos e costumes dessas populações. Como viviam, o que comiam, como caçavam, ondem habitavam, as festas que faziam, sua condição perante a conquista (de extermínio ou assimilação). Tudo foi narrado com detalhes, sempre com uma divisão de região ou etnia.

Dentro dessas descrições, cabia também relatos da história desses povos. A publicação de memórias, voltadas a presença indígena em regiões específicas do território nacional, era constante. Nelas, narrava-se as guerras que essas populações travavam (que estão também em textos de acontecimentos do presente), a construção de missões, a história de alguma etnia fundamental para a defesa das fronteiras ou até mesmo a vida de algum indígena (que aparece três vezes no período aqui analisado: duas nas sessões de brasileiros ilustres por armas, local específico para biografias, e uma terceira publicada livremente, no *texto Apontamento sobre a vida do índio Guido Pokrane e sobre o francês Guido Marlière*). Muitas vezes, esse era o momento de trazer documentos que provavam ou o passado exuberante desses povos, ou sua natureza selvagem e incontrolável.

A lógica indígena do passado, como fonte da afirmação nacional x indígena do presente, como causador de problemas, não foi a única, a complexidade era maior. Assim, ao mesmo tempo que a etnografia do Instituto construía uma imagem do índio que poderia fazer parte da gênese nacional, ela precisava lidar com a disputa entre letrados que

acreditavam que o indígena fazia parte da autonomia nacional e outros que afirmavam que o incômodo causado por essas populações era inquestionável. Para Kaori Kodama, “o que se expunha de forma indireta nesse incômodo era a dificuldade de moldar a própria ideia de nação nesse novo império, cujo território ainda incluía diversas “Outras” nações indígenas.”¹²³

Junta-se a isso, a complexa relação com a história, que, como vimos, foi bastante próxima e complementar. Não seria descuido afirmar que a etnografia, mesmo caracterizando-se como um campo ainda em construção, lidou com o indígena criando respostas que implicaram diretamente tanto no processo de construção da história nacional, quanto nas ações que o Estado deveria aplicar sobre essas populações. Aqui, falamos dos textos em que o indígena aparece como ponto central de análise, que na historiografia aparecem como textos de etnografia. Mas no decorrer do trabalho trabalharemos com outros textos, que entendemos serem fundamentais. Discutiremos as complexidades de se afirmar a presença indígena apenas dentro da etnografia. Pensando essas relações, percebemos que até mesmos esses textos tidos como etnográficos, podem ser percebidos como tentativas historiográficas, que na prática, seguiam as lógicas dos dois campos.

¹²³ KODAMA, Kaori, *Op. Cit.*, p.92

Capítulo 2

A História e os indígenas: um diálogo nas páginas do IHGB

Fundada em 1839, a Revista do IHGB teve papel fundamental na autoimagem que a instituição gostaria de divulgar de si. Transformou-se na principal forma de contato entre instituto e sociedade, preocupando-se, entre muitas coisas, em reafirmar sua importância para a construção do Estado nacional. Sua impressão seria responsável por findar uma “lamentável falta de publicação de cousas da pátria”, acabando com um domínio português sobre a história da nação em construção.¹²⁴

Desde o início usou o formato de livro, com uma sequência de documentos e textos de temáticas específicas, sem ilustração, sem propaganda e com seções pré-definidas.¹²⁵ Em seu primeiro estatuto ficou claro o papel de publicação de atas, trabalhos e memórias dos membros do IHGB além, é claro, de trabalhos externos compostos por importantes notícias sobre a história e a geografia do país. De início não se percebeu a relevância que o periódico logo conquistaria na instituição. Ao contrário, sua existência era precedida apenas da necessidade de se ter um folheto, com “ao menos oito folhas de impressão”¹²⁶.

Sua primeira edição¹²⁷, como não poderia deixar de ser, foi marcada por um início simplório, mas promissor. Composta apenas de 60 páginas, contou com 7 textos: três referentes à fundação da instituição; um destinado a reprodução de algumas atas das reuniões; um relacionado a necrologia e, por fim, apenas dois textos que podemos

¹²⁴ IHGB. Discurso recitado no ato de estatuir-se o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. **Revista IHGB**, Rio de Janeiro, 1 (1) 1839, p. 10.

¹²⁵ Não pretendemos aqui fazer um estudo aprofundado da materialidade do impresso. No entanto, é importante ressaltarmos que algumas questões que envolvem essa materialidade são imprescindíveis para entendermos seu funcionamento, por exemplo, a sua lógica de publicação, seu tamanho e seu desenvolvimento ao longo dos anos. Ressalta-se que o periódico permanece com publicação contínua até os dias atuais e que sua digitalização foi feita a partir de edições diferentes. A revista começa a ser reeditada no ano de 1856.

¹²⁶ Extracto dos estatutos do Instituto Histórico e Geographico Brasileiro. **Revista do IHGB**, Rio de Janeiro, 1 (1) /1839, p.18

¹²⁷ Lançada no primeiro trimestre de 1839.

chamar de acadêmicos ou com informações da história e da geografia do país: uma *História dos índios Cavalleiros, ou da nação Guaycurú* e uma *Memória sobre o eclipse*. Nenhum dos dois está ali por acaso. O eclipse é um acontecimento aguardado pela comunidade intelectual e internacional, além é claro de ser um grande acontecimento histórico. Ao relatá-lo nas páginas da revista, o IHGB se colocava no lugar o qual acreditava ter direito, entre as associações de letrados do mundo “civilizado”.¹²⁸

A presença indígena deve ser vista ainda com maior importância. No debate intelectual brasileiro, como vimos, ela já vinha sendo apresentada desde a independência, mas é nesse período que ela tomou caminhos mais definidos: a necessidade ou não de extinção desses povos, o papel dos jesuítas, a história dos indígenas e seu grau de civilização (no futuro e no passado), constituíram-se como debates fundamentais.¹²⁹ Ao longo de todo o período aqui analisado, não existiu uma só edição da revista em que a questão não tenha sido tratada de forma direta.¹³⁰

Suas seções não eram bem definidas, podendo se observar apenas duas: *Biographia dos Brasileitos Distinctos Por Lettras, Armas, Virtudes e Extractos das Actas das Sessões*. Sempre seguidas uma da outra, elas apareceram em todas as publicações trimestrais até 1860. Quase sempre no fim da revista trimestral, essas seções ocupavam uma posição clara de destaque. Após 1850, as Biografias não aparecem com tanta frequência e as atas, na maioria dos casos, são apresentadas apenas no fim da última revista de cada ano. Apesar de não serem exatamente seções, outras divisões apresentaram-se com clareza e constância, tais como: *Memoria, Investigação, Extrato, Programa e Noticia*, que dão o tom do que parece importante publicar. Por virem em letra maiúscula passaram a ser uma tática de direcionamento ao olhar do leitor, que compreende o tipo de texto de se segue antes da leitura, percebendo sua importância. É claro que aqui entendemos que o próprio fazer-se de um periódico

¹²⁸ ARAUJO, Valdei Lopes de. **A Experiência do Tempo: conceitos e narrativas na formação nacional brasileira (1813-1845)**. São Paulo: Hucitec, 2008, p.140

¹²⁹ Ibid

¹³⁰ Evidenciamos que aqui voltamos aos textos em que o tema é tratado de forma direta, mas pretendemos nesse trabalho debater também os textos em que o indígena não esteve como agente principal, que também será uma constante.

acadêmico estava em construção, por isso, faz sentido que a Revista do instituto não reproduzisse normas e padrões específicos em suas publicações.

O tamanho da revista aparece como uma constante. Salvo a sua primeira publicação, que apresenta 298 páginas (aqui pensando nas publicações anuais e não trimestrais), os demais volumes, no período aqui pesquisado, apresentam uma média de 600 páginas. Os artigos e publicações já não mantêm uma lógica específica, em termos de número de páginas: alguns vinham com duas, outros com 45, outros chegando a 100¹³¹. São muitos os textos recebidos e arquivados pela instituição, mas os publicados pela revista são poucos, essa é uma questão a ser ressaltada.

Os critérios de seleção do que seria ou não publicado parecem variar ao longo do tempo, mas a Revista deixava claro que existia uma seleção. Nas sessões das atas fica aparente que muitos escritos apresentados eram lidos e enviados para serem avaliados pelas comissões de história e geografia, posteriormente etnografia, que seria criada em 1851. Muitos textos eram produzidos, inclusive, mediante debates e discussões apresentadas nas reuniões.

Mais uma vez, esse é o tipo de processo que fica claro na apresentação das atas. Um bom exemplo é a leitura feita na 11ª sessão, ocorrida em 4 de maio de 1839. O desembargador Pontes apresentou uma memória sobre a origem da raça de ciganos que se encontravam pelo Brasil que, após ser lido, foi submetido a comissão de história, para avaliação.¹³² . O tema foi sugerido duas reuniões anteriores, na 9ª sessão, em 6 de abril de 1839.

A autora Lucia Guimarães permite uma melhor compreensão dos processos de publicação da Revista. Segundo a autora, a avaliação das comissões, já citadas, examinavam o mérito acadêmico e a conveniência da publicação dos textos, que giravam em torno dos preceitos e funções do Instituto. Caso ocorressem discrepâncias, a comissão de redação emitia um parecer inicial, mas por fim, nesses casos, a responsabilidade de escolher o que seria publicado, ficava a cargo do Primeiro

¹³¹ Quando mais extensos, a maioria era publicado em volumes diferentes.

¹³² Instituto Histórico e Geographico Brasileiro. **Revista do IHGB**, Rio de Janeiro, 1 (2) /1839, p.116

Secretário.¹³³ Além das avaliações, fica claro que alguns autores tinham presença garantida na Revista. Adolfo de Varnhagen, por exemplo, seria responsável por uma série de textos publicados entre 1839-1860. Suas temáticas, inclusive variavam, o autor ia de biografias a reprodução documental, passado por críticas a outros autores e textos acadêmicos de sua autoria.

A Revista, principalmente depois de 1851, voltou-se a publicação de temáticas específicas (seja no âmbito trimestral seja no anual). Salvo alguns momentos, podemos perceber o tema de cada ano do periódico, a maioria deles destinados as histórias locais, que é uma questão importante para a Instituição. Por uma série de motivos, que serão vistos ainda nesse capítulo, as histórias locais devem ser analisadas com cuidado.

Revista e Instituto devem ser analisadas como coisas distintas. Apesar de caminharem lado a lado, a Revista abarca apenas algumas questões discutidas dentro das constantes reuniões da cúpula institucional. No periódico são publicados apenas textos que se relacionavam a imagem que o IHGB gostaria de passar de si e de suas discussões. Além do que, muito da documentação levantada não é citada, ocorrendo desde o início uma pré-seleção.

Nos vinte anos de análise propostos por esse trabalho percebemos muitas questões fundamentais dentro da editoração da Revista. Para analisarmos melhor essas mudanças, precisamos escolher algumas questões gerais que estão presentes o tempo todo e que se vinculam as perguntas que nos interessam. Como para nós a relação história e questão indígena é fundamental, escolhemos duas análises: reprodução documental e a relação indígena com as publicações. A primeira, corrente na historiografia, nos possibilita enxergarmos os limites e as possibilidades da presença da história dentro da Revista.

A segunda, possibilita uma leitura geral sobre as diferentes formas da presença indígena nas publicações. Apesar de aparecer na historiografia a partir de um só tipo de texto, os momentos em que essa figura é ponto central (texto etnográficos), percebemos

¹³³ GUIMARÃES, Lúcia. Produção e disseminação do saber histórico no oitocentos: a Revista do IHGB. In: ARAUJO, Valdeí Lopes (org.); OLIVEIRA, Maria da Glória (org.). **Disputas pelo Passado: História e historiadores no Império do Brasil** (Coleção Estudos em História da Historiografia e Modernidade Série SNHH Livro 1). Ouro Preto: Editora da UFOP, 2012.

que o indígena também está presente em outros textos. Por isso, apresentaremos aqui quais são eles e quais são as imagens que constroem. Ressaltamos, é claro, que nossa análise parte de pressupostos mais gerais, existem muitas outras formas de debater essa presença, que trazem inclusive, questões muito particulares, mas nesse trabalho, cabe uma visão mais geral.

Reprodução documental

A diferença entre história e reprodução documental dentro das páginas da Revista do IHGB, aparece com constância na historiografia. Mais do que o tipo de texto publicado, essa diferença nos permite debater o que de fato é história no periódico. Para tal, a metodologia de escrita utilizada por seus pesquisadores será fundamental para essa nossa análise. Afinal, a reprodução documental faria ou não parte da escrita da história? O Instituto estaria simplesmente reproduzindo documentos? Existiria uma relação mais complexa entre eles e os temas propostos pelas publicações anuais?

Para explicar algumas dessas perguntas, Lucia Guimarães divide os textos da Revista em duas fases: na primeira eles são repartidos em documentos contemporâneos e não contemporâneos e na segunda, os textos contemporâneos são subdivididos em assuntos. A autora afirma que a divisão inicial é necessária, pois o instituto muitas vezes se preocupou em apenas reproduzir documentos. Como para ela a questão maior é a historiografia, apenas os textos contemporâneos lhe interessariam. Assim, os documentos não seriam vistos como integrantes de um esforço de produção historiográfica. Defendendo essa divisão, Guimarães demonstra uma presença considerável de documentação, para ela isso se deu a partir de três lógicas.

A primeira é a carência de fontes e de pesquisas sistematizadas. Assim, construir uma produção consistente e extensa levaria tempo. A segunda dizia respeito à ausência de critérios de seleção. Quem lidava com os textos a serem publicados eram os próprios membros que não tinham, necessariamente, uma formação acadêmica - exigência que só foi criada em 1851, mediante a já citada alteração do estatuto, que forjou uma comissão avaliadora, voltada apenas para a seleção de documentação e seus critérios. E uma terceira, que segundo a autora seria a justificativa mais importante, compunha-se da proximidade histórica, que colocava em apuros os políticos do Instituto.

Temas atuais eram apresentados apenas como documentos, nunca como análise historiográfica. A conturbada conjuntura política do período regencial e dos primeiros dias do Segundo Reinado, demonstravam não ser oportunas para trazer acontecimentos recentes e contraditórios dos militantes políticos em voga, que em alguns casos, não apoiaram nos conservadores na antecipação da maioria, mas que após sua realização precisaram se voltar à defesa do Imperador. Assim, não podia haver textos de temas muito próximos por constrangimentos políticos. Em razão disso, se publicava documentos.

A ideia da necessidade de distanciamento das publicações e dos debates vividos na época, também foi usada como justificativa por Kodama¹³⁴. Ao falar sobre o indígena, a autora afirma que a condição dessa população no passado não se alterava no presente – era dada uma ênfase clara em sua “natureza inconstante”, seu “horror ao trabalho”, “sua vida errante e libidinosa”, “sua inata soberba”. O uso de documentos não só ressaltava uma imagem já consagrada, mas justificava as políticas indigenistas, que diferenciavam o indígena do passado e o indígena do presente. O pragmatismo dado a essas publicações era claro, a partir delas era possível se debruçar no indígena do passado, para romantizá-lo. Ao mesmo tempo, que se colocava o indígena do presente a margem, justificando, legitimando ou até naturalizando, tratamentos violentos. Ficava, assim, mais fácil distinguir esses dois locais dados a um mesmo grupo.

A autora ressalta também que assim se criava espaço para que a documentação que estava sendo buscada fosse publicada. Não bastava apenas arquivar, era preciso publicizar o trabalho do Instituto. A necessidade de se dar veracidade à história também deve ser considerada como justificativa. Valdeci Araujo enxerga nos historiadores do IHGB a indubitável tarefa de crítica documental. Se a história é circunscrita ao campo das letras, que acompanha o iluminismo, a verdade, o real, são vistos como fundamentais e estão presentes na documentação, que deve ser divulgada.

Nesse trabalho enxergamos a divisão história e reprodução documental de forma um pouco diferente. Aqui a historiografia também é um ponto chave, mas percebemos nas reproduções documentais (ao menos em uma parte) uma tentativa de produção historiográfica. Em muitos momentos a documentação vem também acompanhada de

¹³⁴ KODAMA, Kaori. **Os índios no Império do Brasil**: a etnografia do IHGB entre as décadas de 1840 e 1860. Rio de Janeiro, RJ: Editora Fiocruz, 2009,

outras lógicas. Dois exemplos são fundamentais: a presença de cartas que apresentam e/ou debatem o documento apresentado; e a relação deles com as temáticas específicas, que são publicadas em muitos momentos. Nossa tese defende que as publicações da Revista foram lidas, na maioria das vezes, de forma individual. Por isso o que propomos é uma leitura que engloba a relação dos textos com as outras publicações de um mesmo ano. Se o periódico em alguns momentos propõe temáticas específicas, temos que entender os textos dentro dessas temáticas. Esse é um assunto importante que discutiremos mais à frente.

Reiteramos que não discordamos totalmente da divisão história e reprodução documental, principalmente porque a falta do passado recente do país é clara e importante, mas entendemos que ela não cabe a todos os textos. Como dito, enxergamos que a reprodução documental nas páginas da Revista, passa por alguns pressupostos que debatem, principalmente, a discussão metodológica da escrita da História no Brasil oitocentista, que ainda estava se construindo. Apesar disso, algumas coisas já se afirmavam como fundamentais: uma narrativa cronológica, baseada em documentos e o compromisso com a verdade.

A questão aparecia dentro do Instituto de diferentes formas. O IHGB, com a ideia de “metodizar e organizar” os documentos do país, demonstrou desde o início seu compromisso com esse tipo textual. A Revista fez questão de apontar a importância da conservação e da pesquisa sobre eles. Entendemos que isso se deu, principalmente, porque a verdade, tão cara aos pesquisadores, se voltava justamente a análise documental: a escrita baseada em documentos oficiais, afirmava a construção de uma verdade. A oficialidade documental deve ser ressaltada. Entendemos por oficial: textos produzidos pelo Estado e seus agentes (que inclusive compunham-se da maioria das publicações) e as produções de viajantes ou letrados. As histórias locais, que iremos analisar a seguir, compõem-se desses textos.

É interessante percebermos que não só a importância documental, mas também sua condição para análise é importante e apareceu como questão no Instituto. A condição dos arquivos no território nacional esteve presente de forma constante na Revista. O texto *A Investigação do arquivo da câmara municipal da Vila de S. Vicente*, publicado por Machado de Oliveira, no ano de 1856, é um bom exemplo. Ele relata uma pesquisa feita

pelo autor nos arquivos de S. Vicente e traz dois pontos importantes: a narração da história da cidade, que descreve sua fundação e a importância de Martim Afonso e José Ramalho para a região. E um relato sobre as condições ruins dos documentos usados na pesquisa. No final, o autor, anexa um ofício de João Pereira Pinto dirigido a ele, onde Pinto também comenta a condição dos documentos nos arquivos de S. Vicente, listando alguns que lá existiam. No final do texto, Oliveira incluí um inventario dos livros ali presentes. Além de contar a história da região, o autor reitera a importância de conservar e organizar os documentos que provam essa narrativa.

Mas esse não foi o único texto que debateu, de forma direta, a questão da conservação de documentos no país. Antes dessa publicação, em 1853, Gonçalves Dias já tinha publicado um *EXAMES nos arquivos dos mosteiros e repartições publicas para coleções dos documentos historicos relativos ao Maranhão*. Resultado da comissão que pretendeu coligir os documentos da história do Brasil nas províncias do Grão Pará, Maranhão, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Bahia e Alagoas. O texto, relata os resultados encontrados no Maranhão, narrando os locais em que o autor fez pesquisa, as condições dos documentos, assim como o que foi encontrado. Nos processos analisados, principalmente os políticos, Dias percebeu que logo no começo da colonização portuguesa, dois interesses contrários se manifestavam: a liberdade e a escravidão indígena, representados um pela igreja, outro pelos colonos. Os colonos por serem mais fortes, triunfaram e os jesuítas chegaram a ser expulsos. Desse confronto nasciam devassas, processos, informações, muitos desses documentos, ainda que com muita negligência, se encontravam nos livros da câmara. O autor conseguiu acompanhar a trajetória de dois processos, relatando as condições dos documentos que se referem aos mesmos. No fim trouxe informações da biblioteca pública do Maranhão e de outros arquivos.

Esses exemplos lado a lado, permitem analisarmos não só a importância dada a conservação documental, mas também a necessidade de a organizar e conservar. Aqui, é claro, o Instituto reitera sua importância para a organização da história nacional. A crítica a condição documental, afirma essa conotação. O Estado seria responsável por isso, mas o Instituição teria papel fundamental. Em ambos os textos, os autores afirmam que sem os documentos, não seria possível escrever qualquer história, por isso a preocupação com a condição deles.

Não só a condição documental seria fundamental, mas também seu uso. Percebemos que a forma como os historiadores do XIX usavam esses textos, era vista como ponto fundamental. Se entendemos que os documentos muitas vezes não são simplesmente reproduzidos, inferimos que os autores que os usaram, influenciaram no papel deles na produção historiográfica. Dois exemplos nos ajudam a compreender.

O primeiro, oferecido por Francisco Adolpho de Varnhagen, em 1851: *O Tratado descritivo do Brazil de 1587*, escrito por Gabriel Soares de Souza. O texto, bem conhecido no debate historiográfico, segundo John Monteiro, teria duas importâncias:

Primeiro, dentro do contexto histórico do final do século XVI e, segundo, no contexto historiográfico do século XIX, quando suas descrições detalhadas e suas classificações esquematizadas foram absorvidas na qualidade de fatos etnográficos pelas primeiras gerações de historiadores nacionais¹³⁵

O relato volta-se a geografia das províncias existentes ao longo da costa brasileira, principalmente as da Bahia de Todos os Santos, que é a maior preocupação do autor. Ali, a lógica do debate: descrição física junto a um relato cronológico da história e fundação da região, ganha folego. Souza tratou dos costumes e da vida dos Tupinambás, usando uma divisão muito cara aos pesquisadores do quinhentos e oitocentos: Tupi e Tapuia. Divisão constante, que também aparece em outros pares de oposição: bravo/manso, bárbaro/policiado ou selvagem/civilizado. “Fiando-se basicamente naquilo que seus informantes tupis lhes passavam, escritores coloniais como Gabriel Soares costumavam projetar os grupos tapuias como a antítese da sociedade tupinambá, portanto descrevendo-os quase sempre em termos negativos.”¹³⁶

Mas nesse momento, a interferência de Varnhagen no texto é nosso ponto principal de análise. Como historiador, ele não só reproduziu uma documentação, mas a usou como fonte de diálogo, como o faz em outros momentos, com textos contemporâneos. Inclusive afirma em sua carta, que Gabriel Soares de Souza só não seria um historiador renomado, porque sua obra nunca teria sido editada na íntegra. As notas

¹³⁵ MONTEIRO, John. **Tupis, Tapuias e historiadores: estudos de história indígena e do indigenismo.** Tese de livre docência. Campinas, agosto de 2001. p.13

¹³⁶ Idem, p.18

do final dos textos, outra interferência de Varnhagen, são debates propostos de um colega de profissão para outro.

Mesmo que do ponto de vista metodológico Souza não poderia produzir um texto de história a partir das teorias da disciplina, Varnhagen o coloca nesse lugar, inclusive afirmando suas habilidades também como geógrafo. Transforma, assim, no presente do século XIX, o texto em debate historiográfico, não em mera reprodução documental. A importância do autor para Varnhagen é tão grande, que alguns anos depois, em 1858, ele publica na Revista uma memória de Souza, onde ele reitera a importância do autor para a escrita da história nacional.

As interferências estão presente em muitos outros textos da Instituição, inclusive com outras finalidades. Elas não permeiam apenas escritos do passado, mas também do presente. No *Artigo comunicado, relação de uma viagem à serra dos órgãos* texto traduzido da Revista Britannica, em 1841, o tradutor incluí notas de rodapé em que ele vai dialogando com o artigo. Segundo ele, publicar esse texto, mesmo que precise de alterações é importante por três motivos: repelir as arguições injustas e de corrigir as informações de viajantes; porque os brasileiros podiam tirar proveito das censuras que faziam os estrangeiros, quando feitas de forma justa; e por ser fundamental coligir e conservar todos os documentos que poderiam mostrar os vindouros e usos do tempo. Algumas notas apenas explicam os termos usados, mas a maioria "corrige" o viajante, criando interferências diretas.

O artigo compõe-se da descrição do Rio de Janeiro (capital e interior), em que se lê a perspectiva no viajante sobre a cidade. Segundo ele, apesar da primeira impressão ruim que a cidade, causada pelas singelas casas e falta de arquitetura, ela teria muito para contribuir a favor do Império. O viajante vai narrando como chegou à povoação de Piedade, local de onde partiu para a fazenda de seu tio, onde se hospedou. Afirma que o trajeto era péssimo, não só pela topografia local, mas também pela falta de boas instalações. Segundo ele, a hospitalidade na América Meridional era fruto da falta dessas estalagens. Aqui é interessante percebermos, que a nota de rodapé do tradutor afirma que a hospitalidade brasileira era uma característica dos "nossos patrícios", por isso o comentário do viajante não poderia estar mais errado.

O artigo segue descrevendo a paisagem local, afirmando que a selva era linda, com a presença de muitos animais. O viajante afirma que a cozinha do Brasil seria baseada na cozinha inglesa, brasileira e francesa, os negros se sustentavam com milho, feijão e legumes. Apesar da pouca carne consumida, existia fartura nas proporções, o que não era muito diferente do que consumiam os camponeses europeus. Ao narrar que havia comido algo de aspecto quase europeu, o artigo é criticado, segundo o tradutor todos sabem que milho e batatas são componentes da comida indígena da América, por tanto, não seria correto relacioná-las a uma comida europeia. Os negros escravos tornam-se uma fonte de apresentação extensa para o viajante, que narra a presença deles em seu cotidiano na fazenda, inclusive incluindo um debate sobre sua capacidade cognitiva.

O escritor do artigo ressalta que os ingleses, em suas viagens a América Meridional, mostravam com curiosidade as terras ocorridas, levando flechas envenenadas e ponchos para a Europa. Segundo ele, em nenhum lugar que esteve nessas terras as mulheres de família apareciam aos hospedes, por isso os casamentos seriam feitos por meio dos pais. Aqui, mais uma vez o tradutor faz ferrenha crítica, onde afirma que o maior defeito do viajante seria querer generalizar todo o país, afinal, na verdade, a prática seria muito pouco realizada em terras brasileiras.

A última crítica feita pelo tradutor que gostaríamos de ressaltar refere-se ao encontro do viajante com um indígena que vivia nas terras de seu tio. A quatro léguas da fazenda existira "um cabôclo, um dos aborígenes, verdadeiros senhores do solo", que não se juntou aos conquistadores, estabelecendo-se nas terras da fazenda e ameaçando com tiros qualquer um que se aproximasse. O viajante, a título de curiosidade, dirigiu-se a sua habitação, "com uma sensação semelhante à que teria se fosse ver um monstro, ou um gigante". O encontro inicial teria sido com duas moças, a cena é narrada de forma fantasiosa, o semblante dado a elas é maligno. Após se encontrar com o caboclo e ser bem recebido, o viajante chegou à conclusão que "se a liberdade, a independência, e uma subsistência certa podem fazer feliz um mortal, seguramente que o meu amigo cabôclo não poderia deixar de ser um homem venturoso"¹³⁷. Ao longo desse último trecho, mais uma vez o tradutor discorre ferrenha crítica, segundo ele, os conquistadores começaram logo a se unir com os indígenas pelo casamento e desta aliança viriam algumas das mais

¹³⁷Artigo comunicado, relação de uma viagem à serra dos órgãos. Rio de Janeiro, **RIHGB**, Tomo 3 (10), 1841. p.95.

ilustres famílias brasileiras, tais como os descendentes de Catharina Paraguassú, ou de Tiberiça, a quem José d'Anchieta chamou de príncipe dotado de grandes virtudes.

As críticas feitas ao texto são sempre postas de forma clara. O tradutor demonstra que o diálogo com alguns viajantes só era possível mediante interferências textuais. Aqui, não conseguimos saber nem quem produziu o artigo, muito menos que o traduziu, mas é importante percebermos que essa é uma política muito bem vista no Instituto. Não se corrige apenas os textos que foram produzidos no passado, mas também os que estão sendo publicados no presente.

Outra função que fica claro na reprodução dos textos é o preenchimento de lacunas. Se não era possível escrever toda a história do país, o Instituto tinha por missão resgatar textos já produzidos. A interferência dos letrados do presente também aparece, mais uma vez a reprodução não é feita de forma desproposita, é preciso explicar para o leitor qual a função dessas reproduções dentro da lógica de construção da história nacional. Como não poderia deixar de ser, Varnhagen aparece como ótimo exemplo de como essa lógica era posta dentro da Revista. Em *Reprodução de dois documentos: MEMÓRIA de la navegacion que hice este viaje em la coruna, que ali me fue entregada la armada por los oficiales de S. M. (1526)*, e *Do rio da prata, 10 de Julho de 1528*, de Diego Garcia e Luis Francisco Ramires, publicado no ano seguinte ao texto anterior, em 1852, o autor interfere nos documentos.

Composto por dois escritos: o primeiro, que se volta a uma expedição ocorrida anteriormente a de Pero Lopes, que procurava juntar informações sobre a costa brasileira, narrando quais e quantas ilhas e terras foram encontradas. E o segundo, que trazia notícia de uma expedição feita no Estado Inca, a reprodução acompanha uma carta de Varnhagen, que os oferece ao Instituto com a justificativa de que as histórias dos Estados da Prata não seriam menos importantes para a história do Brasil. As memórias, cumpririam o papel de preencher uma lacuna na historiografia brasileira. O país não só deveria se preocupar em pesquisar a história de seus vizinhos, mas também analisar arquivos internacionais, que também apresentavam documentos importantes para a construção da história nacional. Mais uma vez a documentação não é simplesmente reproduzida, sua presença vem acompanhada de um debate sobre os assuntos que a historiografia brasileira deveria se debruçar.

Apesar de serem apresentados por motivos diferentes, os dois textos mostram que a reprodução deve ser debatida a partir dos usos que os historiadores do XIX deram a elas. O que não retira as publicações da categoria documento, mas sim as coloca em uma análise mais ampla, que inclui a intencionalidade de suas publicações no presente. Até aqui, lemos essas reproduções de forma individual, mas além da presença de outros textos, entendemos que em muitos momentos os documentos são reproduzidos dentro de uma lógica maior. Essa lógica é fundamental na escrita historiográfica. Um assunto específico está presente nessa construção: escrita das histórias locais. Entendemos que a cada ano (ou na maioria deles) a Revista se preocupa com alguma região do país, que passa a ganhar uma quantidade de textos relativos a ela. Por isso, nos debruçaremos ao uso que a Revista dá a esse tipo de texto.

Histórias locais: especificidade na reprodução documental

Como afirmamos, apesar de ser fundamental para a comprovação da verdade, a reprodução dos documentos não pode retirá-los, necessariamente, da prática de construção historiográfica. A história dentro das páginas da Revista foi composta, de um lado, pelos textos de história real, onde explodia a verdade dos fatos, que narravam a verdadeira história dos homens. E de outro, a história contada, narrada por testemunhas presenciais.

Antes de tudo, havia a *verdadeira* história, ou seja, ‘aquela escrita pelo indivíduo pelo comuna, **pela província, pelo departamento, pelas corporações civis, e políticas de qualquer hierarquia e, finalmente, pelo Estado**’, o que torna possível sua posterior narração.¹³⁸(grifos da pesquisadora)

Assim, a verdadeira história se baseava em documentos que poderíamos chamar de oficiais e o que podemos percebemos na Revista, é que essas reproduções eram essenciais. No período aqui analisado, tudo que foi reproduzido do passado foi produzido por agentes do Estado ou por viajantes. Se pensarmos a vinculação do IHGB com as políticas imperiais, mesmo nos relatos produzidos na século XIX, percebemos que essa

¹³⁸OLIVEIRA, Maria da Glória. **Escrever vidas, narrar a história**: a biografia como problema historiográfico no Brasil oitocentista. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011 p.155

premissa continuava sendo seguida. Não só o que se estudava do passado viria de uma história oficial, mas também aquilo que se deixava para o presente.

Mas não trataremos aqui dessa origem, mas sim, da complexidade desses textos, que são maiores do que parece. Apesar de tratar-se de documentos, os escritos cumpriam dois quesitos: comprovação e produção historiográfica. Para entendermos melhor a questão, analisaremos algo que enxergamos como constante na Revista: a construção das histórias locais. Entendemos a importância desses textos por alguns motivos: percebemos neles uma forma específica de se escrever a história onde uma certa cronologia do espaço (quem fundou as cidades, a presença da igreja, conflitos com os indígenas, quem são os governantes locais), era feita a partir de um levantamento documental e de um debate bibliográfico.

Como já dissemos, a frequência desses textos é considerável. Acreditamos que a mesma acontece por alguns motivos: o Instituto compreende, politicamente, a importância de se ressaltar a individualidade das diferentes regiões do país. Não bastava criar institutos em várias províncias, era preciso compartilhar – no que talvez fosse o único lugar de debate intelectual nacional – a história. A Instituição também percebia a necessidade de defender, construir e instituir o território desse Estado nação. Construir e compartilhar histórias regionais em um só lugar era reafirmar a extensão do território. Isso era fundamental para as regiões de fronteira que a todo momento apareciam na documentação enfrentando problemas de invasão e de delimitação.

Para iniciarmos o debate, produzimos uma tabela que demonstra a presença considerável desses textos nas páginas da Revista. O levantamento foi feito a partir dos escritos que contém a presença indígena, mas não reconhecemos que esse fato altere nossos resultados, por dois motivos. Primeiro, ao prosseguirmos com a análise, conseguiremos demonstrar que o indígena esteve presente em ao menos 70% das publicações do Instituto, por isso, nosso levantamento corresponde a um considerável escopo documental. Segundo, porém bem mais importante, todos os textos de história local incluem o indígena em suas descrições. Portanto, 100% deles aparecem em nossa análise.

É interessante percebermos que não é possível falar de histórias locais, sem falarmos da questão indígena. Isso ainda será ponto de análise para esse trabalho, mas

gostaríamos de ressaltar que a presença indígena no território tinha tamanha influência, que não era possível contar uma história, relatar a presença de alguma província ou vila, ou até mesmo contar especificidades locais, sem analisar as ausências ou presenças dessas populações.

Tabela 1 - Tema: histórias locais¹³⁹

Ano de publicação	Tema da revista: histórias locais	Número de textos do tema
1839	--	--
1840	Oeste/ Norte	5
1841	Sudeste/ Norte	5
1842	--	--
1843	--	--
1844	Oeste/Sudeste	7
1845	Nordeste/Sul	8
1846	Sul/ Sudeste	6
1847	Sudeste/norte/Oeste	8
1848	Norte/Oeste/sudeste	6
1849	Sudeste/Oeste	6
1850	Norte	4
1851	--	--
1852	--	--
1853	Sul	4
1854	Norte	3
1855	Sudeste	7
1856	Norte/ Nordeste	5
1857	Norte/ Centro-Oeste	6
1858	Sudeste/ Sul	7
1859	Nordeste	6
1860	Sudeste/ Sul	4

¹³⁹ A divisão regional utilizada nesse trabalho é a definida no pós constituição de 1988. Seguimos essa lógica por entender que ela contribui de forma mais interessante para a compreensão da divisão geográfica dos textos, uma vez que no século XIX essa divisão ainda não existia. Usamos assim: Sul, Sudeste, Centro-Oeste, Nordeste e Norte

Antes de seguirmos com nossa análise, ressaltamos que a inexistência de histórias locais em determinados anos ocorre pois optamos por elencar apenas as regiões que aparecem mais de uma vez. Incluímos essa lógica dentro da ideia de que a Revista, anualmente, se debruça sobre algumas localidades para produzir seu conteúdo. Assim, faz sentido nos preocuparmos mais com os períodos em que essa lógica ocorre. Não sabemos ao certo porque em alguns momentos essa preocupação não ocorre. Mas apesar de não estarem nessa tabela, a existência de história locais acontecem nesses anos. É importante ressaltarmos essa questão, afinal ela demonstra que mesmo não sendo grande e não aparecendo como a principal questão do periódico, essas histórias estão presentes.

Ressaltamos que especificidades na Revista estão presentes em todos os momentos, por isso a única forma de entendermos melhor essas questões, seria de fato a análise individual. Mas nesse trabalho, principalmente nesse capítulo, propomos uma leitura mais geral. Escolhemos essa abordagem, afinal pretendemos compreender a presença indígena no todo. Ressaltamos que não só sobre os assuntos que nos cabem, mas qualquer outro, cada ano carrega uma especificidade e poderíamos analisá-las de outras formas.

As histórias locais aparecem cercadas do que podemos chamar de tipos documentais: cartas, memórias, descrições, diários, enfim. O que todos esses textos tinham por objetivo era o narrar, cronologicamente, a história de alguma região do Império. A descrição geográfica do local, ou até mesmo de seu entorno, também estão quase sempre presentes. Para entendermos melhor, vamos explicar o que ocorre em alguns momentos.

O ano 1840 é o primeiro que podemos perceber a constância de análises regionais. Apresentando 5 textos sobre as regiões oeste e norte do país: Mato Grosso, Pará, Goiás e Amazonas. O Rio de Janeiro também aparece com um texto de história local. Apesar de ser o único da região, ou seja, apesar de não participar da nossa contagem, vamos incluí-lo na análise. Por trabalhar com a história de uma forma muito típica da Revista, reconhecemos sua importância.

Denominado *Catalogo dos capitães móres governadores, capitães generaes, e vice-reis, que tem governado a capitania do Rio de Janeiro desde sua primeira fundação em 1565, até o presente anno de 1811*, o artigo é uma continuação de um texto publicado na 4ª revista da instituição. Referia-se a uma cópia de um manuscrito presente na biblioteca episcopal fluminense. O texto elencava, por ordem cronológica, os governadores que tomaram posse no Rio. Em geral, as informações dadas variavam, em alguns momentos elas eram bem pontuais (data de posse), em outros englobam informações biográficas dos governadores e feitos importante de quando exerciam seus cargos.

Ao falar de Salvador Correa de Sá e Benevides, por exemplo, o autor estende-se bem mais do que o fez com os anteriores. Em 1659, época em que exerceu o cargo, enfrentou diversas revoltas. Segundo o autor do artigo, isso se deu porque os paulistas eram desafeitados a ele, que zelava pela liberdade dos índios e desejava executar as leis que proibiam captura-los. Seus parentes defendiam os jesuítas, que tinham sido governadores da capitania de S. Paulo, cujo os moradores, diferente dos de S. Vicente e Itanhaém, tinham expulsado essa ordem. Os paulistas creditavam que a riqueza consistia no domínio indígena, já seus opositores, acreditavam na necessidade de liberta-los. Apesar dos conflitos entre essas capitaniais, Salvador de Sá era bem quisto quando se tratava dos indígenas, devido suas boas políticas ele procurava não entrar em confronto com essas populações, diminuindo a violência local.

D. Manoel Lobo, foi outro governador que ganhou destaque. Tomou posse em 1678 e o texto relata sua viagem para rio da Prata, onde fundou uma nova colônia. Apesar de ter ficado cercado por milicianos e índios em sua empreitada, quem o atacará de fato, foram espanhóis. Conflitos entre capitaniais eram relatados a todo momento. Em 1704, ao falar do governador D. Fernando Martins Mascarenhas de Lencastre, o autor mostra que os mineiros teriam problemas com os paulistas, que eram naturais da Europa. Conta, assim, a história de dois frades que viviam em Minas e pregavam a liberdade, o que causava desordem e ambição. Teriam acabado com os monopólios de São Paulo pois passaram a vender tabaco e jurupinga, que suavizavam o trabalho de índios e negros, que empregavam-se na mineração de ouro.

A junção do levantamento de governantes com a presença da história regional, aconteceu ainda algumas outras vezes no Insituto. Os produtores desses textos,

aproveitavam o ensejo para demonstrar aqueles políticos que deveriam, ou não, servirem de exemplo para o presente. Além do mais, não existia história mais oficial e necessária do que a composta por documentos produzidos pelo Estado e que relatavam o próprio cotidiano da política nacional.

Uma outra forma que as histórias locais aparecem na documentação pode ser percebida no texto *Memoria ou informação dada ao governo sobre a capitania do Mato-grosso*, de Ricardo Franco de Almeida Serra, texto oferecido por José Antonio Pimenta Bueno. Escrito em 31 de Janeiro de 1800, o texto compunha-se de um parecer com informações sobre a defesa da capitania do Mato Grosso e outros lugares extremos. A narração das noções geográficas da região, pensada a partir dos rios, juntava-se com as informações dos povos indígenas que lá viviam, para construir a história das Missões existentes no local.

Em alguns momentos, algumas províncias ganhavam maior destaque e, conseqüentemente, não só a história local era contada, mas apareciam informações como a condição da economia local. Por ser uma região de fronteira, a presença dos espanhóis também era frequentemente relatada. O espaço que esses estrangeiros ocupavam, no presente e no passado, e a relação deles com as províncias e as missões brasileiras, compunham a narração. Em alguns momentos o texto falou de índios aliados, que sofreram com a violência espanhola no passado, mas que na época da produção do documento, já eram protegidos pela guarda portuguesa. Relatava também tribos inimigas, que eram índios terríveis e que impediam o domínio dos portugueses. O texto termina com um levantamento da população portuguesa existente no local, da população espanhola nas províncias vizinhas, o do governo do Paraguai.

Aqui, a história local dessa região, juntou-se a informações e problemas do presente. Para muitos autores, os relatos deveriam sempre vir acompanhados de memórias. A história não servia apenas para os agentes do presente, conhecerem os do passado, mas também para provar o quanto, no caso desse texto, os portugueses foram corretos em sua colonização e os espanhóis não. Premissa que ainda acontecia.

O último texto que gostaríamos de debater desse é o *Juízo da comissão de história sobre a obra intitulada - Compendio da eras do Pará*, de Antonio Ladislau Monteiro Baena. Nesse texto o autor apresentou um resumo sobre a história da província do Pará.

Segundo ele, apesar de curto, seu resumo era baseado em documentos oficiais e registros públicos. O que talvez seja mais interessante é a forma como esse autor escolheu apresentar seu escrito. Afirmando que o principal documento utilizado para sua análise teria sido os *Anais Históricos do Estado do Maranhão*, publicados por Bernardo Pereira Barredo em 1718, Baena transcreve, ao lado de seu resumo, o documento de 1718 na íntegra. O propósito seria a confirmação daquilo que está em seu próprio texto. A verdade será a busca incansável desses letrados. Ao longo de nosso trabalho, essa ideia ficará ainda mais clara.

Ao analisarmos o ano de 1844, percebemos que muitas vezes o IHGB não apenas se debruçou sobre uma região do Brasil, mas sim sobre uma única localidade. Dos 7 textos de história locais, 5 referiam-se apenas a Minas Gerais. Apesar de expressivo, esse ainda era um momento em que o Instituto publicava uma quantidade considerável de textos, cerca de 40 por ano. Mas quando jogamos essa perspectiva mais a frente, onde a perspectiva de publicação baixa para quase a metade disso (20 textos publicados por ano), percebemos o quanto de fato algumas regiões ganham grande destaque. Com 6 textos publicados sobre as regiões Norte e/ou Centro-Oeste, sendo três focados apenas no Mato Grosso, o ano de 1857 pode ser visto como um bom exemplo.

Piauí, Pará e Cuiabá também são locais presentes no debate desse ano. Os textos publicados sobre Mato Grosso, são: *Descrição geográfica da capitania do Matto-Grosso ano de 1797*; *Ofícios sobre a estatística, defesa e administração da província de Matto-Grosso de 1824 a 1826*; *Diário do rio Madeira. Viagem que a expedição destinada à demarcação de limites fez do rio Negro até Villa-Bella, capital do governo de Matto-Grosso*, escrito em 1790. Se analisados individualmente, afirmaríamos que se trata apenas de documentos sobre a região, sendo o segundo o mais próximo do ano de publicação da revista. Mas entendemos que a presença dos três seguidos pode ser vista como uma construção historiográfica. Algumas questões, que já foram pontuadas, nos levam a isso. Em um momento de clara construção das histórias regionais do país, a presença de locais importantes (como o Norte), tanto para a economia, quanto para a afirmação de fronteiras, não poderia ficar de fora. Porém, o Instituto não tinha condições financeiras para o envio de intelectuais. Parecia, assim, lógico o uso de textos já escritos. Se de início não era possível produzir, os antigos textos serviriam para compor as histórias.

Descrição geográfica da capitania do Matto-Grosso ano de 1797, refere-se a uma descrição do território da capitania do Matto-Grosso. A maior preocupação nessa descrição é a geografia do território, que é feita a todo momento, a história também é contada, tendo grande ar de importância, inclusive. O autor anexa outros textos e informações a sua descrição que relatam distâncias físicas, informações sobre a população, balanço administrativo de obras, entre outros. Em *Ofícios sobre a estatística, defesa e administração da província de Mato-grosso de 1824 a 1826*, apresenta-se uma sequência de ofícios escritos por Luiz D'Alincourt, que se relacionam à sua viagem feita pela fronteira com o Paraguai. O autor aponta desde problemas financeiros para seguir, até o início de um texto de memórias das circunstâncias encontradas pelo caminho. E em *Diário do rio Madeira. Viagem que a expedição destinada à demarcação de limites fez do rio Negro até Villa-Bella, capital do governo de Matto-Grosso*, Franco d'Almeida Serra, relata sua viagem apresentando informações sobre distâncias, locais percorridos, dificuldades enfrentadas e povoados encontrados (apresentando informações sobre eles), sempre narrando a história local. Ao chegar em uma região denominada cachoeira o autor passa a relatar as vantagens de ocupá-la afirmando que uma das primeiras coisas a serem feitas, seria a catequização dos povos bárbaros. Ali as capitanias do Pará e do Matogrosso teriam acesso uma a outra de forma mais fácil, por isso seria importante debater a construção de estradas.

Os três textos são narrativas espaciais e de viagem, onde em algum momento a história local é rememorada. Todos têm por função relatar as condições geográficas do Mato Grosso, ressaltando sua importância para o território e sua presença na história nacional. Separados, são meras reproduções documentais, mas juntos são construções de uma história regional de um local fundamental para o Império. Todos seguem o mesmo processo de escrita: relatam, cronologicamente, a história da região, incluindo a presença populacional e afirmando a condição geográfica; mostrando os problemas locais e a importância da região.

No ano seguinte, 1858, o Instituto publica um *Almanaque histórico da cidade S. Sebastião do Rio de Janeiro*, escrito por Antônio Duarte Nunes e oferecido por José Pedro Werneck Ribeiro de Aguiar. Escrito em 1799, o texto é uma memória sobre a descoberta e fundação da cidade do Rio de Janeiro. Por compor-se de uma série de documentos, o relato é importante porque mostra que dentro de um só texto existem muitas reproduções,

que estão ali para afirmar e construir a história. Para isso o autor inicia a publicação com um relato sobre a presença francesa na região, narrando, cronologicamente, o confronto entre portugueses e franceses, mostrando a presença indígena em ambos os lados. Segue um catálogo dos capitães mores, generais e vice-reis que governaram a capitania do RJ, com uma pequena biografia e alguns feitos. Finalizando o primeiro trimestre, com uma lista de pessoas que ocuparam empregos e ofícios de maior consideração na administração da cidade; e um mapa dos navios de guerra e de gente da guarnição, que os franceses renderam em confronto que ocorreu em 1711. No texto do segundo trimestre o autor apresenta uma memória da fundação da igreja de S. Sebastião, primeira matriz da cidade, apresentando uma lista de reverendos. Apresenta, também, uma memória das fundações e ordenações da igreja, as quais ele afirma ter retirado as informações presentes no texto. O autor, inclusive, relata o local em que elas estão dentro desses arquivos.

Aqui a presença de diferentes documentos está presente em apenas um texto, que tem função clara: relatar os diferentes processos que existiram na fundação do RJ. Essa publicação é interessante porque a metodologia de sua escrita é diferente. Assim como no primeiro exemplo, ela usa o relato histórico de forma cronológica e se debruça a uma região específica, mas também apresenta listas e mapas que comprovam essa cronologia. O debate da importância dos arquivos também está presente, ao apresentar os locais de onde a documentação foi tirada, o autor afirma a importância de rever a condição desses locais de preservação da história nacional.

Os documentos reproduzidos na Revista, em alguns momentos, também foram publicados em nome de um só pesquisador. Isso é importante porque mostra, mais uma vez, a intencionalidade desses escritos. Em 1855, o Instituto publica cinco documentos oferecidos por Antônio da Costa Pinto (visconde de Sergimirim), sendo que, tirando o primeiro, todos os outros relacionam-se a São Paulo e seus arredores. Os documentos são do século XVIII e relatam, basicamente, história, geografia e expansão do território Paulista. Nesse caso, diferente dos dois exemplos anteriores, o autor não interfere na publicação escrevendo uma carta ou produzindo notas. Mas apresenta a forma como as histórias locais mais aparecem: sequenciados, com narração geográfica e histórica da região e composta de documentos produzidos em momentos próximos.

Nesse caso, dois textos: *Cópia da parte que deo o capitão de Granadeiros, Candido Xavier de Almeida Souza, sobre o descobrimento do rio Ugurehi e Descoberta dos campos de Guarapuava*, voltam-se a expedições que trazem informações físicas do território, mas principalmente a condição da presença indígena. A questão indígena é importante para Costa Pinto. Como levantamos no capítulo 1, a presença do debate político sobre a questão indígena dentro do IHGB é constante. Muitos políticos envolvem-se tanto na Instituição quanto nos projetos políticos em debate. O visconde de Sergimirim é um exemplo bem interessante. Diretor Geral dos índios da Bahia, proprietário de terras e concessionário da Fábrica Central Bom Jardim, não só integrou o corpo do IHGB, mas também do Imperial Instituto Bahiano de Agricultura. Associação criada por iniciativa de elementos ligados à agroindústria do açúcar e do Governo Imperial. Apesar de ter sido fundada só em 1860, cinco anos após a publicação desses textos, a publicação já mostrava a articulação entre os intelectuais das Instituições de pesquisa brasileiras.

Sua forte relação com a questão indígena aparece também no primeiro texto publicado. *Epítome da criação do novo bispado de São Paulo: rei que impetrou essa graça; pontifício, que a concedeo: seu primeiro bispo e conegos, com que se fundou a catedral*, que narra a presença missionária na América Lusitana. O autor afirma que ela tinha por responsabilidade instruir os dogmas da fé da igreja aos gentios, para assim, fundarem-se novas aldeias para os novos convertidos. Explica que 1745, separou-se os bispados de São Paulo e Mariana e coube a sua santidade eleger um sujeito capaz de reger o novo bispado de São Paulo. Elegeu-se, então, o Sr. Frei Manuel Coutinho. O autor termina narrando a trajetória do frei. A história de São Paulo vai se construindo junto com a formação de seu bispado. O debate de como a questão indígena foi tratada na região junta-se as questões apresentadas nos outros textos, assim, a articulação entre as publicações é o que nos permite perceber o porquê das publicações.

O último texto: *São João de Ipanema, descrição do morro do mineral de ferro, sua riqueza, methodo uzado na antiga fábrica, seus defeitos*, acompanha seus interesses, tanto políticos quanto pessoais. O pesquisador traz informações sobre o morro de Araçoiaba, denominado por lavradores locais de Morro-vermelho. Na região localizava-se a fábrica de Ipanema, que se destinava à extração e fundição de ferro, cujos métodos, inclusive, são relatados no texto. Defeitos e qualidades da fábrica; lugares onde

localizavam-se as ferrarias; o fundo que foi necessário para dar princípio ao estabelecimento; a exportação de ferro no Brasil da época; providencias necessárias para o bem êxito da fábrica; e os trabalhadores ali utilizado, são os principais pontos apresentados no texto.

O que pretendíamos demonstrar nesse tópico, é que ao colocarmos alguns textos lado a lado, entendemos que os ler de forma independente retira-os de sua lógica de publicação. Por isso, compreendemos que as histórias locais são junções textuais que se voltam à uma construção historiográfica, que acontece de formas diferente, mas que direciona-se para uma mesma conclusão: a presença de regiões específicas na escrita da história nacional. Dentro dessas histórias locais, inclusive os textos aqui apresentados, os indígenas aparecem como figura importante. Se entendemos que esses escritos fazendo parte de tentativas de produção historiográfica, automaticamente, entendemos que essa figura também faz parte dessa construção. É a partir dessa análise que passamos a apresentar, de forma mais específica, a presença indígena nas páginas da Revista.

A presença indígena nas páginas da revista

O debate sobre a presença indígena nas páginas da Revista é constante dentro da historiografia. Lucia Guimarães, após dividir os textos do período em reprodução documental e contemporâneos, como vimos, divide os contemporâneos em 16 classes, que levam em conta o assunto geral deles. Ali a presença indígena se dá em: *Estudos indígenas e de arqueologia*, que seriam compostos de “vocabulários, descrições de costumes indígenas e investigações sobre os habitantes primitivos do Brasil.”¹⁴⁰ No período aqui analisado, segundo a autora, existiriam cerca de 14 textos que abarcariam a temática.

Os textos coadunam com um levantamento feito por nós, a partir das publicações em que a presença indígena se dá de forma fundamental, ou seja, onde o indígena é o ponto central. Em nossa leitura compreendemos que esses textos relatados por Guimarães, são os mais lidos pela historiografia. No entanto, nesse trabalho, partimos de

¹⁴⁰ GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal. **Debaixo da imediata proteção de sua majestade imperial: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838-1889)**. Diss. Universidade de São Paulo, 1994, p. 68

outra premissa: para abrangermos de fato a presença indígena, é necessário analisarmos todos os textos publicados no periódico, inclusive os documentos relativos à estrutura e o funcionamento do instituto (atas, relatórios) – que não estão no levantamento de Guimarães

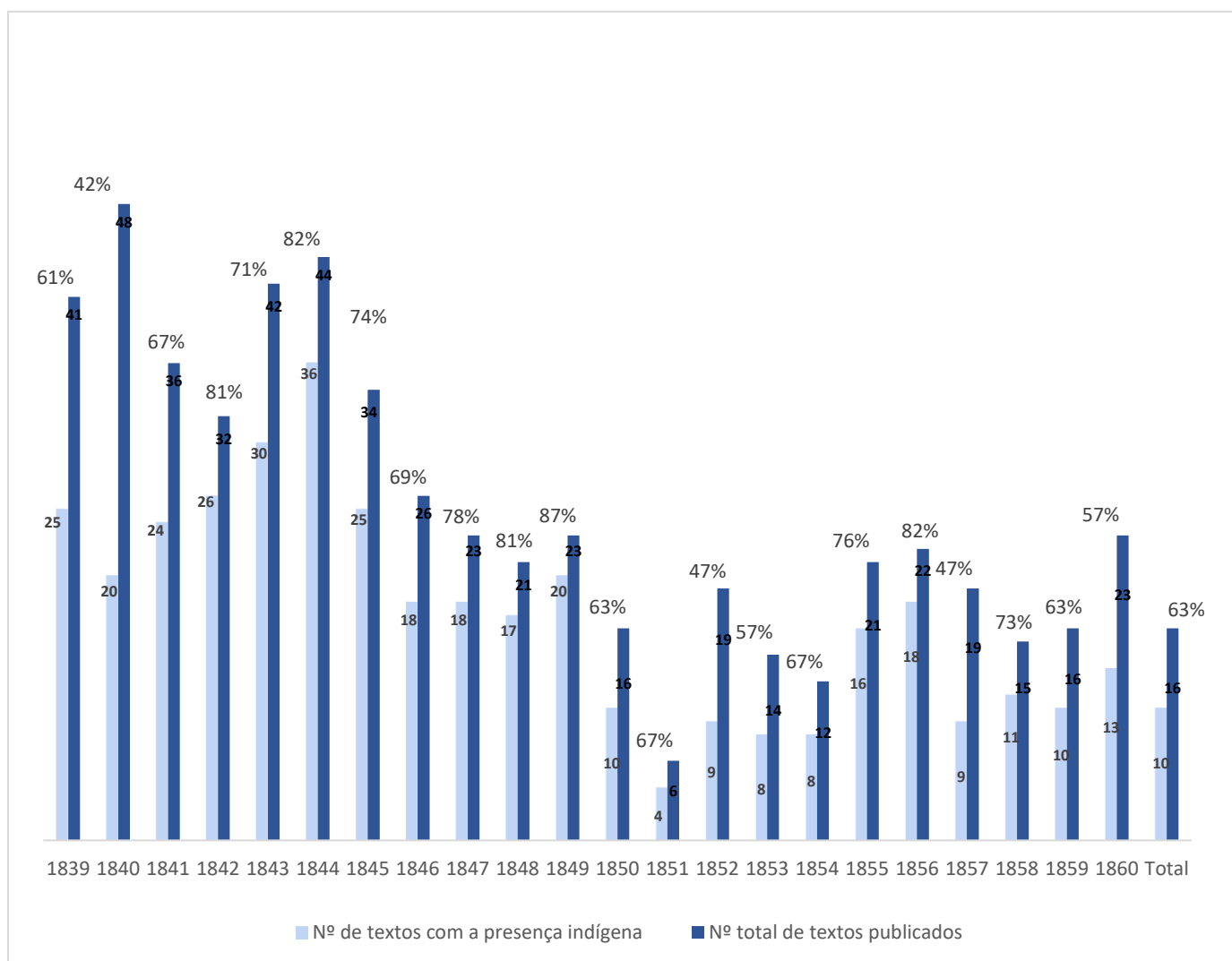
Nossa leitura também abarca a diferença entre etnografia e história. Se voltarmos as questões que apresentamos no primeiro capítulo dessa dissertação, lembraremos que esse debate, importante no século XIX, perdura até hoje e é fundamental para respondermos à pergunta: como o indígena apareceu na historiografia do século XIX?

Se no tópico anterior desse capítulo debatemos as formas como a história apareceu na documentação - ou ao menos apresentamos o quanto as tentativas de construção historiográfica eram maiores do que prevíamos - agora pegamos essa ideia para analisarmos todos os textos de nosso levantamento. Levamos em conta não só a presença maior de um esforço historiográfico, mas também a presença do indígena dentro dele. Assim, lemos todos os textos publicados na Revista entre os 1839 e 1860. Percebemos que os indígenas aparecem com maior frequência do que supúnhamos. Apesar de não estarem presente em todos os textos, eles o estavam na maioria, aparecendo de formas diferentes do que costumeiramente lemos na historiografia. Demonstramos essa presença no gráfico aqui apresentado, no qual a quantidade de textos com a presença indígena é comparada com a quantidade de textos totais publicados. A análise nos faz perceber que em alguns momentos, o indígena está presente em 81,8% das publicações, número expressivo.

Queremos ressaltar também a queda na quantidade de publicações. Antes de 1850, a Revista compunha-se de uma média de 35 textos publicados anualmente. Após essa data, a média cai para 15. Não sabemos exatamente o porque dessa mudança, mas uma coisa é certa, a partir dessa data a instituição publicava textos maiores e com mais análises. Em 1851, por exemplo, o primeiro trimestre contará com apenas uma publicação, em *Tratado descritivo do Brasil em 1587*, escrito por Gabriel Soares de Souza e entregue ao instituto por Francisco Adolpho de Varnhagen. Só esse texto cobre a metade da Revista, compondo-se de 165 páginas. Isso não ocorreu apenas uma vez: em 1854, a *Memoria histórica e documentada das aldeias dos índios da provincia do Rio de Janeiro*, de Joaquim Norberto, aparece com 400 páginas. É interessante percebermos que

no fundo, os debates dentro da instituição é que começavam a criar mais forma. Se nos primeiros 10 anos a reprodução documental era o que possibilitava a escrita da história, após dez anos de levantamentos, os debates poderiam evoluir.

Gráfico 1 - Presença indígena x total de textos publicados



A partir desse levantamento pudemos perceber que o indígena aparece de três formas na Revista: como agente principal, com uma presença pontual ou como pertencente ao território. Em alguns momentos essas formas se relacionam, ou seja, o indígena aparece de forma pontual e como pertencente ao território. Além disso, propomos a análise sobre o tipo textual em que ele frequentemente aparece: histórias particulares, relatos de viajantes ou agentes do governo e textos estruturais do instituto.

Lembramos que por hora trabalhamos apenas com as publicações que essas populações não são tidas como ponto principal de estudo.

Antes de abordarmos essas divisões achamos importante pontuar e apresentar a quantidade de documentos em que eles aparecem por ano de publicação. Achamos esse processo fundamental porque é a partir dele que construímos uma visão mais específica. Do ponto de vista geral, como podemos observar no gráfico, o indígena está presente em 63% dos textos. Existem momentos em que essa presença diminui, o que se deve ao tipo documental publicado. Se em um momento a instituição se preocupou mais com a história de seus integrantes, por exemplo, a presença indígena era menor. Se ao contrário, era um ano em que a instituição se preocupava mais com a construção de histórias locais, a presença indígena crescia.

Não temos como avaliar especificamente o porque da presença ou ausência de certos tipos documentais. As atas nos ajudam a entender os debates apresentados nas reuniões e o que costumava ser aprovado, mas muitas especificidades não estão presentes nessa documentação. Ressaltamos que essa dissonância existia porque os critérios editoriais da Revista não seguiam um padrão definido, algo normal para os periódicos do período.

Outra questão a ser apontada, é que nosso levantamento segue três critérios básicos para a contagem de textos. Apresentamos esses critérios porque os índices das Revistas podem ser analisados de forma precipitada, caso o leitor apenas os analise. Muitos textos que ali aparecem como diferentes fazem, na verdade, parte de um mesmo conjunto textual. Por isso, quando isso ocorre, consideramos esses escritos como uma única só publicação. Exemplo: em 1853, o *Diário da expedição de Gomes Freire de Andrade às Missões do Uruguai/ Conclusão do diário*, do Capitão Jacinto Rodrigues da Cunha, apresenta-se em duas partes, no segundo e no terceiro semestre desse ano, mas isso não significa que ele deve ser replicado nesse levantamento. Por isso, nos casos em que o mesmo texto foi publicado no mesmo ano, o contamos apenas uma vez. Não fazemos o mesmo quando o artigo continua em anos distintos.

Os capítulos ou subdivisões de um mesmo texto, que no índice aparecem e que poderiam apontar para a existência de outros artigos, não são vistos dessa forma aqui. O já referido *Almanaque histórico da cidade de S. Sebastião do Rio de Janeiro*, publicado em 1858, por Antônio Duarte Nunes e oferecido ao Instituto por José Pedro Werneck

Ribeiro de Aguiar, é o único texto publicado no primeiro trimestre (com continuação no segundo), mas se olharmos o índice, as divisões do texto aparecem, podendo dar a entender que existia mais de um escrito. Por fim, os apêndices e atas, que estão sempre no fim das revistas, seja anualmente ou trimestralmente. Apesar de dividirem-se e de aparecerem, em muitos momentos, quatro vezes (no final de cada trimestre), catalogamos como um só texto.

Nós primeiros 5 anos do Instituto, um Suplemento é publicado no final do último trimestre. Ele compõem-se de textos e leituras feitas no final do ano, que homenageavam a instituição. Esses documentos também são contados apenas uma única vez. Eles podem ser considerados, inclusive, como relativos à estrutura e o funcionamento do IHGB. Serviam não apenas para celebrar o aniversário da instituição, mas também para ressaltar aquilo que ela fez ou que ainda pretendia fazer.

A tabela e os critérios aqui apresentados são importantes porque nos ajudam a compreender a dimensão da presença indígena, seja qual for o documento. Dentro da nossa leitura o indígena aparece a partir de duas lógicas: uma que pensa a função do texto, outra o lugar dado a essas populações. Entendemos que essa divisão é importante porque o tipo textual interfere na forma como o indígena será visto.

Função textual

A presença indígena na Revista pode ser estudada a partir de um rol de possibilidades. Como já apontamos, costumeiramente a historiografia trabalha com os textos em que essa figura aparecia de forma principal. A relação indígenas e etnografia é posta de início, mas a leitura integral das publicações dão luz a uma presença muito maior do que o esperado. Sua presença refere-se a lógicas distintas, mas principalmente, com objetivos distintos. Essas especificidades ajudam a compreendermos de forma geral, como essas populações eram abordadas, provocando debates amplos que envolveram a construção do Estado nacional.

Antes de nos atermos a algumas dessas especificidades, precisamos ressaltar a importância da função textual dos escritos. Trabalhamos com a ideia de função textual, não de tipo documental, por compreendermos que os textos aqui selecionados compõem-

se de uma quantidade variada de tipos documentais, mas cumprem uma mesma função. Assim, quando falamos de histórias locais, estamos falando de textos que cumprem a função de relatar a história de determinada localidade, mas isso é feito a partir de uma junção de cartas, relatos pessoais, levantamento de documentos oficiais do Estado, entre outras coisas. Reconhecemos que o indígena está presente em outros tipos de textos, mas colocamos esses porque sempre que presentes essas populações aparecem. Trabalharemos com três divisões específicas: histórias locais, relatos de viajantes ou agentes do governo e textos estruturais do instituto

As histórias locais, analisadas no tópico acima, mas a partir de outra lógica, são os textos mais constantes dentro do levantamento aqui realizado. Como afirmamos, todos os anos elas aparecem, sendo que em alguns momentos a revista se debruça quase que totalmente a elas. Em todos o indígena em algum momento se transforma em agente principal e influência nas decisões e na construção das regiões.

Em todas elas o indígena aparecia como figura presente no processo de desenvolvimento local. Em alguns momentos era o inimigo, seja no embate de terras internas ou na violência com que tratavam os moradores das vilas; em outros o aliado, defendendo o território nacional em suas fronteiras externas, trabalhando na construção de aldeias, vilas e províncias, ou até mesmo como vítimas do processo de colonização. Mas eram sempre colocados como sujeitos de certo destaque. Sua relação com a fundação das cidades é ainda mais certa. As missões e os aldeamentos eram postos como o início de qualquer fundação de vila.

Ao incluir o indígena em uma escrita tão específica, esses autores inverteram o processo de Varnhagen, os colocando no tempo e no espaço. Para contar uma história local, era necessário incluir o indígena. Que não ficava apenas no passado remoto, mas também no presente. Em quase todos os momentos que esses textos chegaram ao século XIX, o indígena era tido como um agente. É claro que as lógicas mudam e nesse período os confrontos passam a ser mais constantes, mas ainda sim, a importância de colocar essas populações na história de uma região permanece sendo fundamental.

Relatos de viajantes ou de agentes do governo são os integrantes dessa divisão que podemos dizer que também fazem parte de um tipo documental. Assim, esses textos não cumprem apenas a função textual de relatar e apontar a geografia e condição de

sociedades específicas, mas também são feitos a partir de uma mesma lógica documental: relatos em primeira pessoa. Esses textos aparecem, muitas vezes, como integrantes de histórias locais. Aqui, pretendemos analisar as publicações em que esse tipo de texto não integra essa especificidade. Apesar da metodologia de escrita de ambos ser próxima, a função desses textos não parece ser o mesmo, por isso preferimos analisá-los separadamente. Esses relatos, em geral, compõem-se de narrações em primeira pessoa onde o autor apresenta: lugares percorridos, vilas e populações encontradas, geografia local e informações variadas das regiões. Os agentes do governo percorrem o território nacional ou para descobrir novas terras ou para delimitar e reconhecer as já existentes. Questões como construção de estradas, por exemplo, estavam sempre presentes. Neles, assim como nas histórias locais, os índios apareciam como: guias, inimigos e responsáveis pela ocupação do território. Eram apresentadas informações como: sua cultura, forma de vida, relação (no presente e no passado) com os portugueses, entre outras coisas.

É interessante percebermos que os indígenas nesses textos quase nunca eram colocados de forma despreziosa e a imagem que os agentes construíam sobre essas populações aparecia de forma constante. Em *Simple narração da viagem que fez ao rio Paraná o thesoureiro-mór da Sé d'esta cidade de S. Paulo*, de João Ferreira de Oliveira Bueno e oferecido ao Instituto pelo socio Sr. J. D. de A. Moncorvo, isso fica claro. O texto relatava uma viagem feita pelo autor no dia 3 de setembro de 1810. A narração era feita de forma cronológica e diária, compondo-se de informações sobre a condição de navegação do rio e a descrição do cotidiano da viagem: caça, acampamento, chuvas, celebrações.

O que mais nos interessa, é que a partir do dia 20 o autor relatou o encontro com índios e passou a se debruçar apenas nessa questão. De início, eram seres ferozes. Ele afirmou que mantinha o piloto e o guia de três canoas que andavam em descobrimento de ouro. Sempre que possível, garantia ao leitor que sua estalagem, quando erguida, estava sempre protegida dos selvagens. Está é sua fase mais preocupada com a segurança, onde a presença dos “selvagens” é uma ameaça.

No dia 28, sua visão começou a mudar, ao descreve o encontro com três indígenas, que lançaram arcos e flechas contra eles, Oliveira Buena afirma que resolveu trazê-los ao acampamento, onde receberam cuidados, comida, faca, farinha, sal e fumo. Colocando-os no mesmo lugar que foram encontrados, mandou que dissessem a seus chefes que

viesses ao seu encontro, porque queria mimá-los igualmente. Logo no dia seguinte, 29, ouviu gritos de selvagens, que haviam vindo procurá-lo em busca de afagos e agasalhos. Vieram dois chefes junto com o grupo. O autor relatou que esses índios teriam passado o dia com ele, repartindo utensílios. Aqui, a figura do bom selvagem já parecia toda construída: tudo o que essa população mais queria, segundo Buena, era ser mimada. A violência que usavam seria justificada mediante os maus-tratos sofridos.

Na sequência, o autor mostrou que os três indígenas do dia anterior, a mulher de um deles e a cunhada, tinham resolvidos seguir com ele, porém, para isso se fazia necessário que se pagasse a seus pais, o que foi feito. Depois do jantar os cabelos dos chefes foram costados e um novo convite de volta foi feito, para a missa do dia seguinte. Buena relatou que os cinco que ele havia comprado, não pareciam sentir falta dos seus. Ressaltamos o uso da palavra comprado: o autor deixa claro que apesar de ter sido uma escolha dos indígenas, a partir dali eles passavam a ser uma propriedade dele. Como não poderia deixar de ser diferente, o bom selvagem só é bom porque aceita a civilização e a subordinação.

No outro dia, mais indígenas apareceram para ouvir missa. Alguns se prepararam para acompanhá-los, dizendo que Bueno era branco bom, pois lhes davam coisas. O autor afirmava que havia escutado da

Nação Caiapo mil atrocidade injuriosas à humanidade contra os nossos, que habitavam a estrada d'esta para a capitania de Goyaz (...) porém, depois que os comuniquei; formo d'elles um juízo bem diverso d'aquellas notícias (...) descobrindo n'elles um fundo de probidade, reconhecimento e confiança na fé pública.

No encontro do dia 30, os indígenas teriam cedido mais dois casais com seus filhos a ele e seu irmão (mais uma vez em troca de machados e foices). No fim desse texto percebemos que o contato e a forma como ele se deu, alterou de forma substancial o ataque ou não a esses grupos. O que antes parecia medo e receio, se transformou em defesa e crença na possibilidade de insrção do bom selvagem.

Em muitos momentos, principalmente quando as viagens referiam-se a análise de terrenos para o desenvolvimento local (construção de vilas, quarteis, portos), os viajantes também relatavam a importância de o Estado lidar com esses povos. Em *Descrição da*

viagem feita desde a cidade da barra do rio Negro pelo rio do mesmo nome, de Hilário Maximiano Antunes Gurjão, manuscrito oferecido por Luiz Pedreira do Couto Ferras, publicado em 1855, essa lógica fica clara.

O texto compunha-se da descrição de uma viagem feita da cidade da barra do rio Negro, pelo rio de mesmo nome, até a serra do Cucuí, no ano de 1854. Ferreira Pena, escolhido na época para ser o presidente de província local, por necessidade de seu ofício, precisaria buscar um local para construir um quartel perto da serra do Cucuí. Para isso, começou sua expedição, a mesma contava com 2 soldados e 8 índios, que ao mesmo tempo eram guias e protetores.

As povoações que são encontradas pelo caminho eram sempre apontadas, o autor dava sempre informações como: quantidade de casas e igrejas, se ainda eram povoadas ou não, e de escolas. Fazia questão de relatar que eram poucos os sítios encontrados ao longo do caminho. A falta de civilização impedia que as pessoas quisessem permanecer no local. Por fim, o autor afirma que o decréscimo que se nota nas povoações ao longo do rio devia-se à ausência de habitantes e vigários. Quase todos os moradores da região eram indígenas e os mesmos abandonavam com muita facilidade suas casas. Para Gurjão, era necessário a presença de vigários para ensinar a essas populações a importância de se manter a terra plantada e de desenvolver o amor pelo trabalho.

É interessante notarmos que a presença dos indígenas nesse território, garantia também a presença do Estado Imperial. Porém, por terem práticas distintas e mal vistas, eles não permaneciam em suas terras, o que acabava se transformando em um problema. Muitos outros textos não só apresentaram esse problema, como demonstravam que a visão que o Estado debruçava sobre os indígenas, pautava-se na utilidade ou não dele.

Por fim, apresentamos os textos estruturais e de funcionamento do instituto (atas, relatórios, falas de sócios, sessões e lista de trabalhos apresentados) que apareciam sempre no final de cada revista (com exceção dos primeiros anos). Mais uma vez, percebemos que as atas em si cumprem a função textual de publicizar os ocorridos institucionais das reuniões do IHGB. Porém, quando analisadas com detalhe, percebemos que não existe apenas um tipo documental ali dentro. No específico, elas apresentam levantamentos bibliográficos, falas de sócios, leituras acadêmicas (feitas na íntegra), carta de autoridades, entre outras coisas. Percebemos que em alguns momentos apresentaram-

se mais sessões, em outras menos, isso se deu porque as reuniões muitas vezes não ocorriam, por uma série de fatores. Mas o que gostaríamos de ressaltar é que todas as reuniões estão presentes nas páginas da Revista e, conseqüentemente, no levantamento que fizemos. Algo importante, afinal a partir delas podemos perceber com clareza o momento em que os indígenas apareciam no debate, algo que se dá a todo o momento: relatórios, falas, lista de trabalhos apresentados.

Nas atas percebemos que muitos dos textos publicados eram produzidos no próprio século XIX, mas principalmente, eram feitos a partir de demandas discutidas nas reuniões do Instituto. Muitos debates feitos, principalmente na sessão ordens do dia, apareciam em forma de texto logo nos anos seguintes. Essa relação está posta, claramente, não só para textos que envolvem a questão indígena, mas também outros assuntos.

É fundamental percebermos essa relação por dois motivos: o primeiro deles é que a questão indígena não era debatida, dentro da instituição, apenas nas publicações, mas sim nas reuniões. Algo a ser ressaltado é que não existiu um só ano em que a questão não tenha aparecido em reunião. Nos primeiros anos, principalmente no primeiro, a demanda por produção de textos foi constante. Em 1839 foram consideráveis os pedidos para que alguns autores, ou até mesmo o instituto no geral, escrevessem esses textos encomendados. Ressaltamos que as demandas apareciam sempre de forma direta. Na ordem do dia da 20ª sessão, em 24 de agosto de 1839, por exemplo, entrou em discussão o ponto: qual seria hoje o melhor sistema de colonizar os índios entranhados em nossos sertões.

Logo na primeira edição de 1840, Januario da Cunha Barbosa publica: *Qual seria hoje o melhor sistema de colonizar os índios estranhos em nossos sertões; se conviria seguir o systema dos jesuitas, fundado principalmente na propagação do christianismo, ou se outro do qual se esperem melhores resultados do que os actuaes*. Onde o autor defendia a catequese como o meio mais eficaz de trazer os índios da barbaridade, baseava sua defesa na própria história do Brasil, particularmente na figura do jesuíta. Citou, inclusive Padre A. Vieira, que afirmava que os índios estavam dispostos a salvação, muitos, inclusive, já a tinham alcançado. O autor ressaltava, a importância da educação, principalmente de crianças indígenas.

Apesar da riqueza de detalhes das atas ser ínfima, podemos perceber a amplitude do debate, principalmente quando a demanda posta virava ou não texto. Apenas em alguns momentos aparecem o autor que ficou responsável pelo debate, talvez por isso, muitas publicações eram feitas em no nome do Instituto, não de quem a produziu. Nesses textos, podemos acompanhar o debate não apenas do como esses letrados incluíam o indígena na história nacional, mas também sobre como produziam essa história.

Nos primeiros anos da Revistas algumas leituras feitas, que referiam-se, a pontos de pauta apresentados em reuniões anteriores, e até mesmo essas reuniões, eram publicadas separadamente Principalmente no início da Revista, quando ainda se estava dando o tom da Instituição. Porém, depois de um tempo, esse tipo de texto apareceu apenas na sessão de atas. Na maioria das vezes eles eram reproduzidos na íntegra.

Os embates da necessidade, ou não, de se colocar o indígena dentro da história nacional estava posto o tempo todo. Nessa parte dos documentos, a maioria das falas defendia a importância dessas populações para a história. Ocorriam inclusive, uma série de elogios a autores que produziram textos sobre esse assunto. Em alguns momentos, a importância de se estudar com afinco os detalhes dessas diversas etnias também estava presente.

Manuel Luís Salgado Guimarães, salientou ter sido a problemática indígena o tema que ocupou maior espaço na revista. Ao lado desse tema, dois outros também foram recorrentes: as viagens e explorações científicas e o debate sobre a história regional. Segundo o autor, esses três temas perfazem 73% de fontes, artigos ou trabalhos publicados pela revista. O que podemos perceber aqui, é que essa visão só pode ser afirmada se analisarmos a produção desse periódico no geral, no específico a presença indígena também se dá dentro das outras duas questões.

O lugar do indígena

Como já apontamos, a presença indígena nas páginas da Revista pode ser lida a partir de várias lógicas que se alteram constantemente. O lugar dessa figura muda, principalmente, a partir de duas lógicas: a importância ou não dela na publicação e a imagem que o autor quer construir. Para entendermos melhor essa presença não basta

dividirmos os tipos textuais nos quais o indígena está presente, mas também precisamos enxergar, dentro deles, o lugar que esse grupo ocupa. No período aqui analisado, entendemos que ele aparece de três formas: como agente principal, com uma presença pontual ou como pertencente ao território.

Antes de mais nada, precisamos ressaltar duas coisas das divisões propostas: assim como os tipos textuais, apresentamos apenas três formas dentre outras consideráveis possibilidades. As escolhemos, principalmente, porque estão presentes na maioria dos textos, o que permite um escopo de análise maior. Além do mais, dialogam com uma das principais complexidades do século XIX: o indígena idealizado por alguns letrados do IHGB, em contraponto, ao indígena existente no território, que entra constantemente em conflito com os agentes de contato ou até mesmo o Estado. A existência diversa de análise entre esses locais deixa bem clara essa divisão.

A primeira divisão pensada: os textos que se voltam diretamente para o indígena, já foram aqui nesse trabalho apresentados. Esses são os textos tidos como etnográficos, onde as temáticas levantadas variam. Como já vimos os pontos básicos dos mesmos são: a catequese/ civilização; informações sobre onde habitam e como vivem os indígenas; e a preservação de suas diferentes línguas. Apesar de não ser um ponto fundamental nesse tipo de texto, pois aparece mais nos de história local, o confronto nas fronteiras e a relação indígenas/ homens brancos, também está presente em alguns momentos.

Mas aqui, gostaríamos de ressaltar que entendemos a importância desses textos também para a escrita da história. Por isso, apresentaremos questões que postas, discorriam sobre a história de algumas etnias e dialogavam com a presença indígena em algumas regiões do Brasil. Esses textos também trabalharam com a catequese, civilização, estudo de línguas, levantamento de socialização (política, cotidiana e religiosa), tudo apresentado de forma cronológica.

Ao escreverem sobre a condição, e até mesmo sobre o que fazer com os índios, os etnógrafos usavam da história. Algumas vezes para justificar suas defesas, ou para demonstrar que os indígenas faziam parte da história nacional. Um bom exemplo de uso do passado para justificativa os feitos do presente, está no texto *Memoria sobre as aldeias de Indios da província de S. Paulo*, escrita por José Arouche de Toledo Rendon, publicada em 1842.

O texto traz consigo duas questões: a importância de civilização dos indígenas e a necessidade de escrever e guardar os documentos relativos a eles. O autor escreve a história da região de São Paulo, procurando provar sua tese de que no passado, os aldeamentos teriam provocado a impossibilidade de civilização e assimilação indígena. Antes de apresentá-lo, advertiu seu leitor que o Estado imperial precisava aumentar sua população, por isso a civilização indígena seria fundamental.

Para escrever, teria consultado seus arquivos próprios e os da câmara de São Paulo. Teria como objetivo principal a escrita e a construção de bases seguras para a civilização e catequização dos índios, além de discorrer sobre “factos históricos, que não são para desprezar; [ao contrário] eles devem ser conservados por meio da imprensa, e um dia servirão para ornato e complemento da história Geral do Brasil.”¹⁴¹ A pretensão historiográfica do autor, assim, era dada com clareza.

O autor iniciou seu texto na fundação de S. Paulo, em 1560, onde os índios que ali viviam logo perceberam que concorriam com os portugueses, por isso teriam saído de lá para fundar as vilas de S. Miguel e de Pinheiros. Outras vilas nasceram na mesma época: Barueri, Conceição de Guarulhos e S. José de Peruíbe na marinha. Segundo ele, os jesuítas da região sempre procuraram aumentar a quantidade de índios dessas localidades. Eles não só vinham do sertão, mas de particulares, que os seduziam. Por isso, e por conseqüentemente não cumprirem sua função, teriam sido expulsos de São Paulo.

Esse texto, inclusive, afirma o oposto do que vimos em *Catalogo dos capitães môres governadores, capitães generaes, e vice-reis, que tem governado a capitania do Rio de Janeiro desde sua primeira fundação em 1565, até o presente anno de 1811*, publicado em 1840. Segundo essa publicação, S. Paulo estaria errada em retirar os Jesuítas de suas terras. A cidade teria feito isso por ganância e por acreditar que o uso de mão de obra indígena era justificado. Não tem como saber se o autor do segundo texto de fato pretendia um diálogo com o primeiro, mas esses contrapontos eram constantes, principalmente no que se referia ao que fazer com os indígenas e a igreja.

¹⁴¹ RENON, Joze Arouche de Toledo. MEMORIA sobre as aldeas de indios da provincia de S. Paulo, segundo as observações feitas no anno de 1798 – opinião do autor sobre a sua civilização. **RIHGB**, Rio de Janeiro, Tomo 3 (10), 1942. p.296

De todas as aldeias dessa província, só a de São José teria sido transformada em vila. Nesse processo, segundo Rendon, ocorreram algumas incoerências. Primeiro, essa vila, não teria estrutura para o ser e poderia ter permanecido como freguesia. Segundo, que mesmo tendo nome de vila, com pelourinho e câmara, permaneceu, até os dias em que o autor a visitou, com nome de aldeia. Segundo ele isso ocorreu, porque o diretor dos índios da nova vila, não teria os sujeitados as justiças ordinárias e nem os alistado no corpo de milicianos.

Nesse momento, Rendon deixou claro que apesar de existir nos índios baixeza e nenhuma ambição (nem de bens e nem de honra), eles seriam homens. Por isso, segundo o autor, não poderia se negar uma porção de amor a eles, que bem regulados, se conduziram a virtude e a glória. Assim, bastava lhes ter civilizado, para que assim o caminho da escravidão não existisse. Os homens dessas aldeias, que antes viviam livres, sofriam insolências contrárias a liberdade de qualquer um, por isso carregavam um abatimento que não lhes era natural.

As aldeias teriam sido tão prejudiciais que, ainda segundo o autor, os parentes de índios que não teriam ficado nelas, viviam com mais bens e felicidade, muitos, inclusive, serviam ao corpo militar, querendo inclusive ser branco. Alguns, devido ao cruzamento de raças, já teriam esquecido suas origens. Assim, sem a violência, a assimilação poderia ter sido completa. Sem o sistema de aldeamento, o século XIX já não precisaria passar pelo distúrbio de ainda apresentar ao mundo aquele resto de barbárie.

Os administradores gerais da época, determinaram a retirada dos índios de suas terras e as que permanecem com eles sofriam fortes cobranças de foros. Isso vinha de uma ambição das câmaras que não queriam que os índios se civilizassem, afinal se isso ocorresse, não existiria população nas aldeias que pudesse ser buscada para serviços forçados. Por isso tudo, as aldeias de São Paulo, por volta de 1628, estavam despovoadas e o Governador Geral determinou a busca de índios pelo sertão. Mesmo com esses descimentos não se resolveu a questão, afinal as aldeias permaneciam com suas lógicas, fazendo dos índios os únicos braços com que realizavam seus serviços a coroa. Segundo ele, existiram tentativas que propuseram a divisão justa da renda, fruto dessa mão de obra, mas a necessidade de pagar párocos e administradores, teria findado com a ida de dinheiro aos índios.

Apesar da falta de arquivos produzidos por esses índios, o que lamenta Rendon, alguns documentos permaneceram. Ao levantá-los, o autor percebeu o como a liberdade indígena fora destruída. Além da forma como eles eram ali tratados, os documentos mostravam também como se deu a administração nessas aldeias e a quantidade de índios que ali viveram. Ao adentrar no século XVIII, o autor narra especificidades regionais.

Rendon concluí que os índios que procuraram as aldeias deviam ter, por direito, a permanência com suas nações, um diretor e um padre. Deviam se acostumar primeiro em comunhão, depois em separado, para seu próprio sustento. Mas tudo isso seria temporário, logo que o índio tivesse civilizado, não teria necessário a existência de um tutor. Poderiam ser sujeitados a famílias brancas, que os acostuariam a trabalhar e que os tratarim como livres. Com isso perderiam seus costumes bárbaros. Se retirados dos pais, as crianças, teriam ainda mais chances de civilização.

Assim, a história era usada como exemplo. É interessante percebermos, inclusive, que o autor faz questão de ressaltar que seu texto foi escrito com base em documentos. Algo fundamental para a escrita da história. Os artigos da Revista também utilizaram a história como forma de colocar o indígena como representante do passado brasileiro. Isso foi tão importante para o instituto que alguns pedidos eram feitos nas reuniões da cúpula institucional. Em 1849, do coronel Ignacio Accioli de Cerqueira e Silva, membro correspondente do IHGB, apresentou sua *Dissertação histórica, ethnographica e política*, feita a pedido da instituição. O texto, extenso e de grande pesquisa¹⁴², elencava as tribos de aborígenes que habitavam na província da Bahia no tempo em que o Brasil foi conquistado, apontando a movimentação dessas populações no território e informa a existência atual, ou não, delas.

Na sua introdução, o autor fez questão de salientar que muitos pedidos feitos pelo instituto, de trabalhos específicos, não eram atendidos devido a “lentidão e frieza com

¹⁴² O autor ressalta que os prospectos que se leem da Memoria, foram produzidos a partir das informações enviadas pelos presidentes de províncias, apesar da maioria deles terem enfrentado problemas de satisfazer as informações exigidas. Mas é interessante percebermos o quanto o Instituto, para produzir seu material, coloca em diálogo uma série de setores da sociedade imperial. Em detrimento do tamanho do território e d acesso a certos locais, escrever alguns textos só seria possível se colocado em diálogo letrados e poderes do Estado.

que em quase todas as províncias se há procedido no preparar e reunir as bases indispensáveis à coordenação da estatística geral do império (...) bem como a falta ou extravio de bastante documentos archeologicos”¹⁴³. Assim, a dificuldade em acessar os documentos importantes para a construção da história nacional, não passava apenas pela presença ou não do IHGB nesses locais. Não bastava ter pesquisadores de qualidade se as províncias não se preocupassem com a organização de seus arquivos.

Mas nem sempre o indígena aparecia como assunto fundamental, o oposto também acontecia. Em alguns momentos essas populações apenas despontavam de formas pontuais – que também se davam a partir de várias lógicas. Nesses momentos, pouco se falava sobre essas populações. Eles apareciam relacionados a biografia de alguém, as vezes como referência para alguma localidade (que ficava perto ou no caminho de tal aldeia), em outros a língua das diferentes etnias brasileiras eram usadas para nomear plantas e vegetações.

Mas os indígenas pertencentes ao território é a forma como eles mais aparecem na documentação. Ao relatarem informações sobre a paisagem local ou algumas questões dos limites territoriais do Brasil, os autores apontavam a presença indígena como fundamental. Isso ocorre de diversas maneiras. Mas nem sempre eles são um problema ou até mesmo uma figura importante. Podemos dividir essas formas em três questões, que como sempre, não são as únicas. Achamos importante relatar essas questões, porque elas elucidam que no império, a questão indígena não se relacionava apenas a questão de terras, mas que a questão de terras, com certeza, relaciona-se de forma muito maior com a questão indígena.

Começamos nossas divisões com o momento em que os indígenas só estariam ali: assim como as árvores e os animais locais. Nesses momentos, os autores em geral estão apenas relatando a topografia de alguma região. Assim como os rios, as aldeias estavam no caminho de viajantes. Quando o indígena aparece nesses textos ele é sempre colocado de forma pontual, nunca é tido como influenciador social ou político.

¹⁴³ SILVA, Ignacio Accioli de Cerqueira. Dissertação histórica, ethnographica e política. **RIHGB**, Rio de Janeiro (...) p. 143

Em um segundo momento, seriam só mais uma das questões a serem resolvidas. No texto, *Reflexão sobre o systema de defesa que se deve na fronteira do Paraguay, em consequência da revolta e dos insultos praticados ultimamente pela nação dos índios Guaycurús ou cavaleiros*, de Luiz D'Alincourt, oferecido pelo Sr. L. A. da Cunha Mattos. Publicada em 1857, O autor inicia o artigo afirmando que a guerra Guaycurú teria sido lenta, atraçoada e devastadora desde 1725. Esses índios teriam feito estragos lamentáveis chegando a vizinhança da cidade. Por isso o governo teria se visto na obrigação de buscar sua amizade, o que ocorreu em 1791. Assim, o autor defende que a defesa da fronteira deve ser feita de forma política e não conflituosa (guerra). Devia-se tratar da urbanidade e da fé dos índios Guannans e dos Guaxis, que permaneciam na fidelidade da amizade. Seria necessário comprar mantimentos para as aldeias e introduzir algum luxo nos grupos de índios. O autor ressaltava a necessidade de resgatar os índios que abandonaram as aldeias, criticando a forma como os paraguaios lidavam com a questão, afirmando que era preciso mostrar que os brasileiros pretendem lidar com eles de outra forma.

Os problemas causados pelos indígenas também apareciam dentro das vilas e cidades. A não aceitação dessas populações a civilização, traziam problemas complexos para o Estado. Quando isso ocorria, as vilas e províncias não só perdiam uma mão de obra importantes, mas também abriam a possibilidade de confrontos. O fato de muitas dessas populações estarem na fronteira, também era fundamental. Não é por acaso que esses textos, apesar de aparecerem com frequência, em geral se voltam as mesmas regiões do Brasil. Em alguns momentos, os indígenas poderiam se transformar em grandes problemas, por compactarem com os vizinhos inimigos ou não ajudaram o império a instituir sua presença no local. Por isso muitos textos afirmavam a necessidade da proteção indígena, por compreenderem a importância dos mesmos.

Por isso, em um terceiro momento eles seriam fundamentais, afinal, sua presença no território, como já procuramos demonstrar, seriam fundamental para sua defesa. Essa questão aparece de algumas maneiras dentro da Revista, de formas diretas ou até mesmo indiretas. Mas um exemplo interessante de mostrarmos está no texto: *Instrução militar para Martim Lopes Lobo de Saldanha, governador e capitão geral da capitania de S. Paulo*, de Martinho de Mello e Castro, publicado em 1842. A reprodução textual nada mais é do que instruções militares do El-Rei relacionadas a defesa da região de São Paulo.

Preocupado com a conservação e segurança de todos e do território, ele envia obrigações que a localidade deveria assumir mediante o território nacional.

Assim como no Rio de Janeiro, São Paulo teria como obrigação socorrer qualquer capitania do Brasil, por isso, as instruções militares mandavam estabelecer um corpo de tropa em cada capitania, a partir de um plano militar mandado por sua majestade. Se estabelecia como obrigações da capitania: socorrer distritos menores e fortalecer as forças militares, que devem estar sempre armadas, disciplinadas e prontas. Para isso, sua majestade mandava formar e levantar novas forças, criando um regimento, que ainda não existia. Nele criava-se a necessidade de se escolher novos oficiais competentes que iram eliminar os soldados incompetentes, escolheram eclesiásticos capazes de ensinar os soldados nas obrigações católicas e inspira-lhes a fidelidade ao seu rei, amor à pátria e a subordinação.

Além do mais, as localidades ficavam responsáveis por produzirem mapas da região. As próprias colônias deveriam ser capazes de defender-se, afinal, Portugal tinha territórios em muitos lugares, por isso, coloca-las em defesa própria seria fundamental. Com as forças locais, se defendia a capitania de Pernambuco, do Rio de Janeiro, por isso se atribuíam aos Paulistas as missões do Paraguai. Índios e Jesuítas, deviam juntar-se aos paulistas para defenderem o território Brasileiro dos castelhanos intrusos. Essas tropas, só não poderiam retirar braços do cultivo da terra e do desenvolvimento dos comércios, assim, os índiegenas não só seriam responsáveis pela defesa do território, mas também pela manutenção de mão de obra.

Por fim, o El-Rei ordenou que se juntassem o mais rápido possível essas tropas, reiterando que elas deveriam voltar-se, principalmente ao sempre socorrer as povoações do Rio Grande e Rio Pardo, seguindo e marchando até as aldeias de S. Miguel, S. João, S. Lourenço e S. Nicolau, situadas do rio Uruguai, quando necessário: "Para que, sendo praticável, se possam mandar suprimentos, e pôr em contribuição as ditas aldêas; (...) de sorte que d'ellas não possam tirar os Castelhanos os consideráveis socorros de índios, gados, cavallos, bestas e provisões(...)".¹⁴⁴

¹⁴⁴ CASTRO, Martinho de Mello. Instrução militar para Martim Lopes Lobo de Saldanha, governador e capitão geral da capitania de S. Paulo. **RIHGB**, Rio de Janeiro, 4 (15), 1842. p. 397

O relato demonstra o quanto a defesa do território era fundamental para o império português conseguir manter sua soberania sobre o território brasileiro. O indígena, apesar de ser um problema em muitas instâncias, era visto como fundamental para a manutenção dessa soberania. Ao lermos essas populações no século XIX, muitas vezes compreendemos que elas eram uma questão de terra ou até mesmo de mão de obra. Mas não necessariamente as coisas ocorriam nesse sentido, no exemplo aqui analisado, elas poderiam ser vistas ou como uma junção das duas coisas, ou até mesmo como uma terceira, uma questão militar.

Assim, se voltarmos-nos a outros locais, como já apresentamos no debate que fizemos com as Histórias Locais, percebemos que as regiões de fronteira relacionavam a questão indígena diretamente a questão de terra. No texto aqui apresentado o Estado seria o responsável por militarizar essas populações, que deveriam seguir os preceitos do colonizador. Mas em outros exemplos, a defesa do território ficava a mercê dos confrontos que já existiam entre as populações indígenas, tanto portugueses quanto espanhóis apenas incentivavam a questão.

É claro que o espaçamento deve ser compreendido. Como já ressaltamos, a relação indígena e Estado, para ser compreendida, deve ser entendida a partir das diferentes regiões. Não podemos entender que as forças legislativas do império português operavam, no Mato Grosso, por exemplo, da mesma forma que em São Paulo, ou até mesmo no Rio de Janeiro. Regiões já muito mais dominadas e conhecidas no século XVIII¹⁴⁵.

Como procuramos apontar, a publicação documental, não é feita de forma desproposita, a questão de proteção de fronteiras ainda estava bem latente no meio do século XIX, em 1842, ao publicar esse texto, o Instituto usa da concepção de história como mestra da vida, para mostrar, a partir de exemplos, que o índio poderia ser usado como força militar. Assim, duas questões se resolviam, afinal a solução do problema: o que fazer com o indígena? Estava dada aí.

Não é à toa que o documento, nada indiferente, mostra que uma das obrigações dos novos oficiais seria escolher eclesiásticos capazes de ensinar os soldados nas

¹⁴⁵ Apesar de não aparecer no texto a data da documentação, sabemos que Martim Lopes Lobo de Saldanha foi governador da Capitania de São Paulo em 1775

obrigações católicas, além de inspirar-lhes a fidelidade ao seu rei, amor à pátria e a subordinação. No oitocentos, essa fidelidade não seria ao rei, mas ao Imperador, que ainda vivia com as mesmas questões e necessidades. A civilização, aparecia assim, em mais uma frente. O Estado não só transformaria o indígena em defensor do território, mas também em um fiel defensor do Império. É interessante percebermos, que a inclusão dessa questão, antes mesmo do documento falar sobre o indígena, já vai ficando clara.

A papel do indígena no Brasil imperial, perpassa uma série de questões que não envolvem apenas a construção da história nacional. Se eles foram vistos pelos letrados como ponto chave para a história, também foram vistos como problema e solução em outros pontos, para a elite imperial eles poderiam virar mão de obra, corpo militar ou até mesmo população rural. Essa complexidade de diálogos construídos dentro da revista, deixa claro que não é possível analisarmos a questão a partir de uma só lógica, até aqui apresentamos questões gerais, mas para entendermos melhor a relação dessas populações com a história, precisamos especificar nossas perguntas e nossos interesses. Por isso, separamos quatro autores, que entendemos como fundamentais para os debates da Revista, colocando lado a lado seus textos e trajetórias estenderemos com mais clareza não só a forma de se entender o indígena, mas também a forma de se construir essa história.

Capítulo 3

Os intelectuais do IHGB

Durante toda nossa leitura, tanto bibliográfica quanto documental, percebemos que alguns intelectuais são indispensáveis para compreendermos a presença indígena nas páginas da Revista do IHGB. Diálogos específicos rondaram esses autores que construíram a história nacional a partir de lógicas distintas. Apesar do Instituto ser responsável, acima de tudo, pela defesa da nação e de sua construção, isso não foi feito de forma única. Como não poderiam deixar de ser, os letrados tinham suas predileções recorrentes as suas próprias biografias. Isso se materializava em duas frentes: a forma que escreviam, ou seja, seu grau de autonomia para escrever ou não como historiador; e a forma como abordavam a questão indígena, que também se alterava.

Apesar de todos fazerem parte de uma mesma elite, não podemos esquecer que alguns letrados se relacionavam diretamente a política, falando a partir de vivências cotidianas. Outros, estavam ali como pesquisadores, sem nunca terem entrado em contato com os povos sobre os quais escreviam. Essas lógicas claramente alteravam as defesas e ataques feitos. É por isso que entendemos que a apresentação desses sujeitos individualmente, pautado no diálogo entre eles, é a melhor forma de entender como e porque o indígena aparecia nas páginas da Revista.

Abordaremos quatro intelectuais que viveram trajetórias distintas. O primeiro autor que apresentaremos será Joaquim José Machado de Oliveira, nossa figura política. Em seu caminho estiveram os importantes cargos de presidente das províncias do Grão-Pará/PA, Alagoas/AL e Espírito Santo/ES e de diretor da Diretoria Geral dos Índios. Apesar de escrever a favor da socialização do indígena, pensando na catequese como meio de transformá-los em cidadãos, opondo-se a escravização dessas populações, quando presidente de província, entrou em contradição com suas defesas e flexibilizou esses assuntos. Principalmente a relação indígena e mão de obra compulsória. Apesar de aparecer na historiografia como político e militar, nesse trabalho, enxergamos essa figura como fundamental para o debate intelectual do Brasil. Sua presença na escrita da história do Instituto, seus textos, inclusive, não acordavam apenas a questão indígena, mas também o próprio debate de como se produzir história.

Francisco Adolpho de Varnhagen, tratado como um dos pilares da historiografia oitocentista, dentro da história, é o autor que esse trabalho apresenta como um historiador

“de carteirinha. Dentro dos estudos tanto sobre o IHGB, quanto a questão indígena no século XIX, mas principalmente, a história produzida no período, esse autor é sempre sujeito certo de análise. Isso se justifica ao percebermos a presença assídua do mesmo nas páginas da Revista. Ressaltamos ainda a publicação do livro História Geral do Brasil, que é considerado por muitos a primeira publicação de história geral feita a partir dos preceitos contemporâneos de história.

A influência de ambos se dá não só na instituição, mas também no cenário político brasileiro. Abordando o tema a partir de pontos de vistas distintos, os dois autores aparecem assumindo lugares diferenciados, mas não menos importantes. Varnhagen, um intelectual nascido em terras tupiniquins, mas criado em Portugal, que se interessava pela história do Brasil e pleiteiava sua nacionalidade brasileira, enxergou a questão indígena de um ponto de vista acadêmico. Preocupado com arquivos e pesquisas, escreveu a história do país baseado em ampla documentação. Mas com o tempo, também ressaltou a importância das experiências pessoais, que provavelmente o ajudaram em seus textos.

Segundo Temístocles Cezar,

Ao viajar, ao transpor fronteiras, ele vê a história. Porém sempre com esse olhar distanciado de quem viveu praticamente toda a vida fora do seu país. Ter como meta contar sua história; estar longe da nação e ter de consolidar sua nacionalidade como brasileiro, eis o dilema da vida e obra varnhageniana.¹⁴⁶

Machado de Oliveira, um brasileiro defensor da nação e do Império, falava do ponto de vista de quem sofreu a influência dos tempos agitados do Segundo Reinado. Não só estava articulado com a intelectualidade, mas acompanhou de perto as mudanças que a política imperial causou nelas. Insere-se, assim, no intenso debate sobre o papel do indígena na nova nação, a partir do lugar de um membro político de destaque no Estado.¹⁴⁷

Joaquim Norberto de Souza Silva, será nosso terceiro letrado. Talvez o mais desconhecido de todos os quatro, seria, assim como Machado de Oliveira, o que Varnhagen, de forma pejorativa, denominava de “historiador dos índios”. É o primeiro de

¹⁴⁶ CEZAR, Temístocles. **Ser historiador no século XIX: o caso Varnhagen**. Belo Horizonte: Autêntica, coleção História & historiografia, 2018

¹⁴⁷ MONTEIRO, Op. Cit;

nossos autores que escreve a história flertando diretamente com a literatura. Apesar de não ter uma produção extensa, seja na história, seja na literatura, é o autor que mais articula saberes e assuntos.

Norberto, circulou desde a escrita do fazer historiográfico, até a produção de mapas populacionais do império. Suas tentativas no campo literário não ganharam o gosto dos letrados brasileiros que, mesmo na posteridade, pouco analisavam a obra do autor. Mas destacamos que a sua principal obra, uma monografia sobre a Conjuração Mineira, deve ser vista como um bom exercício historiográfico, onde todos os debates metodológicos caros a história do Instituto estavam postos.

Por fim, apresentamos José Gonçalves de Magalhães que, ao contrário do anterior, é o mais popular de todos os autores aqui analisados. Garante seu lugar na literatura brasileira como um dos introdutores do Romantismo em solo brasileiro. Escritor da Confederação dos Tamoios, é um importante quadro do indianismo, setor do romantismo que valorizava o indígena, tratando-o como um ser puro e bom.

Não é por acaso que o autor contrapõem-se diretamente as visões de Varnhagen sobre a presença indígena na história nacional. Como veremos, sua presença na historiografia do século XIX, apesar de muitas vezes deixada de lado, não foi pequena. Ao analisarmos percebermos Magalhães como um intelectual orgânico, que circulou por diversos grupos e debates.

Junto com intelectuais como José Bonifácio, Januário da Cunha Barbosa, esses autores fizeram parte de um grupo de pesquisadores, políticos, intelectuais e literatos que se debruçaram sobre a história e as “soluções” para os povos indígenas. Suas presenças assíduas nos textos da Revista do IHGB demonstram a presença na construção desse debate. O que todos tem em comum, inclusive, é que eram sócios e correspondentes do Instituto. Ambos participavam das reuniões institucionais e em algum momento publicaram textos fundamentais para os debates da Revista.

O diálogo entre eles se coloca em muitos momentos, inclusive fora do IHGB. Ao pontuarmos questões individuais, não pretendemos ignorar essas conversas. Procuramos apontá-las sempre que possível. Optamos por essa análise, pois percebemos que os ataques ou corroborações entre eles estão presentes nos textos aqui estudados. Por isso, apresentaremos suas relações ao lidarmos com esses textos.

Varnhagen e Machado de Oliveira, apresentam uma quantidade de publicações bem consideráveis, principalmente Varnhagen, que publicava textos sobre uma série de questões. Por isso apresentamos desses autores apenas os textos que melhor dialogam com as questões aqui abordadas. Dos outros dois autores, por serem importantes, mas ínfimas publicações, apresentamos todo o conteúdo que apresentaram ao instituto no período aqui analisado.

Francisco Adolpho de Varnhagen

Francisco Adolpho de Varnhagen (1816-1878) nasceu em São João de Ipanema (atual Sorocaba), São Paulo, em 17 de fevereiro. No entanto, aos cinco anos mudou-se para Portugal. Filho de uma portuguesa com um alemão, estudou na Academia de Fortificações de Lisboa e concluiu o curso de engenharia militar em 1839, aos 23 anos de idade. Estudioso da poesia medieval, logo se engraçou pelas rodas de poesia lisboeta e conquistou uma recomendação para pesquisar na Torre do Tombo.

Em suas extensas pesquisas, descobriu o *Roteiro do Brasil*, de Gabriel Soares de Souza, hoje considerado um dos principais documentos relativo ao primeiro século da colonização portuguesa no Brasil. Ocupou-se da análise e da transcrição do documento entre 1835 e 1838, submetendo-o à Academia das Ciências de Lisboa. Suas pesquisas reacenderam um querer antigo e em 1840 pediu licença do exército português para viajar para o Rio de Janeiro, a fim de pleitear sua nacionalidade brasileira¹⁴⁸.

Sendo eleito sócio correspondente do IHGB, conseguiu a nacionalidade em 1844. Foi admitido no corpo de diplomatas, servindo em Portugal e na Espanha, nas décadas de quarenta e cinquenta. Regressou ao Brasil em 1851 e ocupou o cargo de primeiro-secretário do Instituto organizando a biblioteca e o acervo documental da instituição. Conquistando D. Pedro II, teve cargos, honrarias e condecorações dentro dela¹⁴⁹.

Autor de uma historiografia extensa e diversa, Varnhagen tem duas publicações feitas fora da Revista do IHGB que são fundamentais para nossa análise. Seu *Memorial*

¹⁴⁸ PAIM, Antonio (org.). **Francisco Adolfo de Varnhagen**: história geral do Brasil, leitura básica. Centro de Documentação do Pensamento Brasileiro (CDPB), 2011.

¹⁴⁹ Ibidem

Orgânico, publicado em 1849 e 1850, pelo Instituto, mas fora de sua Revista e sua *História Geral do Brasil*. O primeiro texto tem por objetivo principal apontar problemas e soluções para o Brasil. Para o autor, era inadmissível que “depois de um quarto de século [o país] achar-se quasi na mesma; e com mais ar de colonia, ou antes de muitas colonias juntas que de nação compacta”¹⁵⁰.

Os problemas do Império versavam, segundo Varnhagen, sobre seu território e sua população. A falta de homogeneidade étnica era a mais grave das questões, “dado o peso da escravidão negra e a dificuldade de assimilação dos indígenas não aculturados (“índios bravios”), que se tornariam a pedra de toque de suas polêmicas com os indianistas”¹⁵¹ Para Varnhagen, tanto os indigenistas como o Estado, não tinham sido capazes de resolver se os índios eram ou não cidadãos brasileiros, isso provocava um atraso no desenvolvimento populacional do país. Para ele, se esses grupos fossem visto como cidadãos, eles deveriam cumprir a lei e parar “de andar vadiando com as orelhas e os beiços furados”.¹⁵²

Já pelo o território, a crítica ficava a cargo da falta de integração entre as províncias. Já bastava os inimigos republicanos que rondavam os limites do Brasil. Segundo Varnhagen, o território deveria ser visto como elemento de expressão da soberana. Cabia a ele, assim como a população, representar o elemento mais importante: a Nação. O Império deveria organizar, nos moldes de uma Nação moderna, uma relação orgânica entre esses dois elementos.¹⁵³

Em 1854, o historiador lançou a primeira parte de sua tão sonhada obra: *Historia geral do Brasil antes de sua separação e independência de Portugal*, que teve a segunda parte publicada em 1856. Apesar de ser sua obra máxima, o trabalho foi recebido com frieza no Brasil. Possivelmente, pelo tratamento pouco simpático dispensado aos gentios,

¹⁵⁰ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **Memorial orgânico**. Rio de Janeiro: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), 1850. p.2

¹⁵¹ DE SOUSA SÁ, Ana Priscila. Um “projeto de estado”: considerações sobre o Memorial Orgânico de Varnhagen. **Revista Ágora**, n. 24, p. 47-62, 2016.

¹⁵² PUNTONI, Pedro. O Sr. Varnhagen e o patriotismo caboclo: o indígena e o indianismo perante a historiografia brasileira. In: István Jancsó (Org.), **Brasil, formação do Estado e da nação**. São Paulo-Ijuí: Hucitec, 2003.

¹⁵³ DE SOUSA SÁ, Ana Priscila, Op. Cit., p. 52

que não condizia com a política imperial, ou pelo menos com aquela que o Império gostaria de transparecer.¹⁵⁴ O próprio Instituto publica em 1860, o texto: *Os indígenas do Brasil perante a história*, de Gonçalves de Magalhães. A publicação nada mais é do que uma crítica direta ao posicionamento de Varnhagen.

Dentro da Revista do IHGB, suas publicações são consideráveis e carregam uma série de questões diversas. O Autor apresenta documentos, dialoga com eles, escreve biografias, crítica colegas e apresenta suas teses. Sua primeira publicação aconteceu em 1841, no texto *Memória Sobre a necessidade do estudo e ensino das línguas indígenas do Brasil*. Já aqui analisado, o artigo tratava-se de uma defesa do uso da língua nativa. Seria um primeiro passo, dentro da Revista, de uma série de textos que se preocuparam com o efetivo controle dos nativos. O uso das línguas indígenas, além do mais, seria um diferencial da nação em construção que se basearia numa língua própria, com qualidades próprias. Varnhagen propunha, assim, uma alternativa para a constituição de uma literatura nacional que deveria seguir o programa indianista.¹⁵⁵

Mas Varnhagen não permaneceu por muito tempo com uma visão indigenista, Após ter passado apuro em uma viagem no interior paulista, onde “bugres” ameaçaram atacá-lo, passou a afirmar ter perdido todas as ilusões poéticas que ainda lhe restavam a respeito dos índios.¹⁵⁶ Começando a dar ainda mais luz a sua visão anti-indigenista, publicou o texto *O Caramuro perante a história*, em 1848. A dissertação apresentou ao Instituto o que pode se chamar de defesa da história e do historiador, que segundo ele, só poderiam existir em países civilizados. A distinção entre História e poesia não só era ressaltada, como feita com clareza. Demonstrava desconforto perante o que para ele, seriam as leituras errôneas feitas sobre a história. Segundo Varnhagen, poemas não carregavam consigo a verdade, não podendo, assim, ser comparados à produção da história. A grande diferença, seria a pesquisa em arquivos, que já desde muito tempo, era fundamental para o autor.

Além das críticas, a narração compoem-se da história de Caramuru, um português que viveu entre os Tupinambás. O relato inicia-se com seu primeiro contato com as

¹⁵⁴ PUNTONI, Op. Cit.

¹⁵⁵ Idem

¹⁵⁶ Ibidem

populações indígenas. O que chama atenção é que Varnhagen descreve, detalhadamente, de onde tirou cada informação que vai colocando em seu texto, muitas vezes contrapondo até três documentos para provar determinada afirmação. É notável o trabalho de fôlego. Suas fontes vão desde textos produzidos na época dos acontecimentos, até arquivos achados em Portugal e no Rio de Janeiro, passando pela literatura e pela poesia. O que chama à atenção é que muitas vezes o que importa para ele é a explicação das fontes e da forma como as contrapôs. Assim, em muitos trechos ele abandona a história de Caramuru e apenas explica a produção de um ou outro texto.

Sua relação com a poesia merece ainda mais um destaque: a possível crítica desse texto ao livro *O Caramuro*, de Santa Rita Durão, publicado em 1781. Durão constrói uma mitologia messiânica ao redor da chegada de Diogo (o Caramuru), que veio para revelar a verdadeira natureza da religião indígena, que teria ficado oculta dentro dos próprios índios. O texto do século XVIII ressalta com veemência a cultura indígena, que apesar de retorcida aparece desde o primeiro parágrafo, quando Diogo é visto como o filho do Trovão.¹⁵⁷

Já Varnhagen parece preocupar-se em compreender o fundo de verdade de um dos “contos maravilhosos” da história do país, que toda a nação deveria acalantar. Assim, apesar de partirem do mesmo herói, em *O Caramuru*, o autor parte de lendas indígenas e fantasiosas para compor muitas de suas histórias. Já Varnhagen, partiria de uma pesquisa documental e firmada apenas na verdade. É importante perceber que a produção desse texto já se insere na fase de um Varnhagen decepcionado com a realidade brasileira.

Nesse ponto, Varnhagen deixa claro que apesar de ser adepto aos conceitos modernos da historiografia do século XIX, que percorria a verdade histórica a qualquer custo e compreendia que a mesma só seria alcançável mediante a análise documental, alguns pontos dessa nova epistemologia não seriam por ele utilizados. A imparcialidade do historiador, tão cara ao período, nele se perdeu por completo. “A distinção entre sujeito e objeto da pesquisa (...) era uma premissa que Varnhagen tinha muita dificuldade de respeitar”.¹⁵⁸

¹⁵⁷ TREECE, Op. Cit.

¹⁵⁸ CEZAR, Temístocles. **Ser historiador no século XIX: o caso Varnhagen**. Belo Horizonte: Autêntica, coleção História & historiografia, 2018

Não é à toa que, apesar da sua retórica impressionante, fica muito claro a presença de suas defesas pessoais que apareceram sempre com muita clareza. Em todos os textos aqui apresentados essa lógica fica muito evidente. Como nos mostra Temístocles Cezar, para Capistrano de Abreu, principalmente no que se refere a sua obra principal (História Geral do Brasil), era preciso “definir o temperamento de Varnhagen para bem compreender a sua História Geral”.¹⁵⁹ Sua preocupação com as outras premissas dessa nova história eram mais claras, principalmente no que referia-se a documentação. Questão que não estava apenas em sua escrita, mas também na prática do ser historiador.

Em 1849, o Instituto publica sua: *carta Versando sobre ethnographia indígena, línguas, emigrações e arqueologia, padrões de mármore dos primeiros descobridores*, que Varnhagen havia enviado para o primeiro secretário perpétuo do IHGB. Sua importância na Instituição é tanta que muitos dos seus textos não passam pelas comissões avaliadoras, muito pelo contrário. No artigo, o autor defende a importância das províncias enviarem ao Instituto informações sobre os indígenas de seus territórios. Segundo ele, o tão necessário estudo da ciência etnográfica e da história dessas nações perdia muito pela ausência dessas informações.

Contudo, é o plágio de escritores que mais preocupam o autor. Segundo ele, os detentores dessa política copiavam textos sem reconhecer seus reais produtores. Além do mais, muitos adulteravam os nomes e a história dessas populações. A escrita, que podemos chamar de rigorosamente acadêmica, está presente a todo momento no autor. Não só o seu texto precisava seguir normas claras de análise documental, mas o de seus colegas também deveriam seguir essa lógica. Mas aqui, mais uma vez, percebemos que apesar desse rigor acadêmico, a imparcialidade do autor não está posta.

Um bom exemplo seria sua análise dos estudos feitos sobre os Tapuias. A partir deles, esses grupos ficaram conhecidos como uma grande nação, mas que, segundo ele, nada mais significavam do que um povo bárbaro. Para Varnhagen, essa falta de conhecimento provocava o engrandecimento e a construção de um inimigo que possivelmente não era tão terrível. Aqui fica ainda mais clara sua visão sobre o indígena. Tratando-o de forma bem dura, se recusa a não obter informações sobre comunidades que deveriam ser controladas. Mais uma vez sai em defesa do estudo das línguas indígenas, a

¹⁵⁹ PUNTONI, Op. Cit.

única capaz de ajudar na identificação dessas comunidades. Essa defesa parece uma constante nos textos, às vezes parece ser uma das únicas soluções para se conseguir conhecimento e controle.

O ano da publicação desse texto é interessante, entre 1849 e 1850, o debate sobre a lei de terras está efervescendo no país e o lugar do indígena nessa legislação é fundamental. Para autores como ele, o total controle é ainda mais necessário. Contrário à possibilidade de posse de terras por indígenas, é nesse período que Varnhagen afirma que eles não eram “cidadãos brasileiros, não cumpriam nenhuma das obrigações das leis e andavam vadiando com as orelhas e beiços furados, em vez de serem guardas nacionais e vestir uniformes.”¹⁶⁰Mostra-se favorável, inclusive, ao retorno das bandeiras.

Não é a toa que nesse artigo afirma-se que encontrados pelos europeus quando de sua chegada “na costa setentrional e parte oriental do Brasil (...), era ai uma raça não autóctone, mas conquistadora.”¹⁶¹Para ele, a existência de qualquer vestígios de civilização superior, só se faria possível, se pensadas a partir de um tempo bem anterior ao da existências dos indígenas. Varnhagen entendia que essas populações não tinham o direito as terras brasileiras, por serem nômades, não sabiam praticar o cultivo, portanto, nunca haviam transformado a terra em algo produtivo. Por isso, não passavam de invasores do território que no momento pertencia ao império.

Após 1850, Varnhagen publica com menos frequência na Instituição, seus textos voltam-se as biografias, que o autor já vinha apresentando anteriormente. Seria um representante da ideia da biografia como lugar de aprendizado, defendendo que era necessário guardar a memória dos grandes brasileiros.. Podemos atribuir a esse “sumiço” a produção de sua obra prima, *História Geral do Brasil*, que será publicada ao longo da década seguinte.

Os artigos aqui trabalhos demonstram a visão de um historiador que compreende a importância indígena no passado, percebendo a necessidade de utilizar algumas

¹⁶⁰MOREIRA, Vânea. O ofício do historiador e os índios: sobre uma querela no império. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 30, n 59, p. 53-72, 2010.

¹⁶¹ VARNHAGEN, Francisco Adolpho. CARTA versando sobre ethnographia indígena, línguas, emigrações e arqueologia, padrões de mármore dos primeiros descobridores. **RIHGB**, Rio de Janeiro, 1849.

referencias dos mesmos. A língua desses povos, seria de grande ajuda na construção de uma nação brasileira, que se pretendia única. Mas em momento algum Varnhagen entendeu a possibilidade de civilização. Nem no presente, nem no passado. Sua presença na história estaria apenas no primórdio, não poderiam, em momento algum, representar a essência da nação. Por isso, no presente, o extermínio daqueles que já não estavam assimilados, era plausível.

Dentro da história, o autor volta-se ao debate da necessidade de uma técnica. Um método para a produção de sua escrita, era fundamental. O uso de documentos e a visão pautada apenas na verdade, era o que diferenciava a história da literatura. Um poeta, por exemplo, seria responsável por descrever os acontecimentos, para que no futuro, um historiador analisa-se. Assim como os historiadores do XIX, faziam com os documentos de seu passado.

José Joaquim Machado de Oliveira

José Joaquim Machado de Oliveira (1790 -1867), dedicou-se a carreira das armas e a vida pública. Na Regência foi nomeado presidente das províncias do Pará, Alagoas, Santa Catarina e Espírito Santo, dividindo seu tempo entre as tarefas de governar e de escrever. Defensor do Estado, principalmente do Império, exerceu, no Segundo Reinado, cargos políticos importantes, sobretudo na Província de São Paulo. Foi “um poderoso auxiliar de todos os administradores, que recorriam às luzes e experiências dos negócios públicos”¹⁶²

Conseguido por sua experiência militar e sertaneja, o cargo de Diretor Geral dos índios, em São Paulo, no ano de 1846, foi uma de suas principais ocupações. Infelizmente, pouco se sabe a respeito de sua formação intelectual que, pela quantidade e qualidade de seus trabalhos, sugere um aprendizado em engenharia militar que em nada ficou devendo aos bacharéis de Coimbra, contemporâneos seus (...)De fato, em meio às campanhas cisplatinas e aos sucessos ligados à Independência na província gaúcha, redigiu as suas primeiras observações sobre as populações indígenas do sul, demonstrando desde

¹⁶² MONTEIRO, Op. Cit., p.121

o início a sua preocupação com o destino das populações nativas, a partir de uma reflexão sobre a história colonial¹⁶³

A maior parte de seus textos foram publicados na Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Segundo Danilo Ferretti, Oliveira dedicou-se a consolidar a etnografia indigenista e a imagem do indígena no instituto¹⁶⁴. O autor voltou-se a relação do indígena com a Igreja, principalmente o indígena aldeado. Já citado aqui nesse trabalho, preocupou-se também em apresentar a sua visão sobre o fazer historiográfico. Em sua *Investigação do arquivo da câmara municipal da Vila de S. Vicente*, publicado em 1856, o autor relata uma pesquisa feita nos arquivos de S. Vicente. Além de demonstrar as condições ruins dos documentos usados na pesquisa, Oliveira incluí um inventário dos livros ali presentes. Assim, reitera a importância de conservar e organizar os documentos que provam essa narrativa.

O primeiro texto que Machado publicou na Revista denominou-se *Qual era a condição social do sexo feminino entre os indígenas do Brasil?* Nele, o autor apresentou a forma como, na sua perspectiva, as mulheres eram tratadas nas comunidades indígenas. Publicado em 1842, o texto defendia que o papel da mulher entre os indígenas era o da reprodução. Oliveira descrevia que, instintivamente, os homens às respeitavam, pois, eram responsáveis pela conservação da vida. Ainda segundo esse autor, a presença da mulher trazia a satisfação do homem em caçar e pescar, os filhos provavam a necessidade da existência feminina.

O estado de natureza selvagem seria o responsável pela boa relação entre homens e mulheres. Diferente do europeu, essas populações tinham costumes mais brandos e maneiras mais afetuosas. Isso ocorria porque a facilidade em viver nessas terras ajudava no desenvolvimento de um espírito mais dócil. A defesa dos indígenas estava dada e não ficou restrita apenas ao território brasileiro. O autor fez questão de ressaltar que os primeiros historiadores erraram ao narrar a condição do sexo feminino, afirmando ser ele desprezado. Não levavam em conta, segundo Oliveira, que na América espanhola as

¹⁶³ Ibid.

¹⁶⁴ FERRETTI, Danilo José Zioni. **A Emergência de um discurso etno-historiográfico nos primórdios do IHGB: o caso do Brigadeiro Machado de Oliveira.** 2007.

mulheres representavam deusas, muitas vezes assumindo cargos de comando, exercendo superioridade perante o outro sexo.

A natureza gentil e animalesca dos gentis era ressaltada. A importância do passado “brasileiro”, clara no texto, demonstra a evolução das comunidades indígenas perante o colonizador. Não só no Brasil, mas também na América espanhola, esses povos foram capazes de ignorar o instinto violento que todo homem possui, permitindo que as mulheres ocupassem locais de destaque. É interessante perceber que em 1846 Varnhagen oferece ao Instituto o texto: *Informação dos casamentos dos índios de Brasil*, escrito pelo padre José d’Anchieta, que é oferecido em prol do acompanhamento da discussão apresentada por Machado de Oliveira.

Antes da reprodução do texto, que é um documento jesuítico escrito no final do século XVI, sem data definida, Varnhagen escreve uma carta, que nada mais era do que uma justificativa do letrado para a necessidade de publicá-lo. Varnhagen elogia o texto de Oliveira, dizendo ter ali uma erudição e importes considerações para a construção da história, mas afirma que as informações reproduzidas não deveriam ser vistas como únicas. Para ele existiam informações de outros índios, principais de diferentes aldeias, que também deveriam ser recebidas pelo Instituto.

Anchieta, diferente de Oliveira, afirma que os indígenas não respeitavam seus casamentos. Tanto mulheres quanto homens, dormiam com outros, sem nem conversar com seus primeiros parceiros. Para exemplificar, apresenta um caso ocorrido em Piratininga, capitania de São Vicente, na aldeia de Jaribãtiba. O homem teria largado sua família para casar-se com uma escrava, tida por ele em guerra. A indignação do padre mediante esse acontecimento era clara e ficava ainda mais evidente, ao mesmo relatar que ninguém da família enxergava problema nisso. Segundo Anchieta, apenas algumas mulheres viram problema nisso. O que ocorreu não por considerarem de fato um erro, mas pelo simples fato dele ser um principal. Mas logo sua mulher arrumou outro, contentando-se com seus filhos. A primeira mulher de Curhãbêba também teria abandonado o principal Tamoyo por outro, sem sentimento algum.

É interessante percebermos que Anchieta também relata portugueses e homens batizados tomavam por mulher índias, mesmo que já casados. Afirma que andavam com elas apenas nas aldeias, afinal para os indígenas isso não era motivo de vergonha. No fim

do texto Anchieta mostrava que os filhos de cativos, mesmo que nascidos da relação com mulheres livres, eram tidos por cativos, muitas vezes, inclusive, eram vendidos, assassinados, ou até mesmo comidos. Por isso, os padres procuravam casar as índias apenas com seus tios e tentavam explicar-lhes a importância do matrimônio monogâmico.

Varnhagen traz um documento que para ele contém verdades absolutas, mostrando que muitas das coisas apresentadas pelo seu companheiro poderiam ser vistas como fruto de uma escrita mais emocionada. Mais uma vez, o historiador publica um documento que não é apresentado meramente como uma reprodução documental, mas sim, como um debate historiográfico sobre uma questão específica.

As preocupações de Oliveira não rondaram apenas o cotidiano indígena, mas também, ou até principalmente, sua relação com a religião. A relação com a igreja, como já apontamos, será questão importante para ele, e em duas oportunidades Oliveira a transcreveu nas páginas da Revista. Em *A celebração da paixão de Jesus Cristo entre os Guaranys*, texto também publicado em 1842, o autor discutiu a relação de adoração ou de mero fetiche dos indígenas com a religião católica.

Para isso, narrou uma celebração, ocorrida em 1818, da paixão de Jesus Cristo, feita entre os Guaranis. A mesma ocorreu na construção de uma igreja, na vila de Alegrete, região conflituosa de Montevideo. Faz questão de ressaltar, antes de descrever o ato, que não só essa povoação, mas todas as da região só eram passíveis de construção devido o uso da mão de obra Guarani. Além do mais, esse grupo teria recebido de seus primeiros civilizadores, os Jesuítas, uma prescrição de raça banal e maldita. Essa herança violenta seria transmitida de geração, em geração, e essa “raça” ao longo dos tempos teria sido destruída pelo homem civilizado, que os usavam sempre como escravos. Para Machado, esses indígenas eram vítimas de uma civilização errônea e corrompida, que os retiravam de sua origem livre, sua índole dócil e seu cotidiano pacífico.

Na construção da igreja dessa vila, como não poderia deixar de ser, usou-se os Guaranis como mão de obra. Ao aproximar-se da celebração de Jesus Cristo, segundo as fórmulas praticadas pelos Jesuítas, a guerra forá interrompida. Dentro dessa celebração, ficou claro que o único hábito moral da vida dos indígenas seria a religião. Várias famílias Guaranis, com seus principais, haviam se reunido em uma só aldeia para participarem da celebração da paixão. Após narrar todos os processos que envolveram a atividade,

Oliveira chegou a conclusão que os indígenas realizavam essa prática por fazerem parte das regras e preceitos tradicionais de sua primitiva associação ao mundo dos brancos. Apesar de ter fruto em um passado de obrigações violentas, o autor reitera que a realização dessa celebração, feita de livre e espontânea vontade, mostrava que esse povo tinha escrúpulo.

A religião indígena segue sendo uma questão. Em 1844, o autor publicou o texto *Se todos os indígenas do Brasil, conhecidos até hoje, tinham ideia de uma única Divindade, ou se a sua religião se circunscrevia apenas em uma mera e supersticiosa adoração de fetiches: se acreditavam na immortalidade da alma, e se os seus dogmas religiosos variavam conforme as diversas nações ou tribus? No caso afirmativa, em que diferenciavam eles entre si?* O artigo demonstrava que apenas os primeiros indígenas tomaram contato com os católicos e tiveram conhecimento da religião. Como Anchieta, Nobrega e Vieira muniram-se de um espírito inteligente e inventivo, estudando os ânimos e as simpatias dos aborígenes. Por isso, conseguiram implantar a religião nesses grupos. Segundo Oliveira, os conquistadores com sua avareza e desejo do ouro, destruíram com mãos pesadas o papel desses religiosos, que eram vistos como uma forma de impedimento para a conquista de riquezas.

É importante perceber a defesa que Machado de Oliveira fez as divindades que os nativos cultivavam. Descrevendo a ignorância da fala do colonizador, que afirmava ser impossível colocar na cabeça desses selvagens a religião cristã, defendeu que mesmo as tribos mais limitadas das faculdades mentais desenvolveram uma ideia de fé. Para isso, demonstrou a proximidade dos cultos indígenas com o Deus católico, mesmo quando reconheciam não existir uma religião única na América.

Machado de Oliveira, após 1846, começou a conjugar, o que segundo John Monteiro, seria sua sensibilidade histórica com seu senso de urgência política. O texto que dá início a essa sua fase, denomina-se *Notícia raciocinada: sobre as aldeias de índios da província de S. Paulo, desde o seu começo até à actualidade*. O artigo lhe confere, em 1847, um prêmio sobre a história do Brasil ou de algumas de suas províncias¹⁶⁵. Não será sua única publicação com o objetivo de relatar a história das províncias brasileiras, em

¹⁶⁵ CASTRO, Op. Cit.

1856, o autor publicou *Notas, apontamento e notícias para a história da província do Espírito Santo*.

O primeiro texto, apresenta uma crítica direta a Martin Afonso de Sousa, que invadindo a Província de São Vicente, tomou posse das terras a partir da violência. Devastando, assim, as populações indígenas que lá viviam pacificamente. Para os nativos que sobreviveram não restou alternativa senão a da fuga para o interior. Dessas fugas surgiram, segundo o autor, os *Bugres*: grupo nômade temido por seu caráter bravo e feroz, que guardou ódio pelos brancos, por isso de sua crueldade.

A guerra entre a população branca, do povoado de Piratininga e essa população, que vivia em seu entorno, provocou, para Machado de Oliveira, um dos atos mais atrozes: a escravidão indígena. Usando a guerra como pretexto, os colonizadores escravizaram esse grupo. O pior é que se ampararam na bárbara legislação sancionada pela “prepotência europeia” (termos do autor). Machado, nesse ponto, deixou claro seu problema com a forma que o Estado português lidou com a questão indígena. Não só não defendeu essa população, como legitimou violentos ataques.

O aldeamento, que era aceito por parte dos indígenas, afinal eles estavam cansadas de assistir seu povo morrer e sofrer violências, recebeu fortes críticas e foi visto como apenas outra forma de exploração e escravização. Relata ainda que muitos desses aldeamentos, tantos os fundados por comunidades indígenas como pelos religiosos, deram origem às várias aldeias da província de São Paulo. Segue-se assim um levantamento de folego sobre a história de muitas dessas aldeias.

Mais uma vez, defendendo claramente as comunidades indígenas, Machado de Oliveira atribui os problemas da província de São Paulo aos colonizadores portugueses. Redimia, assim, os “brasileiros” da responsabilidade, abrindo espaço para uma política indigenista mais humanitária para o novo Império. “Seu pensamento acompanha uma vertente do pensamento imperial que busca explicar o desaparecimento dos índios mais pelos “fatos” da história do que pela índole natural dos nativos”¹⁶⁶.

No texto de 1856, a preocupação com o indígena esteve presente, mas já não era a principal questão. Machado de Oliveira apresentou 30 documentos sobre a província do

¹⁶⁶ MONTEIRO Op. Cit., p.120.

Espírito Santo. Os textos variados relatavam a história da província, a condição de suas estradas, os limites de seu território, sua estrutura para a agricultura, comércio e navegação, entre outras coisas. O fazer história a partir da reprodução documental, seria a principal preocupação do autor.

A questão da condição e evolução das estradas aparecia com constância. Sem a menor sombra de dúvidas, era ponto central na maioria dos documentos apresentados. O indígena apareceu pontualmente, as vezes era agente principal, as vezes não. O 13º documento compunha-se da civilização dos índios Botocudos nas margens do rio-doce; no 27º trabalhava com apontamentos sobre os índios Botocudos e os Goaitacazes; e o 30º, apresentava uma Carta Régia de 1708, que discorria sobre a civilização dos índios.

Por se tratar de documentos com datas variadas - alguns foram resgatados do século XVI, outros do próprio XIX - ficou claro que Oliveira pretendia contar a história do Espírito Santo a partir de várias vozes. A verdade não poderia ser alcançada se o historiador não articulasse documentações distintas. Diferente de Varnhagen., quando usou do artifício de reprodução documental, Oliveira não interferiu nos textos. Não existe carta que os precede, nem mesmo notas de rodapé.

Se pegarmos o texto *A Investigação do arquivo da câmara municipal da Vila de S. Vicente* e juntarmos com as visões que o autor apresentou no decorrer dos anos, perceberemos um Machado de Oliveira que estava cauteloso sobre sua presença na escrita da história. Apesar de debater e produzir historiografia, ele procurava não interferir nos documentos e muitas vezes apenas afirmava a verdade existente neles.

Como um homem do Estado, parece muitas vezes apenas apresentar aquilo que encontrou em suas passagens por cargos políticos. O último texto aqui apresentado é um bom exemplo. Apesar disso, fazia questão de colocar sua opinião sobre a produção de um conhecimento científico, inclusive incluindo a sua própria visão sobre os agentes presentes na história. Oliveira, pode até ser chamado de um historiador cauteloso, mas com certeza, um historiador.

Joaquim Norberto de Souza Silva

Joaquim Norberto de Souza Silva (1820 - 1891), nasceu no Rio de Janeiro, filho de família abastada, frequentou alguns cursos elementares, mas não seguiu carreiras consagradas como medicina e direito. Coursou filosofia e retórica, tendo como professor ninguém menos que Gonçalves de Magalhães, que mais tarde tornou-se seu companheiro na associação de literatos. Associação responsável, entre outras coisas, pela publicação de jornais como: *Minerva Brasiliense*, na *Guanabara*, na *Semana* e no *Jornal do Comércio*. Impressos que publicaram pela primeira vez textos de Norberto, que escreveu em torno de 80 obras. “Grandes e pequenas, todas publicadas em volume ou em jornais e revistas, afora prefácios, introduções crítico-literárias a obras que editou. No acervo literário encontrasse-lhe de tudo, poesia de vários gêneros, teatro, romance, biografia, ensaios e estudos literários, administração pública, história política e literária e crítica.”¹⁶⁷

O autor norteou sua carreira por suas convicções nacionalistas, que não abandonou e que influenciaram em sua escrita. Fez parte dos grupos de letrados que mais se voltaram a recuperação da memória nacional. Teve papel de destaque dentro do IHGB, chegou inclusive a ocupar na associação o posto de presidente, sendo um dos maiores literatos do século XIX que estiveram em cargos de importância na instituição.¹⁶⁸

Segundo Antônio Candido, as convicções de Norberto, “constituem o princípio estrutural de sua contribuição crítica, das mais importantes do Romantismo, pois se lhe faltam penetração e originalidade, sobram-lhe minudência e bom senso”.¹⁶⁹ Assim, segundo ele, Norberto destacava-se como pesquisador “honesto e cuidadoso”, por isso, muitos autores lhe atribuem uma posição diferente dos literatos de seu tempo.¹⁷⁰ Para Janaina Senna, o fato que diferencia Joaquim Norberto volta-se ao foco de sua atividade

¹⁶⁷ VERÍSSIMO, José. **História da literatura brasileira**. 2. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves; Paris: Aillaud & Bertrand, 1929.

¹⁶⁸ MOTTA, Laura Oliveira. A representação da mulher letrada no Brasil oitocentista: a biografia de Beatriz Brandão pelo intelectual Joaquim Norberto. **AEDOS**, v. 11, n. 25, p. 37-51, 2019.

¹⁶⁹ CANDIDO, Antonio. **Formação da literatura brasileira: momentos decisivos**. 5. ed. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1975.v. 2, p. 344

¹⁷⁰ SENNA, Janaina. Um capítulo à parte: Joaquim Norberto e a escrita da história da literatura brasileira. **Revista Escritos**. v.2, n.2, p. 397-414, 2008.

intelectual. A autora ressalta a tentativa do autor de publicar uma história da literatura brasileira, que se iniciará 30 anos antes do texto de Ferdinand Wolf¹⁷¹, que de fato foi o primeiro texto publicado na íntegra sobre a questão. Ainda segundo Senna, o que nos chegou do texto de Norberto foram apenas alguns capítulos publicados na *Revista Popular*. O último trecho que se tem notícia foi ao público em 1852, o livro não foi concluído. O texto de Wolf foi publicado em 1863, mas a coincidência não parece ser verídica. A existência de um livro já finalizado, possivelmente, minou a continuação das pesquisas de Norberto.

Sua carreira estende-se, porém, por uma gama de atividades, não apenas a literatura. O autor escreveu desde a questão indígena até a levantamentos demográficos, mas demonstrou um profundo interesse por Minas Gerais. A região foi motivo de longos anos de estudo que resultaram no que poderíamos chamar de sua obra maior: *História da conjuração mineira: sobre as primeiras tentativas para a independência nacional baseados em numerosos documentos impressos em originais existentes em várias repartições*, publicada em 1873. Fruto de sua busca por respostas a literatura e a história brasileiras, o texto é considerado como o primeiro grande estudo sobre o assunto.¹⁷²

O título do trabalho já demonstrava a forma como Norberto via a produção da história e sua relação com a literatura. Tendo a verdade como mote e os documentos como única fonte de pesquisa possível, o autor afirmava ter escrito um texto baseado em “numerosos documentos”. Não é à toa, que segundo Janaina Senna: “quaisquer que sejam as críticas feitas aos seus estudos, elas raramente incidirão sobre esse aspecto [(imprecisão)]; pelo contrário, a afirmação categórica acerca do seu cuidado, das investigações conscienciosas que teria realizado é praticamente unânime”¹⁷³.

Sônia Soares nos mostra que além do cuidado com a pesquisa, Norberto acreditava que tanto história quanto literatura deveriam ser descritas para a posteridade, essa seria

¹⁷¹ Essa obra foi financiada pelo próprio imperador e que Wolf, em seu prefácio, refere-se ao trabalho de Norberto. Porém, para ele, Joaquim não teria escrito mais do que fragmentos e a lacuna sobre a história da literatura nacional permanecia.

¹⁷² SOARES, Sônia Regina Pinto. **Joaquim Norberto de Souza Silva: historiador – um olhar sobre Minas Gerais colonial**. Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Campinas, SP. 2002.

¹⁷³ Idem

sua grande missão. Foi justamente por isso, que seu maior título, voltou-se a uma descrição da conjuração mineira. Bastava, para o autor, produzir um relato fiel dos acontecimentos, caberia ao futuro a análise. Esta, aliás, era uma defesa que está presente em muitos dos historiadores do IHGB. Talvez seja por isso que Norberto trabalhou com rigor na averiguação de factos e datas, sempre preocupando-se com a origem de sua fala.

Sua *Memoria histórica e documentada das aldeias dos índios da provincia do Rio de Janeiro*, não deixou dúvidas quanto a esse rigor. A memoria que foi publicada na sessão magna de 15 de dezembro de 1852, conquistou o prêmio imperial, sendo publicada em 1854, com mais de 420 páginas. O texto apresenta uma carta do autor, onde ele afirma a importância de se estudar os aldeamentos dos índios do Rio de Janeiro. Defendia que assim como a pesquisa de Machado de Oliveira sobre as aldeias de São Paulo, seu estudo pretendia contemplar questões atuais sobre o assunto e principalmente a história da fundação da cidade.

Para Norberto, a minuciosa história de cada aldeia mostrava que as leis facultaram aos índios amplas garantias, mas não preveniram os abusos que resultariam dali. Todas as aldeias apresentadas são exemplos tristíssimos de péssima administração, os próprios jesuítas venderam as terras e apropriaram-se de seus bens. Os brancos ou colonos, levaram seus vícios ao centro da aldeia. A cultura das terras serviu de capa para acobertar a aquisição taxando-as de devolutas.

Aqui ele não se aproxima de Machado de Oliveira apenas pelo tema de seu trabalho, mas também na forma de abordá-lo. Para ambos, os indígenas sofriam e sofreram violências irreparáveis, não só pelos a gentes de contato, mas também pelo Estado. Que em momento algum protegeu legalmente essas populações.

A memória contém 13 capítulos, que narram as condições de 16 aldeias. Nem todos estão dispostas em capítulos distintos e estão divididas da seguinte forma: Aldeia de S. Lourenço; aldeia de Barnabé; aldeia de S. Francisco Xavier; a. de Nossa Senhora da Guia; a. de S. Pedro; aldeia de Ipuca, de n. Sr. dos novos e de santa Rita; a. de Santo Antônio dos Guarulhos; a. de S. Fidelis de Sigmaringa, de S. José de Leonesa, de S. Antônio de Pádua, de S. Fidelis e outras; a. de S. Luiz Beltrão; a. de N. Senhora da Gloria de Valença e S. Antônio do Rio Bonito.

De forma ampla, o texto trabalhou com considerações gerais sobre os aldeamentos na província; com as dificuldades para se descobrir a origem dos aborígenes na América; os usos, costumes, crenças e tradições desses povos, tendentes ou contrários a sua civilização; sua catequese pelos padres reguladores, principalmente os jesuítas; a luta entre os missionários, defensores da liberdade dos índios, e os conquistadores, que os queriam cativos; a introdução dos negros para melhoramento da sorte dos índios e a legislação respectiva a esses povos.

Os capítulos das aldeias trazem informações como sua fundação, terras que constituíam, desenvolvimento das aldeias, declínio ou número de moradores atualmente. O texto, bem extenso, foi publicado em dois trimestres. No segundo segue-se sua parte documentada, que nada mais é do que a transcrição dos 100 documentos utilizados na escrita do trabalho, seguido de um índice. O capítulo primeiro, conforme diz o título, ocupa-se longamente das “Considerações gerais”, além de defender a atualidade do assunto, que incluí as ideias de colonização e catequese que estavam em debate, o texto procurou informar as causas da aniquilação e da decadência das aldeias.

Norberto reitera que segue “o louvável exemplo que mais cheio de luzes e conhecimentos nos abriu, o sr. José Joaquim Machado de Oliveira”. Segundo ele, outros sócios também deveriam abraçar a ideia de contar a história das províncias, promovendo glória a civilização pátria. Fez questão de ressaltar que nada afirmou em seu trabalho, que não estivesse rigorosamente pautado em documentos, “para que se me não tazesse de romântico o que é meramente histórico”.

Quanto ao porque estudar aldeias, o autor ressaltou que o futuro merecia conhecer seu passado. A maior das cidades, começou como uma mesquinha aldeia de índios, tal lembrança não poderia ficar esquecida. Os exemplos elucidados por ele desmostravam péssimas administrações, com jesuítas sem escrúpulos, que vendiam suas terras e se apropriavam dos bens da igreja. Além do mais, os brancos ou colonos teriam levado seus vícios a aldeia, empobrecendo o patrimônio de tão infelizes povos. Assim, segundo Norberto,

A redução do Índio á fé foi a mascara que moralizou por muito tempo o seu captiveiro; a cultura das terras serviu de capa para acobertar a sua aquisição, taxando-as de devolutas, e o aumento da navegação veio

por sua vez em auxílio do corte das preciosas madeiras de suas mattas.¹⁷⁴

As aldeias de índios do Rio de Janeiro teriam, então, passado por tantas vicissitudes que caminhavam para uma total aniquilação. Em sua conclusão, o autor nos mostra a única solução: a formação de um povoado que se transformasse em núcleo para a catequese dos índios. Para tal, era necessária a demarcação de um terreno, que reunisse todas as qualidades necessárias para receber uma quantidade considerável de indígenas.

Porém, apesar da solução ser interessante, para Norberto ela não passava de um sonho da imaginação poética de escritores como José Bonifácio, Januário da Cunha Barbosa e Domingos Barreto, que escreviam pensando no melhor para a nação. Na realidade, quanto mais o tempo passava, mais aniquiladas essas populações estavam. Os 10 capítulos de anais individuais, escritos pelo autor, nada mais eram do que a prova dessa situação.

Assim como os dois autores anteriores, Norberto não só versou sobre a presença indígena na construção da nação, mas também debateu sobre a escrita da história que, para ele, deveria ser produzida a partir de preceitos muito bem definidos. O uso de documentos, como não poderia deixar de ser, era sua principal defesa. A importância do bom uso documental ficou claro em um famoso debate que Norberto travou com Gonçalves Dias, nas páginas da Revista. Em 1852, Joaquim publicou o texto *SOBRE o descobrimento do Brasil. PROGRAMA, o descobrimento do Brasil por Pedro Alvares Cabral foi devido a um mero acaso ou teve elle alguns indícios para isso?*

Nele, o autor relatava a existência de um debate, do século XIX, que transpassava a falsa ideia de que Cabral havia descoberto o Brasil por acaso. Segundo Norberto, alguns historiadores portugueses teriam ignorado documentos sobre a descoberta do Brasil, por isso defendiam essa ideia. Apesar de serem poucos, outros historiadores acreditavam na afirmação de que Cabral teria tido alguns indícios da existência dessas terras, por isso sua chegada não poderia ser ao acaso.

¹⁷⁴ SILVA, Joaquim Norberto S. MEMORIA histórica e documentada das aldêas de índios da província do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, **RIHGB**, 17 (14), 1854. p. 112

Norberto, ao concordar com eles, afirma a existência de alguns documentos que demonstravam com clareza essa possibilidade. As chegadas anteriores teriam sido realizadas por Italianos ou até mesmo por espanhóis. Apesar disso, Norberto fez questão de afirmar que a entrada inicial desses homens, de forma nenhuma diminuía a importância da chegada de Cabral. Para o autor, eles não colonizaram o território, além de terem sido violentos com os povos que aqui viviam. Por isso, a colonização portuguesa deveria ser vista com muito mais importância.

Quatro anos depois, em 1855, Gonçalves Dias publicou *Reflexões acerca da memória do ilustre membro o Sr. Joaquim Norberto de Souza Silva*. Dias escreveu um texto questionando Joaquim Norberto. Para ele, Cabral não conhecia as terras brasileiras antes de chegar a elas. Assim como Joaquim, utilizou de grande quantidade bibliográfica e documental (mapas e textos), para construir seus argumentos. Ambos analisaram cartas escritas no século XVI. Dias mostrou a carta de Caminha para o rei D. Manuel I, onde ele defendia a catequese dos índios e firmava que Deus não teria os levado ali por acaso. Para ele, se Cabral já conhecesse a região, não seria possível usar os designios da fé para se referir a descoberta do Brasil, mas sim ao próprio descobridor. Assim, Dias, voltava-se muito para a afirmação de ter sido um desejo de Deus, que era colocado como um dos principais pontos para tal acontecimento.

No mesmo ano, mas no trimestre seguinte, Norberto respondeu os apontamentos de Dias. Em *Refutação as reflexões do digno membro Sr. Dr. Gonçalves Dias*, o autor levantou ponto por ponto das questões apresentadas por Dias, desconstruindo seu oponente a partir de documentos, principalmente a partir de outra carta, agora de Mestre João, que escreveu de Porto Seguro, em 1º de Maio de 1500, ao rei D. Manuel. A conclusão de Norberto, mais uma vez, era a de que o Brasil teria sido descoberto com intencionalidade de Álvares Cabral. Apesar de afirmar mais tarde que sua tese só teria a função de semear uma dúvida, seu texto transformou-se em base, ou início de uma discussão, para uma certeza de que o descobrimento do Brasil de fato não teria sido fortuito.

É interessante percebermos, que apesar dos indígenas aparecerem de forma pontual, em ambos os textos, sua presença é fundamental. Para Norberto, foram eles que em um primeiro momento mostraram a Colombo que existia outra costa (o Oceano Pacífico ainda não tinha sido descoberto). Em um segundo, indo por um caminho oposto

ao de Dias, o autor defendeu a ideia de que tanto o rei, como Caminha, teriam responsabilizado Deus pela descoberta das terras e dos indígenas, porque a religião estava intrínseca a todos os acontecimentos extraordinários do período, mas isso não era verdade. Para um cristão, nada se faria sem o auxílio de Deus, por isso seria natural essa fala.

Além das visões diferentes, o debate demonstra como a construção da história nacional não só estava sendo feita, como também estava sendo discutida. Os dois autores apreeceram com constância nas páginas da Revista, ambos escreviam sobre a questão indígena, mas também debatiam historiografia. A presença documental é fundamental para ambos, fica claro que para justificar suas análises eles só enxergavam o caminho da análise dela. Mas é importante percebermos que os textos se alteram, cada um usa uma carta, ambas de autores distintos. Assim, o documento serve para a defesa de crenças próprias, a verdade, que estava dentro da documentação, se alterava a partir da visão individual de cada escritor.

O uso de documentos para a defesa de pressupostos individuais, segue sendo uma prática. Para direcionar o olhar do leitor, não só Joaquim, mas uma série de autores, interviam em documentos, como já vimos, ou até mesmo escreviam textos usando trechos documentais. Joaquim Norberto não deixará de realizar essas intervenções. Em *Extratos do ensaio político e histórico cronológico do Frei Manoel Joaquim da mãe dos homens, precedido de uma notícia sobre o autor de sua obra*, texto que narra como Manoel dos Homens chegou ao Brasil, indo servir ao Estado e a religião na capitania do Ceará. Joaquim Norberto afirma que Manoel Joaquim escreveu suas melhores esperanças para o futuro do Brasil. Chegando ao Ceará, ficou responsável por uma aldeia de índios pobres e desprezíveis. Segundo ele, três anos após sua chegada, apresentava a aldeia o mais lisonjeiro aspecto, o sucesso despertou a cobiça de quem desejava substituí-lo, com o objetivo de se aproveitar do trabalho dos índios.

Anexa-se também algumas notas sobre as viagens que Manoel Joaquim fez pelo país, relatando o não seguimento da lei e das normas da igreja, escrevendo uma obra sobre seus apontamentos. Joaquim Norberto relatou as censuras que esse texto sofreu. O frei questionava alguns feitos de Portugal, por isso incomodava vários letrados. Por apresentar alguns erros históricos, ela não era perdoada pelos censores, que faziam questão de notar seus problemas e não suas qualidades.

Joaquim, por fim, anexou dois trechos da obra do Frei. O primeiro falava sobre o descobrimento do Brasil por Pedro Álvares Cabral; o estabelecimento dos portugueses; a catequese dos índios; a missão apostólica dos jesuítas; e os prejuízos que resultaram a introdução dos negros na sociedade brasileira. O segundo, discorria sobre o direito dos portugueses ao território brasileiro; as causas para o seu não engrandecimento; ao meio adotado pelos jesuítas para o aumento de população; ao fato da população brasileira ser maior do que parece, incluindo sua diversidade de cores; a influência do clima aos homens eminentes; e a necessidade de fixação de limites e do conhecimento de seus recursos.

A reprodução dos documentos vinha para a provar que o frei só tinha boas intenções para o Brasil. O problema não era seus feitos, que foram muito corretos, principalmente em relação ao indígena, mas sim seus críticos. Norberto fazia parte do grupo que acreditava que antes das longas análises históricas do IHGB, não era possível se escrever história com a total verdade. Mas agora, com o objetivo de corrigir esses erros, o Instituto precisava tomar cuidado para não descartar os textos anteriores a sua existência.

Gonçalves de Magalhães

Domingos José Gonçalves de Magalhães (1811-1887), nasceu em Niterói, no Rio de Janeiro. Literato consagrado, não só na posteridade, mas também no próprio século XIX, não seguiu apenas a carreira das letras mas foi governador em duas províncias, deputado e diplomata. Sua carreira como historiador merece igual destaque, tendo uma participação importante no debate de sua construção. Foi também professor do colégio Pedro II e sócio participativo do IHGB.

Segundo Vânia Moreira, Magalhães era “o tipo ideal do intelectual “romântico”, “filotapuia”. Um tanto “alucinado” via os índios tal como Rousseau, sob a ótica do bom selvagem.”¹⁷⁵ Sua escrita na introdução dos temas da poesia romântica no Brasil e a publicação de seu poema épico *A Confederação dos Tamoios* (1857), transformaram o

¹⁷⁵ MOREIRA, Vânia. O ofício do historiador e os índios: sobre uma querela no Império. **Revista brasileira de História**, v. 30, n. 59, p. 53-72, 2010. p. 59

índio em símbolo “da “independência espiritual, política, social e literária” da nação recém-emancipada.”¹⁷⁶

Trabalhos recentes demonstram as complexidades que envolvem os lugares em que o escritor ocupou. Apesar de aparecer como romancista e literato de forma frequente, as diversas faces de sua trajetória não podem ser inviabilizadas. O autor andou lado a lado com as intrincadas tensões de seu tempo. Segundo a pesquisadora Lillian Micheli Silva:

Durante a elaboração de seus poemas, considerações sobre a nação e posicionamentos relacionados à política e ao Estado nacional, o poeta articulou-se muito bem, manteve uma rede de sociabilidade com outros homens de letras e políticos importantes, e participou das discussões literárias, históricas e políticas do Brasil no século XIX.¹⁷⁷

Sua presença no Instituto não seria menor, pois pertenceu ao quadro efetivo do IHGB. Sua primeira publicação foi a *Memoria histórica e documentada da revolução da província do Maranhão*¹⁷⁸, texto que ganhou “o prêmio de melhor monografia apresentada no instituto no exercício de 1847, considerada como um testemunho irrepreensível e modelo de imparcialidade, digno de figurar na revista, onde apareceria publicada em 1848.”¹⁷⁹

As observações preliminares do texto de Magalhães dão o tom de sua narração e análise. Segundo ele, as rebeliões que ocorreram após a independência do Brasil eram normais: afinal, um povo livre, que estava em busca de seus sonhos, ficava impaciente do que lhe escapa. Por viverem em um período de transição, os pensamentos de reforma eram mais do que naturais. A existência de instituições estrangeiras agravaria ainda mais esse descontentamento. Elas não respeitavam os costumes naturais do povo brasileiro,

¹⁷⁶ Idem

¹⁷⁷ SILVA, Lillian Micheli. **Gonçalves de Magalhães: político e historiador**. Dissertação (Mestrado. Área de concentração: Instituições, vida material e conflito). – Universidade Federal de São Paulo, Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Guarulhos, 2018. p.9

¹⁷⁸ MAGALHÃES, Gonçalves. Memória histórica e documentada da revolução da província do Maranhão desde 1839 até 1840. **Revista IHGB**, Rio de Janeiro, X (III), 1848. p. 263

¹⁷⁹ LUCIA, Guimarães.

não compreendiam a “vastidão de um terreno sem tamanho, e [com] diferenças inconciliáveis de classes.”¹⁸⁰

Apesar de achar legítima e fundamentada, Magalhães fez questão de ressaltar que muitas vezes essas rebeliões se desligavam de suas verdades, vinculando-se a perversa política dos partidos, a ambição desses grupos que empurrava o Brasil a um desfiladeiro de rebeliões. Até mesmo o jornalismo, potência do bem ou do mal, elevava esses acontecimentos de forma a desmoralizar o povo, os renegando em suas obras. Processo que transformava a política em atividade de ataque, não de defesa. Mediante essas questões, quais seriam, então, as funções da história?

Ao criticar a forma como os jornalistas discorreram sobre os conflitos, que apesar de problemáticos eram compreensíveis, o autor afirmava que a lição histórica que essas desordens reuniam, demonstrava que elas combinavam com o caráter da época. Essas memórias, que estavam gravadas em testemunhas, deveriam ser narradas para o futuro e a história viria como uma solução para a escrita desses acontecimentos. Assim, “os filhos desse presente poderiam aprender com os erros do passado, sabendo como impedir que esses males ocorressem novamente.”

A história cabia mais uma vez como um aprendizado. Escrever com clareza esses acontecimentos não seria apenas uma forma de resguardar o passado, mas sim ensinar ao presente. Ele não deveria esquecer das virtudes que alguns homens demonstraram durante alguns processos. Por isso, Magalhães se sentia responsável a escrever a história da rebelião da província do Maranhão, ocorrida em 1838, apesar de seus motivos morais serem anteriores a data. O autor fez questão de ressaltar que:

Não é missão da história lisonjear paixões: e bom fôra que d’isto se convencessem os que governam ou alguma autoridade exercem, que tão descuidados andam do futuro, como se nunca se lhes devessem tomar ajustadas contas: tratando eu de contemporaneos, já espero que alguém se dê por muito agravado, **mas ahi vão os factos e os documentos para juizes imparciaes**, e sobra-me a consolação de **não faltar a verdade**, sem agravar muitas culpas. Custa-me na verdade, depois de

¹⁸⁰ MAGALHÃES, Gonçalves. MEMORIA histórica e documentada da revolução da província do Maranhão desde 1839 até 1840. Rio de Janeiro, **RIHGB**, 10, 1848. p. 264

passados os males, estar agora a relata-los; mas estes passados males deixam uma chaga aberta, que ainda gojeta, e um echo de dôr para o futuro: inútil não é o estudo do passado. (grifos da autora)

Magalhães, assim como todos os outros autores aqui analisados, antes de escrever seu texto, atesta não só a importância dele, mas também da própria história. Os trechos aqui grifados mostram as funções fundamentais da história, a junção de fatos e documentos, que seriam julgados no futuro, por juizes que seriam imparciais. Tudo volta-se a uma só ideia: a construção da verdade, que não deveria agravar, nem diminuir os acontecimentos relatados.

Ficava claro que Magalhães estava presente não só na construção da literatura brasileira, mas também na escrita da história. Sua articulação no IHGB não se deu apenas nos debates e reuniões institucionais, mas também nos debates acadêmicos produzidos pela instituição. Por isso, podemos afirmar que o autor foi uma referência importante de seu tempo, manteve uma rede de sociabilidade importante, dentro e fora da Instituição. Sua relação com letrados e políticos, permitiu que ele participasse de discussões literárias, históricas e políticas, fundamentais do Brasil no século XIX.

Segundo Lillian Silva, “Magalhães foi homem de letras, foi homem de ação, fez política, escreveu história.”¹⁸¹ Desde as conturbações do período regencial, contribuiu para a construção da memória nacional, sempre tendo como fundamento a perpetuação dos importantes acontecimentos de seu presente. Junto com o movimento romântico, o qual ele seria um importante representante, transformou-se em um importante produtor do processo de construção de uma consciência nacional. “A independência literária aparecia como essencial para a concretização da emancipação política.”¹⁸²

A questão indígena, presente tanto na literatura como na história do autor, colocou Gonçalves de Magalhães em um grupo de autores que construiu uma perspectiva sobre o tema diferente da de Varnhagen, mas muito próxima dos outros dois autores aqui apresentados. Demonstrando que eles viviam em estado social, afinal apesar de formas

¹⁸¹ SILVA, Lillian Micheli. **Gonçalves de Magalhães: político e historiador**. Dissertação (Mestrado. Área de concentração: Instituições, vida material e conflito). – Universidade Federal de São Paulo, Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Guarulhos, 2018. p.10

¹⁸² Idem

diferentes, possuíam agricultura, comércio, cidades, religião, justiça, política e ciência, sendo indivíduos racionais e morais como qualquer homem civilizado.

O autor defendeu a presença do “elemento” indígena na História do Brasil, na composição da nacionalidade e no futuro da Nação, não como “índios”, mas como “brasileiros”. Incentivava a introdução da população indígena no trabalhando das froças armadas, nas fazendas, na agricultura, cidades e vilas.¹⁸³

No já citado *Os Índigenas do Brasil perante a História*, publicado na Revista em 1860, “a tentativa de configurar traços típicos do índio para edificar o lugar do índio em nosso cenário e identificar o papel destinado a ele na nação em gestação”¹⁸⁴, ficava clara. Essa edificação tinha traços muito bem definidos no projeto romântico, onde o indígena não seria um mero selvagem, mas sim um sujeito passível de sociabilidade.

Não é por acaso que uma das funções do texto foi a criticar a forma como Varnhagen, em sua História Geral do Brasil, enxergava a presença indígena na construção da história Nacional. Como não poderia deixar de ser, a conclusão do autor afirmou que não existiria razão para o desconhecimento que ainda existia da importância do indígena para a população do Brasil. Pacíficos e hospitaleiros no começo, esses povos foram provocados, por isso teriam se enfurecido e retribuído o mal. Para ele, apenas seria lamentável o fato das civilizações europeias conhecerem atrocidades, que reproduzidas no Brasil, atormentaram nossos indígenas, não acostumados com a cobiça.

Os feitos dos indígenas ofereceriam grandes argumentos para a poesia nacional, os selvagens de costumes rudes, poderiam oferecer “belos quadros à epopeia”. Além do mais, a terra era quem dava a nacionalidade a seus filhos, não as raças que a povoam. Por isso, não se poderia excluir os primeiros que nasceram antes do colonizador. Assim como Varnhagen, o autor defendia que a história deveria sim ser corrigida, mas a presença dos

¹⁸³ MOREIRA, Vânia. O ofício do historiador e os índios: sobre uma querela no Império. **Revista brasileira de História**, v. 30, n. 59, p. 53-72, 2010. p. 64

¹⁸⁴ SILVA, Nayra Marinho; PINTO, Lúcia Ricotta Vilela. A configuração poética do indígena no Brasil: “Os índios perante a história”, de Gonçalves de Magalhães. **III Seminário Linguagem e Identidades: múltiplos olhares**, 2011.

povos indígenas e a violência a qual sofreram, deveriam ser revistas e analisadas não apenas pelo lado dos colonizadores.

Magalhães deixava claro que o caminho que reconhecia para essas populações era a assimilação. Sendo, em geral, detentores de instinto de observação e imitação, os indígenas teriam facilidade de aprender todas as artes. Além do mais, apresentavam grandes tendências a ligarem-se aos brancos e civilizados. “Sem a perseguição a ferro e fogo que os afugenta dos centros civilizados, estariam logo todos fundidos na nossa população”¹⁸⁵

O cristianismo seria o melhor caminho para isso. Catequizando a todos, mesmo que eles não dessem de cara braços para a lavoura e a marinha, seus filhos o fariam. Já sujeitos as leis e falando o português, cumpririam seu dever que a religião, a moral, a civilização que o patriotismo impunha a qualquer um. A dívida de transformá-los nesses sujeitos ainda imperava, essa empreitada não seria difícil, muito menos inglória ou desvantajosa, bastava o Estado calcular resultados ao longo prazo, não imediatos.

Para defender seus pontos, Magalhães escreve um texto de 66 páginas, dividido em catorze capítulos. Alguns deles são fundamentais para entendermos de onde o autor parte. Em, *Os documentos escriptos sobre os indígenas do Brasil devem ser julgados pela crítica, e não aceitos cegamente*, Magalhães afirma que os estudos da história, sobre religião usos e costumes de um povo - cujo só temos crônicas e documentos que se relacionam aos conquistadores, empenhados em denegrir a imagem de suas vítimas - precisavam tomar cuidado para não levarem em conta apenas a visão dos estrangeiros. Ela tendia a uma lógica natural de sucesso do colonizador.

A história, tal como os homens escreveram, era composta de interesses, que variavam segundo o momento e a dialética de seus advogados. Por isso, para que os fatos fossem compreendidos, que pudessem falar por si só, seria necessário que todas as circunstâncias impostas a eles fossem reveladas. Uma só inforação omitida, seja por descuido ou não, faria com que se construí-se conclusões injustas e falsas. Se julgássemos

¹⁸⁵ MAGALHÃES, Gonçalves. Os indigenas do Brasil perante a historia. Rio de Janeiro, **RIHGB**, Tomo 23, 1860. p 65

as virtudes do cristianismo, por exemplo, a partir da visão dos adoradores de falsos deuses, seria dado razão ao politeísmo. A função do historiador é ser um juiz justo.

Por isso, a crítica tem um papel fundamental. Para que se analisasse as contradições de vários documentos, mas que apareciam de um só lado, seria necessário o uso de métodos indiretos: testemunhas deviam ser ouvidas; a consulta de fatos principais em que todos estavam de acordo, deveria ser feita; desviar-se de reflexões afrontosas, seria prudente; e era necessário admitir como verdade todo o bem que diziam do inimigo.

Pensando nessas questões, Magalhães afirma que os índios tanto da América, quanto do Brasil, sofreram contradições dentro das escritas produzidas europeus. Por isso, alguns modernos não levavam em conta textos sérios e celebres como os de Padre Vieira. Assim, não registravam a matança e a violência sofridas por essas populações. Para tal, usavam apenas de autores estrangeiros, ou que desconheciam essas realidades.

No capítulo seguinte, *O fim deste trabalho he reabilitar o elemento indígena que faz parte da população do Brasil*, Magalhães afirmou que seu trabalho seria o de reabilitar o elemento indígena perante a filosofia e a história. “Não que o seu sangue me circule nas veias, e por ele me falle; mas porque falla-me no coração o amor á humanidade, e n’alma a voz da verdade”.¹⁸⁶ Para a existência dessa reabilitação, era necessário a correção de vários erros, inclusive produzidos por autores contemporâneos a Magalhães. Aqui, o autor se referia diretamente a obra de Varnhagen, que distribuiu acusações contra os indígenas. Fez questão de afirmar que a crítica em momento algum seria o fim de uma obra, pelo contrário, ela faria necessário a leitura do livro.

Apesar de discordar da forma como o historiador de História do Brasil discorria, Magalhães acredita que o texto não fora escrito por ambição ou cobiça. Defendeu que de fato Varnhagen assumiu essa árdua tarefa, apenas por querer realizar um serviço ao país, assim como outros autores (inclusive o próprio Magalhães) o fizeram. Reiterou que todos os letrados eram filósofos, poetas, matemáticos e até historiadores, por amarem a verdade, o belo, o justo e a pátria. Assim, a construção da pátria, mais uma vez, pautou-se na clara necessidade de construção dos saberes, não apenas da história.

¹⁸⁶ Idem, p.7

Em *História geral do Brasil, pelo sr. Varnhagen. Si cabe aos nossos selvagens o título de indígenas. Considerações sobre as antiguidades americanas*, descobrimos pelos olhos de Magalhães, um Varnhagen completo, que seria o maior historiador da conquista do Brasil pelos portugueses. Segundo ele, o autor seria conhecido por ser um elogiador da civilização, mesmo com ela usando de ferro e fogo contra os povos brasileiros, com quem o autor não simpatizava. Varnhagen, inclusive, negaria o nome de indígenas a essas populações, que segundo ele, não poderiam ser descendentes de adão.

Magalhães, que discordava dessa afirmação, defendeu que mesmo a etnografia desconhecendo a origem desses povos, o historiador não poderia deixar de considerá-los aborígenes. Eles deveriam ser vistos como descendentes dos egípcios, dos cartagineses ou dos índios das dez tribos de Israel, de quantos povos antigos se conhecem. Esse passado seria fundamental, pois colocava o indígena no caminho da civilização. O passado em comum, os ligava as sociedades desenvolvidas da Europa. Por isso, além de lamentar esse erro, Magalhães lamentava a destruição das cidades Incas, que carregavam com si, documentos incontestáveis de uma civilização de caráter antigo e original, contemporânea das mais antigas civilizações da Índia e do Egito.

Assim, cada continente, seria um fragmento de um único primitivo, mesmo com a existência de uma raça indígena. A América não se distanciava da unidade da espécie humana.

O que entre os povos americano parece indicar precedência de outros povos que reputamos mais antigos, talvez apenas seja uma prova de contemporaneidade de civilização, e da conformidade do espírito humano no seu primitivo e espontâneo desenvolvimento¹⁸⁷

A “conformidade do espírito humano no seu primitivo”, segundo Magalhães, podia ser provada a partir de várias lógicas, inclusive por falas feitas pelo próprio Varnhagen. Vejamos o caso do capítulo *Explicação de vários usos dos Tupis por ocasião da gravidez e parto das mulheres. Exemplo de preconceitos de povos cultos. Resumo das praticas mais notáveis dos Indigenas. Porque temiam os trovões. Diferença entre – Tupá e Tupana*. Nele, Magalhães apresentou a ideia de Varnhagen sobre o respeito que os indígenas tinham aos mistérios da gestação. Esse respeito era tão grande, que preferiam morrer ao

¹⁸⁷ Idem, p. 12

terem que caçar fêmeas prenhas, ou até mesmo consumir qualquer tipo de ovos de pássaros. Isso seria, para o autor, uma prova de ideias religiosas.

Essa prática, para Magalhães, poderia até ser reconhecida como presságio ou mesmo exagero, mas na Europa, essas práticas também ocorriam. Em Napoli, por exemplo, qualquer triste impressão, lhes trazia imagens e pensamentos ruins, era vista como presságio. Além do mais, o respeito que os indígenas davam a idade da puberdade, a proteção a família e aos órfãos; as regras seguidas em seus casamentos; a veneração aos seus cantores, “que seguros viajavam poetizando e cantando por entre os contrários, bem agasalhados de todos”¹⁸⁸; suas cerimônias fúnebres e trato com os inimigos.

Tudo prove que a metaphysica dos povos brasileiros, para servir-me dessa expressão do sr. Varnhagen, passava muito além do terror aos trovões e raios. Nem elles temian esses phenomenos phisicos a que estavam tão habituados (...) senão porque os consideravam como manifestações das iras de Tupan.¹⁸⁹

Além da existência de práticas religiosas, o autor deixava claro que o termo Tupan estava sendo traduzido no dicionário português e brasileiro como Deus. A correlação clara, demonstrava, afinal, que os indígenas acreditavam em um só deus. Magalhães afirmou acreditar na eficácia das religiões e das leis, mas apenas quando eram verdadeiras interpretações de leis naturais. “Leis e sentimentos que pelo menos tanto actuam no homem selvagem como no civilizado”¹⁹⁰, do presente e do passado, tanto europeu como americano.

As festas religiosas, que não tinham nada de absurdas, eram compostas por músicas e danças, sendo guiadas por um pajé que falava em nome desse Tupan. Essas práticas demonstravam que essas populações produziam arte, segundo Magalhães, inclusive, seria o único momento em que Varnhagen escrevia com imparcialidade. No capítulo IX, o autor afirmava que nem sempre estava em desacordo com seu colega, que até incluía em seu plano de história esses elementos da civilização indígena. A concordância era tanta, que pela primeira vez, Magalhães transcreveu um longo trecho de

¹⁸⁸ Idem, p. 25

¹⁸⁹ Idem, p.26

¹⁹⁰ Idem, p.32

História Geral do Brasil. Nele, Varnhagen assumia que alguns hábitos e costumes brasileiros vieram dos indígenas, principalmente no que se refere a comida.

Nessas “belas páginas”, restava apenas o acréscimo de conhecimentos científicos, existentes entre os indígenas do Brasil, que observavam a natureza e transmitiam seus saberes a seus filhos. Seus conhecimentos se alastravam por questões de astronomia, principalmente a relação das fases da lua com a plantação e a colheita; medicina e botânica. Suas mudanças periódicas de casa, por exemplo, não tinham por outro fim que não a mudança de ares, que evitavam o desenvolvimento de moléstias e epidemias.

Mas se algo nessas populações pudesse ser ressaltado, com certeza seria a suavidade e elegância de suas línguas. Pelo som e o significado dos vocabulários, elas só poderiam ter alguma analogia a língua de Homero (grego antigo). Não lhes faltava palavras para designar todos os animais e plantas, muitos teriam inclusive, entrado para o domínio das ciências naturais do homem branco.

Antes de concluir seu texto e nos apresentar um panorama da forma como viviam hoje esses indígenas, Magalhães escreveu o capítulo *Cativeiro e emprego da força*, onde criticava Varnhagen por aconselhar o cativeiro dos indígenas pelo emprego da força, ao passo que condenava o cativeiro dos africanos. Para ele, o autor de história do Brasil usou de uma justificativa que ia a favor da cobiça de alguns governantes, indo para o lado oposto de ideias justas. Por isso, deixava claro que não simpatiza com as ideias morais e políticas de HGB, não achando imparcial e verdadeira a parte que se referia aos indígenas.

É importante notarmos que

Ao pensar e escrever sobre a história (...) [Magalhães] frisou não ser um “romântico”, pois possuía um ponto de vista crítico e não aceitava cegamente as teorias nem tampouco os documentos do passado. Estava ciente de que tanto as teorias como as imagens históricas produzidas sobre os índios eram deformadas por interesses nem sempre confessados e por juízos de valor condicionados pelo que hoje chamamos de relativismo cultural e etnocentrismo. Para ele, os historiadores estavam seduzidos por teorias a priori e pelo “espírito de

partido” e, por isso, “infamavam” os costumes dos índios, acreditando serem razoáveis apenas os próprios costumes e as próprias tradições.¹⁹¹

Era importante que o literato fizesse questão de frizar que não escrevia história a partir dos preceitos de algum outro saber. Intendia a importância da documentação e além do mais ressaltava a da imparcialidade. Assim, legitimava ainda mais sua visão perante a importância do indígena na história nacional.

¹⁹¹ MOREIRA, Vânia. O ofício do historiador e os índios: sobre uma querela no Império. **Revista brasileira de História**, v. 30, n. 59, p. 53-72, 2010 p. 59

Conclusão

Colocar o indígena dentro do processo de construção do Estado nacional foi papel fundamental para um grupo de letrados do império. Representantes de um país que se via fora do domínio português, mas que ainda queria ser reconhecido pelos países europeus, esse grupo usou de duas ferramentas para isso: a história e a literatura. Apesar de terem para o Estado objetivos próximos, as disciplinas usaram de metodologias e questões distintas. Narrar acontecimentos era base para ambas, mas talvez a grande diferença ficasse a cargo da verdade. Perseguida pela história, essa não era necessariamente a busca de um literato, que tinha maior liberdade para construir suas narrativas.

Na história a visão, ou no fundo, a função do indígena na construção da sociedade imperial se alterava, mas sua forma de escrita nem tanto. A todo momento os sócios do IHGB faziam questão de demonstrar que para se legitimar como historiador, o escritor deveria seguir uma sequência clara: análise documental, comprovação da verdade e narração dos fatos. É interessante notarmos que a metodologia talvez tenha sido o ponto de convergência de todos eles. Fica claro na análise dos quatro autores aqui apresentados, que para se produzir um conhecimento histórico pautado na ciência, era preciso seguir regras básicas. A imparcialidade, também ponto importante, seria ou não buscada, mas mesmo aqueles que a defendiam, em algum momento, acabaram por coloca-la na frente de suas crenças.

Vanhagen, que já tinha vaga garantida no hall de historiadores, poderia usar dos documentos como forma de defender seus pontos de vista mais abertamente, outros não tinham tanta sorte. Autores como Magalhães, precisaram provar com mais afinco que também mereciam uma cadeira no lugar de historiador. O autor fez questão de ressaltar que sua possível visão fantasiosa, típica de um literato, não influenciava em sua escrita historiográfica, ele “compreendia as diferenças entre as duas disciplinas”.

Mesmo outros autores que produziam romances e poemas, como Norberto, fizeram questão de ressaltar a distância entre os campos. O autor firmou que ambas continham importâncias e funções para o Estado, mas isso não significava que traçavam as mesmas metodologias. Mais uma vez a história carregava a verdade e a preservação dos acontecimentos passados para o futuro. A literatura e a poesia, trabalhavam na construção de um imaginário popular, que poderia ou não utilizar uma verdade absoluta.

Quanto a questão indígena, percebemos que sua importância no passado foi o único ponto de convergência dos autores. Colocar a origem dessa nova nação independente nessas populações, parecia, até para Varnhagen, fazer sentido. Mas a grande questão ficava a cargo do presente. Seria ou não possível civilizar esses povos? A resposta claramente relacionava-se a visão positiva ou negativa. Para os que respondiam sim, a presença indígena não era ruim; aos que respondiam não, a presença indígena só trazia problemas. Mas é interessante ressaltarmos que para todos e assimilação era o caminho, mesmo os que defendiam a cultura indígena, o faziam para a história. No presente, eles deveriam casar e construir relações a partir do mundo branco.

Ao colocarem o indígena como um possível grupo a ser civilizado, Oliveira, Norberto e Magalhães, invertiam a lógica de Varnhagen e permitiam que esses sujeitos entrassem na história, coisa que seria impossível para o último. É interessante notarmos que nenhum desses três autores foram lidos como historiadores: seus textos seriam tidos ou como etnográficos ou como reprodutores documentais. Mas numa análise atenta demonstra que suas escritas não só levavam em conta o tempo, mas se construam a partir de uma metodologia de escrita da história.

Por isso gostaríamos de ressaltar que, não devemos pensar que o indígena não foi fundamental no debate historiográfico: isso já está dado, a questão no fundo é outra. No fundo, a existência de historiadores no século XIX é maior do que costumeiramente é relatado, assim o debate é mais amplo do que imaginávamos. Reconheceríamos ou não autores como Machado de Oliveira como historiador? Quais textos considerariamos de história e quais não? A forma metodológica utilizada pelos autores: levantamento documental mais debate historiográfico, poderia ser considerada como uma forma de se produzir história?

Para esse trabalho, a resposta para essas perguntas é de que sim. A história estava sendo contruída e os autores que giravam em torno dela não necessariamente eram letrados que se debruçavam na carreira específica de historiador. Políticos e literatos também versaram sobre a disciplina e produziam textos baseados na metodologia em debate. O indígena esteve presente em todo esse processo, o debate incluía não só sua importância no passado, mas também no presente. Como deveria ser sua civilização ou não, ainda permaneceu como uma longa questão, mas seu papel na história nacional, com certeza estava sendo cada vez mais consolidado.

Assim, apesar da existência de figuras marcantes, como Francisco Adolpho de Varnhagen, a Revista do IHGB contou com outros intelectuais que também foram fundamentais para o debate na época. Inclusive autores como Gonçalves de Magalhães, que apesar de famoso na literatura, traçou sua carreira na história. Para ele a questão indígena era fundamental e para defender seu ponto de vista, usava das mesmas ferramentas metodológicas que autores consagrados no campo, como Varnhagen.

Além do mais, o indígena não só foi fundamental para a construção da história, mas foi a partir dele que se moveu alguns dos temas fundamentais do fazer historiográfico: crítica aos documentos, debate sobre imparcialidade, a importância da verdade, entre outras coisas. A crítica sobre o método historiográfico, existente no debate entre Magalhães e Varnhagen, por exemplo, deixava claro essa questão. Pensar o indígena não era secundário, a forma como essa figura seria abordada era ponto central do debate.

O lugar do indígena ficou fora de qualquer acordo. O que parecia simples: uma população que no presente causava problemas, mas no passado, poderia ser vista como a chave para a origem do novo país independente, não necessariamente o foi. No passado a função das diversas etnias brasileiras estava mais clara, era necessários colocá-los como ponto de partida, mas isso não significava que eles deveriam ter importância ou que permaneceriam na narração dessa história. Além do mais, o debate sobre quem estava errado, ou quem era mais violento ou não (colonizador ou indígena) esteve posto a todo momento. Mesmo que se chegasse a um acordo que o indígena deveria estar na história, qual seria o papel dele, o de vítima ou o de culpado?

A defesa de ambos os lados esteve presente o tempo todo no IHGB. As visões mudavam porque no presente o papel do indígena era ainda mais indefinido. Seriam fundamentais para a proteção territorial? Seriam a base da mão de obra local? Seriam os causadores de maiores confrontos? Ou comporiam a população do novo Estado? Sua função mudava de acordo com a região do país. Em muitos lugares a presença indígena garantia a segurança do território, já em outros, era um entrave para o desenvolvimento da agricultura ou pecuária.

Os diversos discursos apresentados causam a certeza de que a complexidade sobre a presença indígena na história nacional era extensa. Essas diferenças só ficam

compreensíveis quando entendidas separadamente, cada região lidava com a questão de uma forma, pois os processos históricos vividos eram distintos. Não podemos falar sobre uma só forma em que o indígena apareceu na história, mas com certeza podemos afirmar que eles não só estiveram presentes no processo, como foram fundamentais para o debate e para a escrita do mesmo. Questões como seu lugar no tempo, ou sua ausência, transformaram a construção historiográfica do período. A inclusão ou não desses grupos mudava por completo, inclusive, a base documental usada pelos letrados. Se seriam vistos como população, mão de obra ou meros entraves ao desenvolvimento nacional, seria ainda por muito tempo uma questão. Mas sua presença como peça fundamental na metodologia de escrita da história, já estava claro e aparente.

Fonte

Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro – 1839 - 1860

Bibliografia

ALENCASTRO, Luiz Felipe. Vida privada e ordem privada no Império. Fernando A. Novais (Coordenador geral), Luiz Felipe de Alencastro (Org. do volume). **História da vida privada no Brasil: Império**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

ALMEIDA, Maria Regina Celestino. **Metamorfose indígenas: identidades e cultura nas aldeias coloniais do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro – 2 ed – Editora FGV, 2013.

_____. Os Índios na História: avanços e desafios das abordagens interdisciplinares—a contribuição de John Monteiro. **História Social**, v. 2, n. 25, p. 19-42, 2015

_____. **Os índios na História do Brasil**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.

ARAÚJO, Valdeci Lopes de. **A Experiência do Tempo: conceitos e narrativas na formação nacional brasileira (1813-1845)**. São Paulo: Hucitec, 2008.

CARDOSO, Eduardo Wright. Presentificando a natureza: os enunciados descritivos da paisagem nacional como efeitos de presença na escrita da história oitocentista. **História da Historiografia**, n. 8, p. 107-125, 2012.

CARVALHO, Juliana Saez. **Varnhagen e Machado de Oliveira: o indígena na produção intelectual da revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1839-1850)**. Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado e Licenciatura em História) – Universidade Federal de São Paulo, Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, 2016.

CASTRO, Olegário Herculano de Aquino. História do Instituto Histórico. **R.IHGB**, Rio de Janeiro, tomo 60, parte segunda.

CEZAR, Temístocles. Lição sobre a escrita da história historiografia e nação no Brasil do século XIX. **Diálogos, DHI/UEM**, v. 8, n. 1, p. 11-29, 2004 (2004),

CUNHA, Manuela Carneiro. **Legislação indigenista no século XIX: uma compilação (1808-1889)**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Comissão Pró-Índio de São Paulo, 1992.

DA SILVEIRA, Pedro Telles. Ficção, literatura e história através da “Crônica do descobrimento do Brasil (1840), de Francisco Adolfo de Varnhagen. **História da Historiografia**, n. 3, p. 34-52, 2009.

DE SOUSA SÁ, Ana Priscila. Um “projeto de estado”: considerações sobre o Memorial Orgânico de Varnhagen. **Revista Ágora**, n. 24, p. 47-62, 2016.

FERRETTI, Danilo José Zioni. A Emergência de um discurso etno-historiográfico nos primórdios do IHGB: o caso do Brigadeiro Machado de Oliveira. **XXIV Simpósio Nacional de História (ANPUH)** 2007.

GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal. **Debaixo da imediata proteção de sua majestade imperial: o instituto histórico geográfico brasileiro**. São Paulo, 1994.

GUIMARÃES, Manoel. Luiz Salgado. **Historiografia e Nação no Brasil (1838-1857)**. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2011, p.150

_____ Nação e civilização nos trópicos: O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, nº 1, CPDOC, 1988.

IHGB. Discurso recitado no ato de estatuir-se o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. **R.IHGB**, t.I, 1839.

KODAMA, Kaori. **Os índios no Império do Brasil: a etnografia do IHGB entre as décadas de 1840 e 1860**. Rio de Janeiro, RJ: Editora Fiocruz, 2009.

MACHADO, André Roberto A. **A quebra da mola real das sociedades: a crise política no Antigo Regime Português na Província do Grão-Pará (1821-1825)**. São Paulo: Hucitec: Fapesp, 2010.

MATTOS, Ilmar Rohloff. O gigante e o espelho. **O Brasil imperial**, volume II: 1831-1870. Org. Keila Grinberg e Ricardo Salles. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

MEGIANI, Ana Paula Torres. **Dicionário das antiguidades de Portugal: dois manuscritos como pontes entre o IHGB e a Academia das Ciências de Lisboa.** Rio de Janeiro, 2013. p. 50-71.

Disponível em: <http://www.realgabinete.com.br/revistaconvergencia/?p=2219>

MONTEIRO, John Manuel. **Negros da terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo.** São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

_____. **Tupis, Tapuias e historiadores: estudos de história indígena e do indigenismo.** Tese de livre docência. Campinas, agosto de 2001.

MOREIRA, Vânia Maria L. De índio a guarda nacional: cidadania e direitos indígenas no Império (Vila de Itaguaí, 1822-1836). **Topoi**, v. 11, n. 21, jul.-dez. 2010.

_____. O ofício do historiador e os índios: sobre uma querela no Império. **Revista brasileira de História**, v. 30, n. 59, p. 53-72, 2010 p. 59

MOREL, Marco. **As transformações dos espaços públicos: imprensa, atores políticos e sociabilidades na cidade imperial (1820-1840).** São Paulo: Hucitec, 2005.

_____. O instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e as propostas de imigração das comunidades indígenas no Estado nacional. **Diálogos**, 2(2): 149-175, 1998.

Disponível em: www.dhi.uem.br/publicacoesdhi/dialogos

MOTA, Lucio Tadeu. A Revista do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro (IHGB) e as populações indígenas no Brasil do II Reinado (1839-1889). **Diálogos** (DHI/PPH/UEM), v.10 n.1, p. 117-142, 2006.

NEVES, Lúcia M. B. P. Estado e política na independência. **O Brasil imperial**, volume I: 1808-1831. Org. Keila Grinberg e Ricardo Salles. 3ªed. Rio de Janeiro: civilização brasileira, 2014.

OLIVEIRA, Cecília Helena S. Repercussão da revolução: delineamento do império do Brasil, 1808/1831. **O Brasil imperial**, volume I: 1808-1831. Org. Keila Grinberg e Ricardo Salles. 3ªed. Rio de Janeiro: civilização brasileira, 2014

PAIM, Antonio (org.). **Francisco Adolfo de Varnhagen: história geral do Brasil, leitura básica.** Centro de Documentação do Pensamento Brasileiro (CDPB), 2011.

Disponível em: http://www.cdpb.org.br/varnhagen_historia_geral.pdf

PAYEN, Pascal. A constituição da história como ciência no século XIX e seus modelos antigos: fim de uma ilusão ou futuro de uma herança? **História da Historiografia**, n. 6, p. 103-122, 2011.

POMPA, Cristina. Os índios entra antropologia e história: a obra de John Manoel Monteiro. **Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais / Associação Nacionalde Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais**, n. 41 (1996),

PUNTONI, Pedro. A confederação dos Tamoyos de Gonçalves de Magalhães: a poética da história e a historiografia do império. **Revista Novos Estudos**, N.º 45, 1996.

_____. O Sr. Varnhagen e o patriotismo caboclo: o indígena e o indianismo perante a historiografia brasileira. István Jancsó (Org.), **Brasil, formação do Estado e da nação**. São Paulo-Ijuí: Hucitec, 2003.

SAMPAIO, Patrícia Melo. Política Indigenista no Brasil Imperial. GRINBERG, Keila e SALLES, Ricardo. (Orgs.) **O Brasil Imperial (1808-1889)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, v. 1, pp. 175-206, 2009.

SANTOS, Evandro. A História geral do Brasil, de Francisco Adolfo de Varnhagen: apontamentos sobre o gênero biográfico na escrita da história Oitocentista. **História da Historiografia**, n. 9, p. 88-105, 2012.

SILVA, Lillian Micheli. **Gonçalves de Magalhães: político e historiador**. Dissertação (Mestrado. Área de concentração: Instituições, vida material e conflito). – Universidade Federal de São Paulo, Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Guarulhos, 2018.

TURIN, Rodrigo. Uma nobre, difícil e útil empresa: o ethos do historiador oitocentista. **História da historiografia**, n. 2, p. 12-28, 2009

_____. **Tessitura do tempo**: discurso etnográfico e historicidade no Brasil oitocentista. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2013.